

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Bernardo Rodrigues da Silva

**UMA FEIRA APRENDENTE E ENSINANTE:
A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A INTERCULTURALIDADE NA
EXPERIÊNCIA DA FEICOOP**

**Santa Maria,RS
2023**

Bernardo Rodrigues da Silva

**UMA FEIRA APRENDENTE E ENSINANTE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A
INTERCULTURALIDADE NA EXPERIÊNCIA DA FEICOOP**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**.

Orientadora: Prof^a Dra. Gisele Martins Guimarães

Santa Maria,RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Rodrigues da Silva, Bernardo
UMA FEIRA APRENDENTE E ENSINANTE: A EXTENSÃO RURAL E
A INTERCULTURALIDADE NA EXPERIÊNCIA DA FEICOOP /
Bernardo Rodrigues da Silva.- 139.
139 p.; 30 cm

Orientadora: Gisele Martins Guimarães
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 139

1. Tradução de Experiências 2. Economia Solidária 3.
Decolonialidade 4. Metodologia I. Martins Guimarães,
Gisele II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, BERNARDO RODRIGUES DA SILVA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Bernardo Rodrigues da Silva

**UMA FEIRA APRENDENTE E ENSINANTE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A
INTERCULTURALIDADE NA EXPERIÊNCIA DA FEICOOP**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**.

Aprovada em 31 de março de 2023

Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM)
(Presidenta/Orientadora)

Rafaela Vendruscolo, Dra. (SoluBio) - videoconferência

Tatiana Aparecida Balem, Dra. (IFFarroupilha) - videoconferência

Clayton Hillig, Dr. (UFSM)

José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

*Dedico esta tese ao meu filho,
Benício Rodrigues Fontana.
Que ele se permita dialogar sempre.*

AGRADECIMENTOS

À Deus

À minha mãe, Marlene
Ao meu pai, Marcirio
À minha irmã, Patrycia

À minha noiva (e parceira, e amor da minha vida), Carol
Ao meu filho, Benício
À nossa cadela, Ágata Cristina

Às minhas avós, Marlê, Celina (*in memorian*) e Nídia
Ao meu avô, Antônio
À minha sogra, Nizeti

Às minhas cunhadas e cunhados, Mariana, Priscila, Luís e Raulin
Às minhas tias, meus tios, primas e primos
Às minhas madrinhas e meus padrinhos
Às minhas comadres e meus compadres
À minha afilhada e meus afilhados

Aos meus amigos e minhas amigas

Ao Ensino Público, Gratuito e de Qualidade
Ao Inst. Est. Educ. Deputado Ruy Ramos, Rosário do Sul
À EMEF Barão do Rio Branco, Rosário do Sul
Ao Instituto Federal Farroupilha, em especial ao Campus Alegrete e Campus Jaguari
À Universidade Federal de Santa Maria

Às professoras e professores
Aos companheiros de luta e caminhada, seja no Ensino, na Pesquisa ou na Extensão

Às trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária
Aos extensionistas rurais
Aos demais trabalhadores que se envolveram nessa pesquisa
À Democracia

Ao Porto Belo Lanches e Espetiño Camobi, pelo período de corte de bolsas
À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos

À arte
Aos livros, músicas, filmes e séries
Aos podcasts

A mim mesmo, por levantar sempre e não desistir

A todos um terno e demorado abraço
Sozinho nunca conseguiria ter chegado onde cheguei

RESUMO

UMA FEIRA APRENDENTE E ENSINANTE: A EXTENSÃO RURAL E A INTERCULTURALIDADE NA EXPERIÊNCIA DA FEICOOP

AUTOR: Bernardo Rodrigues da Silva
ORIENTADORA: Gisele Martins Guimarães

A Feira Internacional de Economia Solidária e Cooperativismo (FEICOOP) é um evento de formação, comercialização e divulgação de arte da Economia Solidária que ocorre anualmente no Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, em Santa Maria, RS, Brasil. Sua organização é marcada pelo envolvimento de diversas entidades públicas, privadas e não governamentais e tem em seu cerne o trabalho realizado pelo Projeto Esperança/Coesperança. A partir desse contexto, nos perguntamos como a FEICOOP contribui para o desenvolvimento teórico e metodológico das ações de Economia Solidária e de Extensão Rural. Esta tese é marcada por uma metodologia de matriz decolonial, inspirada na teoria da Sociologia das Ausências e das Emergências de Boaventura de Souza Santos e na teoria da Comunicação e Mediações Sociais de Jesús Martín-Barbero, com o exercício de escrita, teoria, crítica e interpretação de dados pelo método de Tradução de Experiência de Boaventura de Souza Santos. Os resultados desse exercício apresentaram uma realidade invisível aos olhos de quem não conhece a experiência da FEICOOP e fizeram emergir uma base metodológica da organização da feira que possui potencial de auxílio e emergência de novas metodologias para uma Extensão Rural que se preocupe tanto quanto com as realidades interculturais presentes no cotidiano da Economia Solidária, quanto no cotidiano de realidades sociais que prezam por um modelo de desenvolvimento decolonial, ou mais além, um modelo de alternativa ao desenvolvimento.

Palavras-chaves: Tradução de Experiências; Economia Solidária; Decolonialidade; Metodologia.

ABSTRACT

A LEARNING AND TEACHING FAIR: SOLIDARITY ECONOMY AND INTERCULTURALITY IN THE FEICOOP EXPERIENCE

AUTHOR: Bernardo Rodrigues da Silva
ADVISOR: Gisele Martins Guimarães

The Feira Internacional de Economia Solidária e Cooperativismo (FEICOOP) is an event for training, commercialization and dissemination of art of Solidarity Economy that takes place annually at the Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, in Santa Maria, RS, Brazil. Its organization is marked by the involvement of various public, private and non-governmental entities and has at its core the work carried out by Projeto Esperança/Cooesperança. From this context, we ask ourselves how FEICOOP contributes to the theoretical and methodological development of Solidarity Economy and Rural Extension actions. This thesis is marked by a decolonial matrix methodology, inspired by the theory of Sociology of Absences and Emergencies by Boaventura de Souza Santos and by the theory of Communication and Social Mediations by Jesús Martín-Barbero, with the exercise of writing, theory, criticism and interpretation of data using the Experience Translation method of Boaventura de Souza Santos. The results of this exercise presented an invisible reality to the eyes of those who do not know the experience of FEICOOP and gave rise to a methodological basis for organizing the fair that has the potential to help and the emergence of new methodologies for a Rural Extension that is concerned as much as with the realities intercultural aspects present in the daily life of the Solidarity Economy, as well as in the daily life of social realities that value a decolonial development model, or furthermore, an alternative model to development.

Keywords: Tradução de Experiências; Economia Solidária; Decolonialidade; Metodologia.

SUMÁRIO

1. CAMINHAR, CONVERSAR, APRENDER E ENSINAR COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA	11
1.1 CONHECENDO A FEICOOP A PARTIR DO DIÁLOGO E DO TRABALHO	15
1.2 OBJETIVOS.....	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	20
2.1 CONTRIBUIÇÕES DE BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS.....	21
2.1.1 A Tradução De Experiências De Boaventura	21
2.1.2. As Linhas Abissais da Realidade Social	23
2.2 CONTRIBUIÇÕES DE JESÚS MARTÍN-BARBERO.....	26
2.2.1 Cotidianidade Familiar	27
2.2.2 Temporalidade Social	27
2.2.3 Competência Cultural	28
2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DO SUL	29
2.4 O EMPÍRICO DA NOSSA PESQUISA: A PRÁXIS INTERCULTURAL DA FEICOOP	33
2.5. METODOLOGIA.....	36
3. POR QUE DESCOLONIZAR O PENSAMENTO? UMA LEITURA DA HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL	39
3.1. O DESENVOLVIMENTO E SUAS FACES	40
3.2. A EXTENSÃO RURAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO	44
3.3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	48
4. AS MEMÓRIAS QUE VIVI DA FEICOOP	56
4.1 PRIMEIRA MEMÓRIA: A CAMINHADA PELA PAZ E O EXEMPLO.....	57
4.1.1 Quem é essa a tal SENAES?: História da Economia Solidária no Brasil	58
4.2 SEGUNDA MEMÓRIA: A AMÉRICA LATINA PULSA AQUI	68
4.2.1 A Sociedade do Bem-Viver passa por aqui	70
4.3 TERCEIRA MEMÓRIA: AS OFICINAS E ESPAÇOS DA REDE UBUNTU. 73	
4.3.1 Refletindo a partir do UBUNTU: Quem somos, e quem podemos ser?	74
4.4. QUARTA MEMÓRIA: A ARTE NA FEICOOP	84
4.5 QUINTA MEMÓRIA: A COMERCIALIZAÇÃO NA FEICOOP, CADA BANCA UM UNIVERSO	88
5. A MEMÓRIA PELAS CARTAS, PELA ORALIDADE E PELO TECIDO DA INTERNET	91
5.1 ANÁLISE DOS TÍTULOS DAS FEICOOP E SEUS TEMAS, A CADA EDIÇÃO	91
5.2 AS CARTAS DA FEICOOP	96
6. AMPLIAR O PRESENTE DAQUILO QUE PULSA NA FEICOOP: TRADUÇÃO DA FORMAÇÃO, ARTE E COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA	117
6.1 O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA E O INÍCIO DA FEICOOP	120
6.2 FEICOOP 2020 - EDIÇÃO ESPECIAL ONLINE E OS ANOS QUE SE SEGUIRAM	122
6.3 EDIÇÃO DE 2022: 28ª FEICOOP E METODOLOGIA LEVADA A TESTE	127
7. APRENDER E ENSINAR COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO	130
7.1 A MÍSTICA.....	130

7.2	AS PLENÁRIAS DE PLANEJAMENTO	131
7.3	EQUIPES DE TRABALHO	131
7.4	O QUE APRENDEMOS FAZENDO, O QUE ENSINAMOS COM O TRABALHO	132
7.5	A METODOLOGIA APRENDENTE/ENSINANTE E A EXTENSÃO RURAL	134
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS.....	137

1. CAMINHAR, CONVERSAR, APRENDER E ENSINAR COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Expandir o presente! Início esta tese renovando o esperar de que é preciso trabalhar com o tempo presente, com o que temos agora. Com força e coragem é que devemos caminhar rumo a uma realidade que acreditamos, e, mais importante que compreender exatamente para onde vamos, é compreender com quem vamos, com quem estamos.

Ora, se a escrita acadêmica é uma linguagem que dá poder ao que foi escrito, então que eu possa ter coragem de ressaltar o trabalho de quem faz hoje aquilo que eu almejo para o futuro, que eu possa, através das palavras, me permitir sonhar e esperar, presente, no tempo presente. Mas que meu sonho não esteja preso numa realidade onírica, distante. Desejo que meu sonho esteja calcado na realidade como ela é, cheia de dificuldades, lutas, resiliências, mas também cheia de ideais, desejos, emoções. Cheia de gente!

Antes de tratar qualquer coisa sobre mim, desejo que esta tese fale sobre as pessoas que me tocaram. E que eu possa, através da linguagem escrita, traduzir a experiência de quem passou por mim, e que, agora se faz em mim. Que meu olhar, nada isento e cheio de vieses, possa dar passagem aos que por muitas vezes nem foram vistos ou percebidos. O trabalho de quem está nos bastidores nem sempre é visto. Mas o que é a construção da história senão a história de quem vive a vida no cotidiano? O que é a construção do pensamento, senão a observação, a análise e a interpretação daquela anotação daquilo que queremos mostrar ao mundo?

Expandir o tempo presente, contrair o futuro. É disso que se tratará essa tese ao olhar para uma das feiras mais importantes da Economia Solidária do mundo, a Feira Internacional de Cooperativismo e Economia Solidária, ou ainda, a FEICOOP. Ela é um evento que reúne atividades de comercialização de empreendimentos de economia solidária, atividades de formação em economia solidária e atividades culturais de cunho artístico. Uma verdadeira experiência para mergulhar na práxis da Economia Solidária.

Ao me aproximar da FEICOOP como coração pulsante desta tese, inevitavelmente, me aproximo de mim na busca por mais uma jornada de autorreflexão que resultou no trabalho que aqui se apresenta em forma de tese. Assim, deixo de sobreaviso aos leitores que esta tese estará embasada em um referencial teórico epistêmico do sul, um referencial outro, e, por isso a necessidade de primeiro falar sobre

mim, para depois falar sobre a feira em si. Aos que não estão familiarizados com esta forma de escrita, prometo que as coisas irão ser compreendidas ao longo do texto, uma vez que ele se apresentará de uma forma cíclica.

Enquanto pesquisador da área da Extensão Rural aprendi algumas coisas pela jornada acadêmica/extensionista, talvez a mais importante dentre elas seja a noção de que precisamos nos aproximar das pessoas antes de qualquer outra ação. É preciso dizer quem somos, nos expor, nos tornarmos vulneráveis, para só depois iniciarmos qualquer diálogo. Aliás, é a partir daí que se inicia o diálogo. Também aprendi que isso requer muita coragem. E é sobre tornar-se vulnerável que podemos iniciar os movimentos de mediação, conosco e com os outros.

Assim inicio esta tese, me apresentando e dizendo que meu nome é Bernardo, que nasci em 1992, na cidade de Rosário do Sul, Rio Grande do Sul, filho da Marlene e do Marcírio, neto da Marlê e da Celina, irmão mais novo da Patrycia, noivo/esposo da Carolina e pai do Benício.

Desde a infância aprendi a dar muita importância a sentimentos e livros, aprendi a ler muito e sempre gostei das histórias que me possibilitasse sonhar. Criado junto à mãe e a avó materna na religião católica, eu gostava muito de passar os feriados de carnaval em excursões rumo às Romarias da Terra. Só depois de realizar o mestrado em Extensão Rural, entendi a importância dessas romarias na minha formação, mesmo agora, que não estou tão próximo da religião católica quanto fui em minha infância. A união do sagrado com a luta pela terra faz total sentido para mim nos dias atuais.

Rosário do Sul nunca me pareceu uma cidade grande, e lá eu já me sentia morando no interior, mesmo morando na sede do município. Acho que isso se deve ao fato de que minha casa tinha uma horta enorme e muitas árvores para desbravar e ver o mundo por outros ângulos. Desde sempre sabia que queria “sair para estudar”.

Logo que terminei o Ensino Fundamental, quis sair de casa para estudar e vi na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, hoje Instituto Federal Farroupilha, uma oportunidade para expandir fronteiras. Meio que por sorte escolhi o Técnico em Agropecuária, única opção integrada ao Ensino Médio na época, e nunca mais consegui sair do entorno das Ciências Agrárias. Acho que estabeleci uma relação de amor pela área, pelas coisas, pelas plantas, animais e pessoas.

Acabei o Ensino Médio e ingressei, em 2010, no curso de Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria. Morei na Casa do Estudante Universitário (CEU II). Trabalhei no Laboratório de Física do Solo como bolsista de Iniciação Científica até

o nono semestre. Fui voluntário em projetos de extensão universitária em Agroecologia pelo Grupo de Agroecologia Terra Sul, desde o sexto semestre. E, por questões de paixão pela ciência e movimento social da Agroecologia, estagiei, no décimo e último semestre, em outro projeto de extensão multidisciplinar, o Centro Vocacional Tecnológico e Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade José Geraldo Costabeber (CVT/NEA - UFSM). Foi a partir do estágio que não pude mais negar que queria trilhar caminhos por um futuro pesquisando junto à Extensão Rural e todo o entorno que respira Agroecologia em suas veias.

Junto ao Mestrado em Extensão Rural (UFSM), fiz minha especialização em Educação do Campo e Agroecologia (IFFar), o que me conduziu a pesquisar as agricultoras e os agricultores feirantes da Feira de Orgânicos de Santiago. Lá conheci pessoas com histórias incríveis de vida e tentei retratá-las da forma mais respeitosa possível em minha dissertação de mestrado, com muita descrição, análise, poesia e imagem. A fotoetnografia da Feira de Orgânico de Santiago ainda é minha melhor obra de arte acadêmica.

Entre o final do mestrado e o início do doutorado, permaneci durante o ano de 2018 trabalhando como bolsista de extensão de outro projeto de extensão universitária dentro do Feirão Colonial, o Programa Agrícola. O Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, por sinal, já era uma das minhas inúmeras casas desde a época que me inseri em atividades de extensão universitária na graduação.

Em março de 2019, ingressei no doutorado em Extensão Rural, com previsão de bolsa para setembro do mesmo ano. Pedi demissão do trabalho, que tinha iniciado no mesmo ano, para dar dedicação exclusiva ao doutorado. Porém, no mesmo dia em que havia recebido a rescisão de contrato e entregue a documentação para implementação de bolsa, na secretaria do programa de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, fui informado via notícias na internet, que provavelmente minha bolsa de doutorado havia sido cortada pelo Governo Federal do, até então, presidente da república Jair Bolsonaro. Ao total foram anunciadas 5.613 bolsas cortadas. A confirmação pelo programa de pós-graduação veio dois dias depois. Permaneci sem bolsa até fevereiro de 2020. Passei a ser bolsista CAPES-DS a partir de março de 2020. Uma grande vitória! Entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, minha renda mensal havia sido de trabalhos “freelancer” de garçom em dois restaurantes locais, além do apoio financeiro e incondicional de minha noiva, na época namorada, quando decidimos morar juntos, em dezembro de 2019.

O Feirão Colonial e a Feira Internacional de Cooperativismo (Feicoop), ambos espaços de Economia Solidária, coordenados pelo Projeto Esperança/Coesperança, estiveram dentro de minha formação de maneira transversal às minhas atividades pessoais e acadêmicas desde o sexto semestre do curso de Agronomia. Inúmeros foram os sábados visitados e trabalhados no espaço de comercialização semanal do Feirão Colonial. E junto à Feicoop, foram cinco edições trabalhando como comissão organizadora, sendo uma delas a edição especial de 2020, modificada para o formato online, devido à pandemia causada pelo COVID-19 e a edição de 2022, ambas no período do doutorado.

A pandemia, por sinal, modificou tanto minha vida quanto os rumos da pesquisa. Da minha vida, pois no final de junho de 2020, junto com minha noiva, nos descobrimos à espera do nascimento do nosso primeiro filho. Meses depois descobrimos que seu nome seria Benício. Acompanhar a gravidez da Carol foi de uma lindeza e de uma coragem imensa para nós dois. Acompanhar o parto foi transcendental. E desempenhar o papel de pai está sendo um desafio e uma alegria imensurável. Nossas famílias e amigos tem nos ajudado muito, rede de apoio tem se provado algo essencial às nossas escolhas.

Referente a esta pesquisa, estabelecer a Feicoop como centro da tese, antes da pandemia, me trouxe a surpresa e a felicidade de poder analisar a experiência dessa feira de uma forma nunca vista ao longo de sua história, sua edição especial online e os desafios da retomada da presencialidade. Nestes anos tivemos que transformar a metodologia da feira, e retransformá-la novamente. Todo ano novo, todo ano desafiador.

Adentrar a pesquisa do doutorado, ao centro da Feicoop, trouxe também uma sensação de autoanálise e, com o decorrer da pesquisa, de autotransformação!

Autotransformação também pode ser a palavra que define a virada para almejar estudar a interculturalidade dentro da Feicoop. Autotransformação, pois analisar um chão já conhecido empiricamente, implica em dar a cara a tapa e começar a “dar pitaco” e opinar sobre questões que venho observando há algum tempo e ainda não tive a oportunidade e o tempo para digerir e redigir apontamentos acadêmicos sobre a realidade de ação extensionista vivida na prática do cotidiano de feira.

Seguindo a lógica das epistemologias do sul, esta tese pretende traduzir a experiência da Feicoop, contra o desperdício dessa experiência que tem tanto a nos ensinar, mas que ainda tem muito a aprender e se autoaprimorar.

Experiência esta que tem um grande potencial para extensionistas rurais. Ao entender como ocorre a organização da feira, em um sentido amplo, das questões mais técnicas às questões culturais. Podemos pensar em como a Extensão Rural pode aprender com a prática cotidiana da organização e dinâmica da feira.

1.1 CONHECENDO A FEICOOP A PARTIR DO DIÁLOGO E DO TRABALHO

Depois de tanto ouvir da Irmã Lourdes Dill¹ que “*trabalhar na Economia Solidária é uma experiência aprendente/ensinante*”, inicio esta tese afirmando que *pesquisar junto à Economia Solidária é uma experiência aprendente/ensinante*. Isso é possível de se afirmar, pois a Economia Solidária exige uma constante práxis de diálogo entre as pessoas, movimentos sociais e instituições envolvidas, exige maturidade para calar e ouvir, observar as imagens, sentir os aromas, apreciar os sabores, exige paciência para entender os tempos que existem, e entendimento para lembrar a todo o momento que o tempo tem seu próprio ritmo fora da academia.

O exercício do diálogo, ou a práxis dialógica, não é tarefa fácil e exige perseverança. Paulo Freire já destacava sobre isso em sua “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1987) e, mais especificamente na área rural, em seu livro “Extensão ou Comunicação?” (FREIRE, 1983). A prática extensionista, para quem trabalha com Economia Solidária, seja na Extensão Rural, seja na Extensão Universitária, deve ser, portanto, a prática dialógica aberta à Comunicação. Neste trabalho, ao tratarmos de Extensão Rural, estamos tratando dialogicamente de Comunicação Rural.

A prática da Extensão Rural, por sua vez, depende dos projetos de Desenvolvimento à qual está vinculada. Por este motivo não são raras às vezes que presenciamos, em um mesmo local e projeto, práticas extensionistas confusas, que ora fomentam um desenvolvimento de matriz essencialmente econômica (ROSTOW, 1961), ora fomentam um desenvolvimento de matriz mais libertadora (SEN, 2000). Uma vez que os projetos desenvolvimentistas estão em constante disputa, é comum que esta disputa seja percebida no formato de projetos que vão e vêm. O que fica são as mediações entre as pessoas, ou seja, as mediações sociais. Para o entendimento das dinâmicas de Mediações Sociais neste projeto de pesquisa, usaremos a ótica teórica de Jesús Martín-Barbero (2008), uma ótica latino-americana de comunicação, que leva em

¹ Coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança até o ano de 2022. Irmã religiosa da Congregação Filhas do Amor Divino, saiu do projeto porque foi transferida para o Maranhão.

conta os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, e, principalmente, a hibridização cultural.

Esta disputa entre hegemonia e contra-hegemonia, e os processos de hibridização podem ser observados a partir das Epistemologias do Sul, abordadas por Boaventura de Souza Santos (2009). As Epistemologias do Sul, mesmo que diversas, tem em comum o caráter decolonial, ou seja, buscam produzir conhecimentos a partir de territórios tratados como colonizados, muitas vezes invisíveis aos epistemes hegemônicas. As disputas entre hegemonia e contra-hegemonia podem estar em campos visíveis ou invisíveis da realidade social. A prática extensionista adaptada ao ambiente da Economia Solidária exige dos extensionistas o entendimento da realidade social como um todo, tanto lado visível quanto lado invisível da realidade social. A dificuldade extensionista está justamente saber o que observar e, mais além, saber que práticas realizar, uma vez que a decisão extensionista necessita ser sempre dialogada entre as pessoas e a realidade que as rodeiam.

A partir do pensamento decolonial, ganha-se destaque para o conceito de interculturalidade. Para Catherine Walsh (2019, p.9):

a interculturalidade aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política.

Contra a colonialidade, a interculturalidade se direciona à descolonização da realidade social. A teoria de Santos (2002) se direciona a tornar visível o que está invisível na realidade social. Nesta pesquisa a interculturalidade se direciona a revelar as construções de projetos sociais, culturais, políticos, éticos e epistêmicos orientados à descolonização, tal qual o conceito tratado por Walsh (2019). Esses processos de descolonização, por sua vez, podem gerar novos processos e formas metodológicas de conduzir as práticas de Extensão Rural.

A Feira Internacional de Cooperativismo e de Economia Solidária (FEICOOP) pode ser vista como lugar onde a Economia Solidária se encontra e território que busca a interculturalidade. Os conceitos de lugar e território, são conceitos geográficos importantes para entender a FEICOOP, sendo que o lugar é a categoria que se refere ao menor espaço, sendo ela o lugar onde vivemos, o lugar onde moramos e nos relacionamos com o meio. Podemos dizer que o lugar é a categoria mais sensível das

categorias geográficas, uma vez que para esta categoria, elementos como sentimentos, sensações e modos de vida são essenciais para o entendimento do significado do lugar no contexto da análise e interpretação. O termo “topofilia”, descrito por Yu-Fu Tuan, é um exemplo disso, onde a partir do lugar, a topofilia é entendida como o sentimento de relação do ser humano com o ambiente que habita. Portanto quando nos referimos à feira como lugar onde se encontra a Economia Solidária, estamos apresentando a feira como lugar sensível, onde se criam relações, memórias e significados que vão para além da feira física, tornamos a feira um lugar de produção cultural própria dela mesma.

Além de reconhecer a feira enquanto lugar onde a Economia Solidária se encontra, entendemos a FEICOOP como o próprio território que busca a interculturalidade. Nesse sentido, o território é definido por qualquer espaço que tenha uma limitação entre fronteiras, sendo uma parcela dos espaços geográficos apropriados por um sujeito atuante em suas relações de poder. As delimitações entre territórios podem conter fronteiras não visíveis e subjetivas. Assim, podemos ter territórios de relações comerciais, de produção de alimentos, de poder público. É importante dizer que os territórios possuem caráter cíclico (variando com o tempo), móvel (se deslocando em diferentes espaços) e organizado através de redes que se interligam (com fluxos de informações e contatos).

Assim, ao identificar a feira como o próprio território, estamos reconhecendo que dentro do espaço que ela delimita fisicamente, ocorrem relações de poder que fazem com que a feira possua sua própria dinâmica cultural. Chamá-la de território é possível por seu caráter cíclico, imposto pela sua repetição anual de edições, por seu caráter móvel, imposto pelas estruturas da feira no momento que ela acontece e pela organização dos envolvidos no período que ela se prepara para acontecer, e por seu caráter organizado através de redes que se interligam, imposto pelos fluxos de informações e contatos dos organizadores, instituições parceiras, grupos de comercialização, representantes de movimentos sociais e frequentadores da feira. Reconhecer a feira enquanto território, implica em reconhecer que ela possui cultura própria, viva, pulsante e processual.

A cada edição, aumenta-se o número de países, grupos culturais, movimentos sociais e instituições no evento. Na última edição presencial antes da Pandemia provocada pelo COVID-19, em 2019, o evento contou com mais de trezentos mil participantes, entre feirantes, consumidores, painelistas, artistas e autoridades públicas. No ano de 2020, devido às condições ambientais da pandemia do COVID-19, o evento

teve sua primeira edição online, intitulada “Edição Especial 2020”. Nesta edição, a Feicoop se subdividiu em três grandes eixos programáticos, a “1ª Jornada Formativa da FEICOOP”, a “1ª Mostra de arte cultura e diversidade da ECOSOL” e “1ª Feira Virtual de Economia Solidária”. O ano de 2021 foi marcado por uma feira presencial de menor amplitude, ainda com atividades formativas à distância, assumindo uma postura mais regional, frente às necessidades sanitárias da pandemia de COVID-19. Já no ano de 2022, primeiro ano a se reestabelecer presencialmente após o início da Pandemia da Covid-19, a feira precisou se renovar e mostrar que conseguiria retornar à presencialidade com toda a sua experiência renovada.

O tema que tem permeado a Feicoop também diz muito sobre o que o evento quer construir, “Construindo a Sociedade do Bem Viver: Por uma Ética Planetária”. Este tema acabou sendo o mesmo da edição de 2018, uma vez que a organização do evento entendeu que o tema da edição de 2018 permanecia atual e vigoroso. Ressalto aqui que os conceitos de “Bem Viver” e “Ética Planetária” presentes em discussões relacionadas às alternativas ao desenvolvimento, ou como chamamos neste projeto, são conceitos que tratam de um desenvolvimento outro. Este cenário de busca por alternativas ao desenvolvimento é reforçado quando olhamos para os eixos temáticos estabelecidos para a feira: (1) Arte, Cultura e Resistência; (2) Sociedade do Bem-Viver, Saúde e Espiritualidade; (3) Agri-Culturas, Segurança e Soberania Alimentar; (4) Economias Populares como Resistência à Mercantilização da Vida pelo Capital; (5) Democracia e Ética Planetária: O que está Ocorrendo no Mundo; (6) Resistências Frente às Opressões e Violências de Classe, Raça/Etnia e Gênero; (7) Educação Popular e Solidária; (8) Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Direitos da Natureza; (9) Redes de Economia Solidária e Políticas Públicas no Brasil e na América Latina.

O estudo sobre interculturalidade em espaços de Economia Solidária, ainda pode apontar que a Feira Internacional do Cooperativismo é um evento que além de movimentar a economia regional e influenciar a economia internacional, promove a articulação entre ciência, movimentos sociais, entidades públicas e privadas modificando e movendo debates e construções políticas sobre sustentabilidade, inclusão social, agricultura familiar, educação popular, geração de emprego e combate à fome.

A partir da visão desta tese almeja-se permitir que os espaços de Economia Solidária sejam vistos através das movimentadas transformações culturais geradas pelos processos de mediação social, desde o núcleo mais íntimo da cotidianidade familiar até

o lugar mais comum da competência cultural, onde ocorrem as transformações culturais no diálogo entre hegemônico e contra-hegemônico.

Assim, esta tese investigou o seguinte questionamento:

A partir de uma base de pensamento decolonial, sustentado pelo conceito de interculturalidade, como a FEICOOP contribui para o desenvolvimento teórico e metodológico das ações de Economia Solidária e de Extensão Rural?

1.2 . OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Traduzir, a partir das Epistemologias do Sul, a experiência da FEICOOP abordando sua influência dinamizadora de processos que fomentam a Economia Solidária em escala internacional, tanto no desenvolvimento teórico e metodológico de uma matriz intercultural para a Economia Solidária, quanto para a Extensão Rural.

Objetivos Específicos:

- a) Realizar análise crítica do conhecimento da extensão rural, que gera nossa crítica específica e proposta a um modelo de extensão rural intercultural, a partir da experiência da Economia Solidária;
- b) Descrever e analisar a FEICOOP a partir de memórias centrais do pesquisador, autor e extensionista universitário que atua na FEICOOP;
- c) Analisar documentos históricos da FEICOOP;
- d) Identificar o impacto da construção organizativa da FEICOOP na construção da Economia Solidária;
- e) Traduzir a metodologia e o processo de construção da FEICOOP.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste trabalho entendemos que o caminho desenvolvimentista teve grande parte de sua história baseada em um pensamento colonialista, e, que mesmo após as tentativas de mudança teórica, ainda carregamos a marca de um dia termos sido chamados de países de terceiro mundo, ou de países subdesenvolvidos. Essas marcas culturais que carregamos² transformam-se junto com as transformações das culturas, mas levam um tempo maior do que gostaríamos. Um exemplo disto se apresenta na recente inclusão da opinião dos movimentos sociais na Agenda Global para o Desenvolvimento Sustentável, as ODS, onde, desde 1972, iniciaram-se as discussões em torno da pauta pelo meio ambiente, e, apenas em 2013, incluiu-se a participação social nesta discussão de interesse global, antes disso eram necessárias conferências paralelas e de menor importância frente às tomadas de decisão.

Assim, mesmo modelos de desenvolvimento como o Desenvolvimento Sustentável, que se comprometeram a olhar dimensões além da dimensão econômica, incluindo às dimensões social e ambiental, tiveram seus limites por construídos a partir de uma perspectiva privilegiada da sociedade e de grandes grupos de interesse econômico, como o Banco Mundial e as Agências Internacionais de Cooperação para o Desenvolvimento.

Em reação a este pensamento colonialista do desenvolvimento, linhas de pensamento de outros desenvolvimentos somam força para a realização da crítica ao desenvolvimentismo, a exemplo do Bem Viver e Ubuntu. Estas linhas de pensamento podem contribuir em muito na construção de práticas e ações extensionistas de viés decolonial. O próprio Desenvolvimento Sustentável tem a ganhar caso considere às linhas de pensamento de alternativas ao desenvolvimento para agregar em suas discussões, uma vez que esta é a agenda global hegemônica na contemporaneidade. Trazer toda a interculturalidade de modelos de desenvolvimento (ou modelos alternativos ao desenvolvimento) desenvolvidas pelas populações locais pode nos revelar grandes potenciais globais de respeito ao meio ambiente³. É necessário trazer a

² Erosão cultural alimentar, consumismo, sentimento de que o que é desenvolvido é o que é produzido fora do nosso país, invisibilização de realidades sociais.

³ Nesta pesquisa ao falar sobre meio ambiente, trato os seres humanos como parte dele. Portanto, respeitar o meio ambiente inclui respeitar os seres humanos e todo o seu saber-fazer de direitos adquiridos ao longo da história.

ciência e a prática cotidiana para a fronteira do conhecimento e lutar por realidades que, por enquanto, são utópicas para parte do mundo.

Para esta tese a condução do olhar teórico se iniciará a partir de dois autores, Boaventura de Souza Santos, com sua “Sociologia das Ausências e Emergências” e a metodologia de análise das “Linhas Abissais”, e, Jesús Martín-Barbero, com a teoria das “Mediações Sociais” e metodologia de análise a partir de três lugares para se pensar a mediação, sendo elas, a “cotidianidade familiar”, a “temporalidade social” e a “competência cultural”. Tanto a teoria de Boaventura de Souza Santos, quanto a de Jesús Martín-Barbero, estão de acordo com os preceitos teóricos de linha de pensamento decolonial. Procurarei também ao longo da tese trazer autores que dialoguem com o pensamento do sul global, anticolonialista.

A seguir apresento uma breve descrição da teoria que nos levará ao olhar metodológico de Santos e Martín-Barbero. A metodologia da pesquisa para a esta tese de doutorado se baseia na obra deles.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DE BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS

2.1.1 A Tradução De Experiências De Boaventura

“Expandir o presente e contrair o futuro”. Esse é um dos pontos de partida para repensar o modo de fazer ciência conforme o pensamento sociológico de Boaventura de Souza Santos em seus estudos relacionados à sua teoria denominada Sociologia das Ausências e das Emergências. A frase acima citada traz indicações de como trilhar metodologicamente através de uma racionalidade cosmopolita, abandonando o que o autor chama de razão indolente.

A razão indolente não é nada menos do que a crítica à racionalidade imposta pelo modelo ocidental de ciência que durante suas análises sociais tenderam a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. Assim, conforme aponta Santos (2002), a razão indolente pode ser considerada e classificada em quatro grupos: razão indolente, razão impotente, razão metonímica e razão proléptica. De tal forma que a crítica da razão indolente trouxe a proposta de uma razão cosmopolita.

A crítica da razão indolente, do tipo metonímica, aponta para cinco pontos de reflexão, onde cada um deles gera uma proposta de razão cosmopolita (tabela 1).

Tabela 1 – Crítica à razão metonímica, proposta de razão cosmopolita e exemplo de como repensar a racionalidade.

Crítica à Razão Indolente (metonímica)	Proposta de Razão Cosmopolita	Exemplo de razão Cosmopolita
Monocultura do saber e do rigor do saber	Ecologia dos saberes	O cotidiano é repleto de saberes não científicos e de culturas. É necessário trazer esses saberes para o diálogo da Universidade.
Monocultura do tempo linear	Ecologia das temporalidades	Dilatação do presente e valorização de outras temporalidades.
Lógica da classificação social	Ecologia dos reconhecimentos	A classificação social produz ausências. Quais são essas ausências que foram produzidas?
Lógica da escala dominante	Ecologias trans-escalas	Identificar no local o que não foi efeito da globalização hegemônica. E, portanto, o que é resistência.
Lógica produtivista	Ecologia das produções e distribuições sociais	Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, organização econômicas populares, economia solidária, etc.

Fonte: Adaptado de Santos (2002)

Ainda nesse mesmo raciocínio, Santos (2002) explana que para sair da racionalidade indolente e caminhar rumo à uma racionalidade cosmopolita é preciso uma imaginação sociológica. A imaginação sociológica, por sua vez, divide-se em duas:

(1) Imaginação epistemológica – “permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas”.

(2) Imaginação democrática – “permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais”

A cada ponto analisado é necessário alcançar o caráter desconstrutivo e reconstrutivo. O caráter desconstrutivo é ponderado por cada uma das cinco lógicas criticadas na razão metonímica e o caráter reconstrutivo é ponderado por cada uma das cinco ecologias propostas em contraposição na razão cosmopolita (coluna 1 x coluna 2, na Tabela 1).

Assim, expandir o presente e contrair o futuro, implica em trazer para dentro da Universidade saberes ignorados pela ciência baseada na razão indolente, para isso faz-se o trabalho de tradução dessas experiências.

Mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma *teoria de tradução* que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos

actores colectivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam. (Santos, 2005, p. 27)

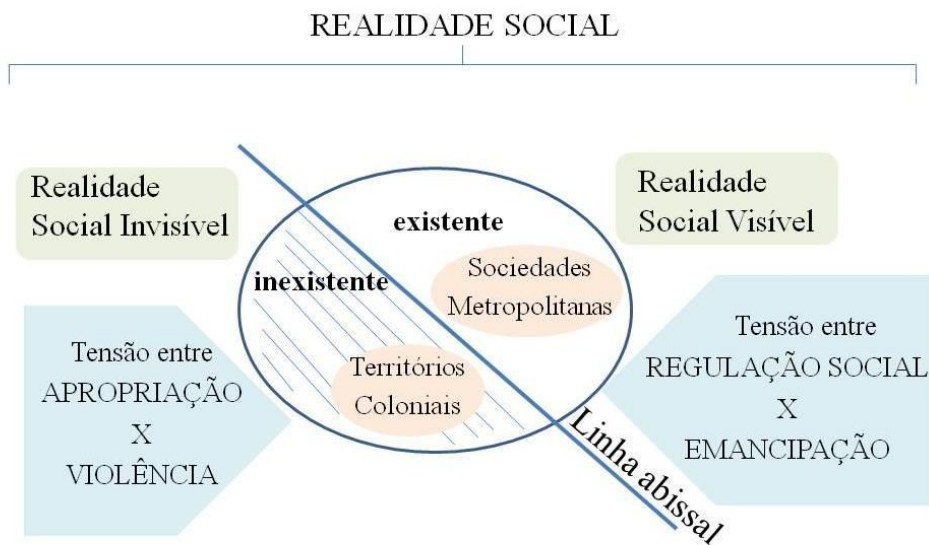
A análise dentro da razão cosmopolita é realizada pela metodologia da “hermenêutica diatópica”, onde é necessário buscar por pontos em comum em diferentes culturas para realizar os diálogos e interpretações necessários aos trabalhos de tradução de experiências. Assim, tanto o trabalho de uma tese pode ser considerado um trabalho de tradução de experiências para a academia, como o trabalho artístico pode ser considerado um trabalho de tradução de experiências para a sociedade.

2.1.2. As Linhas Abissais da Realidade Social

Uma forma de revelar essas ausências e invisibilidades é através da análise pelas linhas abissais da realidade social. Para Santos (2009), o Pensamento Moderno Ocidental é um pensamento abissal⁴. O pensamento abissal divide a realidade social enquanto realidade social visível (portanto, existente) e realidade social invisível (portanto, inexistente). Para o autor a tensão existente no lado visível acaba produzindo a invisibilidade da tensão existente no lado invisível da realidade social. O lado visível é habitado por sociedades metropolitanas e o lado invisível por territórios coloniais (figura 01).

⁴ A palavra abissal faz uma alusão metafórica à zona do abismo. Região profunda do oceano, entre 4000 e 6000 metros de profundidade, onde a luz solar não consegue alcançar e a vida marinha acontece na ausência da luz, incluindo espécies apenas existentes nessa região.

Figura 01 – A realidade social e a linha abissal que divide sociedade entre existente e inexistente.

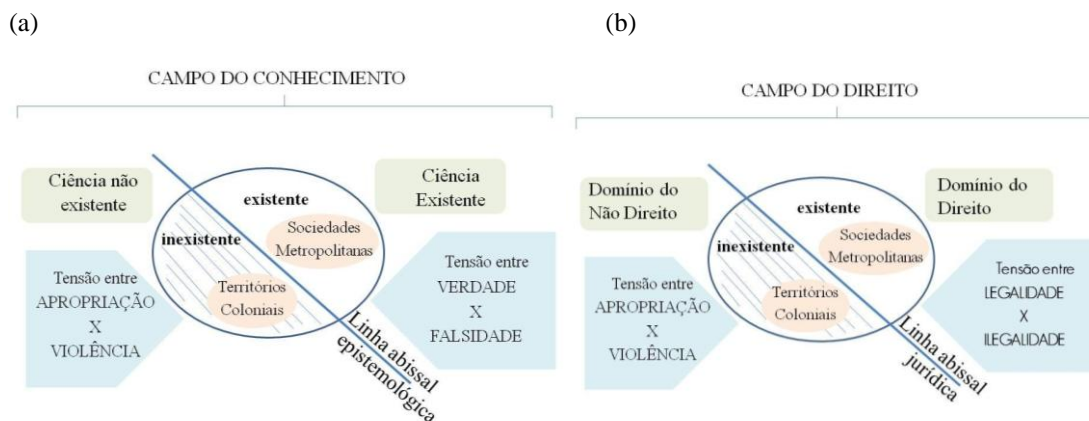


apropriação: “envolve incorporação, cooptação e assimilação”
 violência: “envolve destruição física, cultural, ambiental e humana”

Fonte: Adaptado de Santos (2009)

Santos (2009) descreve que na contemporaneidade as linhas abissais não são sempre bem definidas, e, dependendo do caso, podem acontecer dentro de uma mesma cidade, bairro ou local, o que nos leva a um desafio mais complexo ao exercício do olhar. Ainda na contemporaneidade o autor defende que há duas grandes linhas abissais que são as maiores causadores de ausências na realidade social, a linha abissal epistemológica (figura 3.a) e a linha abissal jurídica (figura 3.b).

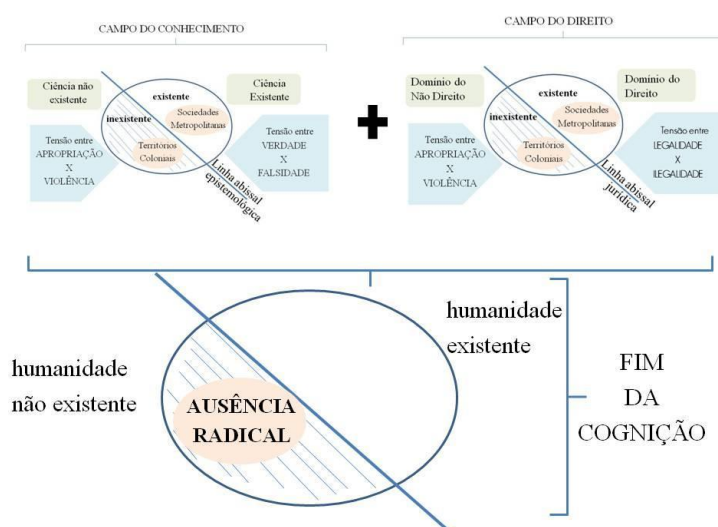
Figura 02 – Linhas abissais epistemológica e jurídica.



Fonte: Adaptado de Santos (2009)

Por fim, a soma das linhas abissais, epistemológica e jurídica, produz uma ausência radical, a ausência em que uma parcela da humanidade é considerada não existente. Para o autor, esse é o fim da cognição enquanto humanidade, esse é o momento em que uma parte da humanidade aceita que outra parcela da população tenha seus direitos humanos negados e fiquem à margem da invisibilidade (Figura 04). Quando esse evento acontece, chegamos ao ponto em que o autor chama de fascismo social.

Figura 03 – O fim da cognição



Fonte: Adaptado de Santos (2009)

Para evitar que cheguemos ao fim da cognição devemos lutar por uma justiça social global:

“A luta por justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal.” (SANTOS, 2009, p. 32)

Nesta tese o pensamento pós-abissal e o pensamento decolonial serão tratados como sinônimos. O pensamento de Boaventura de Souza Santos tem como principal contribuição auxiliar no trabalho de tradução de experiências que estão no campo das ausências e potencializá-las como paradigmas emergentes.

2.2. CONTRIBUIÇÕES DE JESÚS MARTÍN-BARBERO

Muito próximo do que conhecemos junto ao pensamento freiriano, Jesús Martín-Barbero é um teórico latino-americano da área de comunicação que tem um grande potencial para a área da extensão rural, uma vez que sua teoria aborda as relações humanas e as hibridizações culturais que ocorrem dela e suas relações com as mídias.

Um pouco mais próximos à nossa realidade contemporânea, já no início da década de 1990, ganharam destaque na América Latina os Estudos Culturais em Comunicação. Aqui a essência se deu nos processos de luta pela hegemonia a partir da cultura popular. Lembrando que esses estudos buscam entender a “lógica hegemônica” e não “lógica hegemônica”, por entender que a lógica hegemônica se modifica com o tempo e espaço. Diferentemente dos estudos na Inglaterra, onde a mídia era o foco de análise, aqui o foco é nos espaços onde as práticas sociais tomam consciência, daí o destaque para os conceitos de culturas híbridas e mediação. Ganham destaque também nesse momento o espaço popular como espaço de hibridização e os estudos sobre comunicação e consumo e estudos relacionados à criticidade de indivíduos e grupos frente às notícias em mídias de massa. Entre os estudiosos que ganham destaque podemos citar Nestor García Canclini, Eduardo Lins da Silva, Jesús Martín-Barbero, Guillermo Orozco (DALMONTE, 2002).

Neste trabalho a abordagem de Comunicação será advinda das contribuições de Jesús Martín-Barbero a partir do conceito de Mediações Sociais. Como podemos ver no trecho citado a seguir:

Assim a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais do que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir do seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí tem seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 28)

Trazendo para o lado da interculturalidade, as mediações sociais representam o momento do encontro das culturas, e o diálogo que ocorre durante e após esse encontro. Martín-Barbero frisa a importância de não elevar nenhuma das culturas que dialogam como superior uma a outra, por outro lado, o autor não se esquece das relações de hegemonia e contra-hegemonia que surgem nesses encontros culturais e comunicacionais.

Para Martín-Barbero, entender a comunicação é essa via de mão dupla, onde os dois lados comunicam, mesmo que algum desses lados tenha maior dificuldade para comunicar.

Assim, em relação à análise de pesquisa Martín-Barbero, propõe três lugares para pensar a mediação, como instâncias mediadoras, sendo esses lugares a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

2.2.1 Cotidianidade Familiar

Âmbito de conflitos e fortes tensões, a cotidianidade familiar é ao mesmo tempo “um dos poucos lugares onde os indivíduos se confrontam como pessoas e onde encontram alguma possibilidade de manifestar suas ânsias e frustrações.” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 295)

Ao tratar da cotidianidade familiar o autor realiza a análise da televisão como parte do ambiente de vida das pessoas, sendo ela uma influência que irá permear pelas discussões da família. Segundo, Martín-Barbero (2009) o discurso da televisão é mediado, sendo possível com ela discutir, concordar ou discordar.

Nesse mesmo raciocínio hoje em dia poderíamos discutir como outras mídias se incorporam no nosso cotidiano, a exemplo da internet em conjunto com as redes sociais, onde há inclusive a possibilidade de interação e diálogo, devido às suas possibilidades de interação instantânea. Provavelmente, se houver uma sensação de cotidianidade familiar “dentro” das redes sociais, poderemos explicar a facilidade de “realizar postagens” sobre manifestações de ânsias e frustrações no ambiente público das redes sociais.

O âmbito da cotidianidade familiar é o âmbito mais íntimo, o âmbito mais passível de encarar a própria identidade e confrontá-la. Por este motivo, é o lugar onde mudanças individuais ocorreram de forma mais consolidada. Para a análise a partir da Extensão e Comunicação Rural, esse é o lugar onde as relações de reciprocidade se apresentam dentro do núcleo familiar.

2.2.2 Temporalidade Social

Enquanto em nossa sociedade o tempo produtivo, valorizado pelo capital, é o tempo que “transcorre” e é mediado, o outro, constituinte da cotidianidade, é um tempo repetitivo, que começa e acaba para recomeçar, um tempo feito de

não unidades contáveis, mas sim de fragmentos (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 297).

Aqui o autor reflete sobre o uso do tempo e quem acaba tendo o controle desse tempo. Dessa forma é necessário pensar sobre o tempo utilizado em atividades que não são valorizadas pelo capital, o “tempo livre”. Qual a qualidade e o controle de cada um desses tempos. Existe um tempo para as atividades sociais? Com que qualidade ele é “preenchido”? Como a cultura aqui se manifesta? Que cultura aqui se manifesta?

A temporalidade social analisa a comunicação a partir de uma produção de cultura do indivíduo com o mundo fora do seu tempo produtivo valorizado pelo capital. Aqui podemos seguir por uma análise do preenchimento do tempo cotidiano das pessoas, das suas organizações e suas prioridades. Segundo Agnes Heller (2008), dentro na nossa organização de tempo, sempre há uma prioridade que hierarquiza nossa distribuição de tempo nas atividades cotidianas e essa hierarquia vai ser importante para entender as relações culturais analisadas por Martín-Barbero nos momentos de temporalidade social.

Na temporalidade social todas as informações recebidas através de meios de comunicação, serão processadas de uma forma diferente do âmbito familiar do primeiro lugar de mediação relatado. Aqui, neste segundo lugar de mediação, poderemos ver a construção da cultura que poderá mesclar ou não, as culturas que são expostas pelos meios de comunicação e as culturas que já estão presentes no local. O conceito de hibridização toma forma neste lugar de mediação.

2.2.3 Competência Cultural

Assim, o terceiro lugar de mediação está em polo oposto ao primeiro lugar de mediação. Saindo de um lugar de âmbito íntimo da cotidianidade familiar, dispomos de um lugar mais geral para realizar as mediações sociais, onde a cultura toma forma coletiva encontramos o lugar da *competência cultural*:

De um lado os críticos que encaram a televisão a partir do paradigma da arte – que para eles seria a única coisa que valeria a pena chamar de cultura – e que denunciam dia após dia, com os mesmo fatigados argumentos, a decadência cultural que a televisão representa e acarreta intrinsecamente. [...] De outro lado, os folclóricos, que situam a verdadeira cultura do povo, mas no povo-povo, ou seja, naquele que conserva a verdade sem contaminações

ou mestiçagens, quer dizer, sem história (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 299).

No mesmo sentido, o autor deixa claro como se faz limitante o pensamento dual e a falha no movimento de tentar descrever o que é e o que não é cultura, com os perigos de dizer que isto ou aquilo não é digno de ser reconhecido como cultura, ou o risco de exaltar um folclore como única cultura possível, descontextualizando dos discursos as influências que a história, juntos às mediações podem trazer.

A partir do lugar de mediação da competência cultural é possível perceber que as culturas irão se entrelaçar e gerar tensões e disputas, o que se refletirá nas interações sociais entre os indivíduos de determinado grupo analisado. A apropriação de culturas hegemônicas podem gerar sementes contra-hegemônicas em um processo de mediação. As mediações sociais, portanto produzem essas novas culturas adaptadas ao lugar onde elas ocorrerem.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DO SUL

No Brasil, muito da base para a Economia Solidária teve inspiração direta do Pensamento Cooperativo surgido no século XIX em Rochdale, na Inglaterra. A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, surgiu em 1844, constituída por 28 operários, em sua maioria tecelões, sendo 27 homens e 1 mulher, é reconhecida como a primeira cooperativa moderna. Os Pioneiros de Rochdale surgiram no contexto da Revolução Industrial, marcada por péssimas condições de trabalho, seu estatuto⁵ e sua experiência serve como base para a doutrina cooperativista⁶, e, a partir dela, todo o cooperativismo moderno se baseia.

Os princípios cooperativistas rochedalianos, fazem parte da doutrina cooperativista, e foram adotados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1921, no Décimo Congresso da ACI, na Basileia (Suíça), exigindo-se o cumprimento deles por todas as suas cooperativas associadas.

Os princípios rochedalianos são: [1] adesão livre e voluntária; [2] gestão democrática; [3] participação econômica; autonomia e independências; [4] autonomia e

⁵ O estatuto é o documento legal por qual são estabelecidos as normas que irão reger as atividades da cooperativa ou associação.

⁶ A doutrina cooperativista é o conjunto de princípios que regem a conduta da cooperativa e cooperados.

independência; educação, formação e informação; [6] intercooperação; [7] interesse pela comunidade.

O cooperativismo no Brasil teve seu primeiro caso em 1889, através da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, a partir de iniciativa do padre suíço Theodor Amstad, surge em 1902 Cooperativas de Crédito e em 1906 Cooperativas no Meio Rural. De volta a nível nacional, em 1969, surge a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que representa o movimento cooperativo dentro e fora do país, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A OCB, por sua vez, representa o cooperativismo formado a partir de uma base hegemônica da economia capitalista, sem a pretensão de realizar a crítica ao modelo econômico vigente. Assim a Economia Solidária, como conhecemos, tem papel estratégico de organização contra-hegemônica que permite outro desenvolvimento a partir dela. A Economia Solidária se dá de forma diferente na América Latina, pois a partir de sua característica de possuir uma práxis dialógica ela se torna um produto de seu tempo histórico.

Por isso, conceituar Economia Solidária constitui exercício de adequação e compreensão de diferentes realidades, articulando conhecimento, tempo histórico e cultura. Isso porque são muitos os termos dados, por exemplo, o de economia social na Europa e economia popular na América Latina. Segundo França Filho & Laville (2004), compreender o fenômeno da economia solidária implica conhecer as respectivas dimensões históricas de seu surgimento, o que significa que, na Europa, a Economia Solidária deve ser compreendida dentro da história de uma economia social e, na América Latina, a economia solidária refere-se à tradição de uma economia popular. Assim a base e sentidos de seu surgimento são distintos (MENDONÇA, 2010).

Na América Latina o fenômeno da ES, diante de sua questão histórica, tem sido interpretado como resistência dos setores populares a economia baseada no capital. Para a ES, além do capital, a economia possui a dimensão do trabalho e da vida que atribui outros sentidos à geração de renda. Neste sentido Paul Singer (2002) apresenta a Economia Solidária como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, e o direito à liberdade individual” (2002, p.10). Possui como objetivos promover e construir estratégias sustentáveis de Desenvolvimento Urbano e Rural com base nos princípios da Solidariedade, Cooperativismo Alternativo, Autogestão, Organização, luta pela distribuição Justa da

Terra e dos Frutos da Terra, defesa do Meio Ambiente, Agroecologia, e do manutenção de saberes tradicionais e formas de vida, como caminhos para a autonomia (Singer, 2002).

Segundo França Filho e Laville (2004) alguns critérios podem ser observados para definição e compreensão de empreendimentos organizados a partir da ES, quais sejam: [1] pluralidade de princípios econômicos, [2] autonomia institucional, [3] democratização dos processos decisórios, [4] sociabilidade comunitária-pública e [5] finalidade multidimensional. Esses critérios são observados a partir de traços relativos, como:

[...] a natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações institucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade. (2004, p. 167)

No Brasil, a história da Economia Solidária emerge nos final dos anos 80 com características de um movimento social autogestionado, com importante influência de grupos religiosos, passando por sua institucionalização como política pública a partir de 2003. Desse ano até meados de 2016 a Economia Solidária ganhou status de Secretaria dentro de Ministérios, tendo significativa relevância nas políticas de geração de trabalho e renda. Já a partir de 2019 mudanças no cenário político nacional acabam por promover alterações nas políticas e estratégias de fomento à Economia Solidária, desqualificando-a até a sua inexistência. Em 2023, temos a reestruturação das políticas públicas da Economia Solidária.

No final dos anos 1980, devido ao avanço do neoliberalismo e forte crise econômica e de desemprego, a Economia Solidária surge num cenário de reação à crise, a partir de numerosas iniciativas locais. Essas iniciativas, muitas vezes apoiadas pela organização do ramo social da Igreja Católica, a Cáritas Brasileira, recebeu apoio financeiro internacional de diferentes organizações da Igreja pelo mundo, com especial destaque para a organização católica alemã, Misereor. Ainda isoladas no final da década de 1980, essas iniciativas locais começaram os processos de organização regionais na década de 1990, culminando numa articulação de nível nacional nos anos 2000, a partir de organização formal iniciada dentro do primeiro Fórum Mundial Social, em Porto Alegre.

A década de 2000 foi marcada pela articulação nacional de economia solidária, denominada Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entidade representante do movimento da Economia Popular Solidária no Brasil. O FBES esteve à frente da construção de políticas públicas para a Economia Solidária no país, sendo um importante instrumento de articulação nacional na inserção da Economia Solidária e no combate à fome através dos programas federais de governo Fome Zero e Brasil Sem Miséria.

A partir da segunda metade da década de 2010, devido aos processos de impeachment e trocas de governo, a Economia Solidária perdeu força enquanto política pública, e, a partir de 2019, foi reduzida conceitualmente para políticas públicas voltadas aos empreendimentos urbanos, em contraposição à posição de destaque assumida por ela em seus anos anteriores junto à políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e áreas de vulnerabilidade social no campo.

Durante os governos da gestão Lula e Dilma, as políticas públicas de Economia Solidária se solidificaram em ações de inclusão socioprodutiva e combate à fome e à miséria. Isso talvez explique a inspiração de trabalho no pensamento cooperativo ao mesmo tempo em que não se tornou prioridade para as iniciativas locais estarem conectadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), mesmo que estas estivessem organizadas em forma de cooperativas⁷.

Em janeiro de 2023, o cenário das políticas públicas de Economia Solidária volta a mudar com a volta das políticas públicas para a Economia Solidária, o que indica um novo período de avanço no trabalho coletivo da Economia Solidária.

Compreender a diversidade de formas de organização cooperativa dentro da Economia Solidária é essencial para o entendimento da sequência do desenvolvimento dessa tese. Os parágrafos descritos nessa seção voltarão a aparecer de forma mais aprofundada e com maior grau de detalhamento nos capítulos que se seguem desta tese.

O pensamento cooperativo a partir da Economia Solidária tem o potencial de apresentar experiências e soluções para problemas locais a partir das populações mais vulneráveis. A edição online de 2020 foi um divisor de águas para a Feicoop, pois materializou três grandes eixos do evento, o formativo, o de comercialização e o artístico. A formação desses eixos ilustra de maneira didática a forma de organização

⁷ Apesar de estarem intimamente ligadas ao pensamento cooperativo e seus princípios doutrinários, é comum que grupos de empreendimentos de economia solidárias se organizem em outras formas além da Cooperativa, podendo também serem encontrados em forma de Associação ou até mesmo grupos de organização informal.

que já ocorria em eventos anteriores, mantendo em pé de igualdade nos três eixos da FEICOOP: comercialização, formação e arte.

2.4 O EMPÍRICO DA NOSSA PESQUISA: A PRÁXIS INTERCULTURAL DA FEICOOP

A Feira Internacional do Cooperativismo, em seus múltiplos diálogos, será o cerne de nossa análise, mas para compreendê-la, primeiro se faz necessário realizar uma breve contextualização do Projeto Esperança/Coesperança, o projeto promotor e idealizador da Feicoop.

O Projeto Esperança/Coesperança, desde 1987, se destaca como referência de valorização da Economia Solidária, na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, conta com o espaço físico do Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, tal local possui grande importância nas estratégias de produção sustentável, geração de renda, oportunidade de trabalho e consumo local, por meio de seu espaço de comercialização e intercâmbio semanal, onde, no presente, ocorrem diversas atividades do projeto, dentre elas, o “Feirão Colonial”, aberto todos os sábados ao público da região do município.

Por meio da Economia Solidária, o Projeto Esperança/Coesperança conecta associações para potencializar o desenvolvimento sustentável da região, integrando empreendimentos sociais, agricultores familiares, mulheres empresárias, selecionadores de materiais reciclados, quilombolas, indígenas e imigrantes, além de outros grupos com vistas à construção de alternativas de meios de vida.

O Projeto Esperança/Coesperança alcança uma projeção internacional ao realizar anualmente a Feira Internacional de Cooperativismo (FEICOOP), maior feira de Economia Solidária da América Latina. que ocorre anualmente em Santa Maria (RS), reunindo milhares de pessoas e empreendimentos que trabalham junto à lógica de Economia Solidária. Ao longo dos anos os eventos reuniram atividades de comercialização, espaços de formação e debate, seminários, palestras, reuniões de articulação junto a movimentos sociais e entidades governamentais e mostras culturais. Destaca-se aqui os dados da última edição presencial antes da pandemia de Covid-19, no ano de 2019, organizada pelo Projeto Esperança/Coesperança, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Banco da Esperança, Cáritas Brasileira, Cáritas Regional Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Santa Maria, quando em quatro

dias de evento, a Feira reuniu o público de 305 mil pessoas, e representou 3,5 mil empreendimentos vindos de 23 países, 26 estados brasileiros, Distrito Federal e 585 municípios do Brasil (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA,2019).

No ano de 2020, devido à ocorrência da pandemia do COVID-19, a Feicoop precisou se reinventar. Enquanto alternativa para realização evento que não pode ser realizado nos moldes presenciais. Assim, ficou definido junto aos organizadores da feira, a realização de um evento online, utilizando metodologias adaptadas ao ambiente virtual de comunicação. Com o auxílio de plataformas digitais como Google Meet, StreamYard, YouTube e Facebook, a programação da Feicoop Edição Especial 2020 contou com 15 dias de evento e inúmeras instituições organizadoras e promotoras de espaço de formação e debate em Economia Solidária.

A Feicoop apesar de ser uma feira anual, e, aparentemente, sua visibilidade estar focada no Projeto Esperança/Cooesperança, produz diálogos que reforçam seu caráter e metodologia ímpar, que tem grande potencial de aprendizado. Sua experiência movimenta uma rede de parceiros que irão desenvolver as suas ações de maneira coordenada. Sua metodologia é baseada na metodologia de trabalho do Fórum Mundial Social, respeitando princípios de autogestão dos grupos que propõem atividades durante a feira, para assim garantir um espaço de construção coletiva e práxis dialógica. Mesmo baseada na metodologia do Fórum Social Mundial, o que se identifica dentro da feira é que a metodologia dela aprimorou-se com o passar das edições, tornando-se única e própria do evento.

Apesar de grande parte do público que frequenta a feira conhecer apenas o espaço de comercialização de Empreendimentos de Economia Solidária, outros espaços são fomentados pela organização do evento, onde a Feicoop ainda estimula espaços de articulação política, espaços de troca de saberes (através de palestras, cursos e oficinas) e um espaço de promoção cultural, onde artistas locais se apresentam e lançam suas obras artísticas, repletas de resistências.

Os diálogos que ocorrem entre Universidade, Sociedade e Economia Solidária acabam sendo motores para o desenvolvimento recíproco de suas ações e modelos. Retratar esses diálogos na tese poderá reforçar a teoria de que a interculturalidade estimula a produção de modelos alternativos ao desenvolvimento e, por consequência, uma forma única de Extensão para a Economia Solidária considerando esta, importante instrumento para o desenvolvimento.

Ainda dentro da experiência promovida pela Feicoop, no ano de 2020, o Programa de Extensão Universitária da UFSM “Fomento a Economia Solidária” trouxe novos questionamentos enquanto realizava suas práticas de ação extensionista, uma vez que o projeto deveria realizar as expectativas da Universidade e do Projeto Esperança/Coesperança. Estar organizando a feira, a partir das ações do projeto enquanto metodologia de ação extensionista para a extensão rural, fez reforçar o estudo da presente tese com o foco da análise nos diálogos que ocorriam nos momentos feira, sendo as mediações os principais motores dessa pesquisa.

Figura 04 – Fomento à Economia Solidária Organizando a FEICOOP em 2020



Fonte: TV Campus UFSM

O Programa “Fomento à Economia Solidária na Região Central do RS” constitui um conjunto de ações articuladas que objetivam impulsionar práticas de Economia Solidária como estratégia de geração de trabalho, renda, inclusão socioproductiva e ainda produção e consumo consciente. Tem seus pilares centrados na sustentabilidade, com ênfase na agricultura familiar, agroecologia, agroindústrias familiares e inserção dos empreendimentos rurais e urbanos, em circuitos curtos de comercialização e consumo.

Na concepção do projeto a Economia Solidária vai muito além da resistência à exclusão social e ao desemprego. Ela aponta para uma nova prática econômica, capaz de criar e fortalecer novos empreendimentos e gerar trabalho e renda a partir do trabalho cooperativado, autogestionário e de gestão participativa. Sob esta perspectiva, o Programa de Extensão “Fomento a Economia Solidária na região central do RS” apresenta-se como uma parceria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com o Projeto Esperança/ Coesperança e está alocado no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/CCR. Em seus objetivos o projeto aponta “Fortalecer a Economia Solidária, Agricultura Familiar, Comércio Justo, Consumo Ético e Solidário

como uma alternativa à crise mundial e afirmação da mesma e como um novo modelo de Bem Viver, baseado nos princípios da Economia Solidária, do Comércio Justo e Consumo Ético e Solidário”.

Figura 05 - Trecho de entrevista onde a coordenadora do Programa de Extensão Fomento à Economia Solidária apresenta o projeto à uma mídia independente no Fórum Social Mundial 2023 em Porto Alegre - RS.



Fonte: Canal REDE SEMPRE, <https://youtu.be/OgR2o5JFh44?t=619>

Trazer ações de extensão universitária para o centro da tese pode ser um dos pontos importantes para verificar como a Feicoop dialoga com as diferentes frentes de trabalho que se encontram no local da feira. Assim esta tese abordará uma perspectiva de quem conhece a FEICOOP a partir da ação extensionista universitária e a partir da ação de pesquisadores engajados com a Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

A feira de Santa Maria também é organizada pela Universidade Federal de Santa Maria, portanto, possuímos um olhar a partir de quem ajuda a conceber vida à dinâmica organizativa da feira desde 2018.

2.5. METODOLOGIA

Com a intenção de compreender como a Feicoop promove o diálogo intercultural entre Universidade, Sociedade e Movimentos Populares de Economia Solidária a partir das Epistemologias do Sul, nesta pesquisa buscamos realizar o método de trabalho de tradução de experiências de desenvolvimento, trabalho e produção. Conforme Santos (2002, p. 259), as *experiências de desenvolvimento, trabalho e produção* estão dentro dos campos sociais abordados pela sociologia das ausências e das emergências e tratam-se de:

[...] diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes. Nas margens ou nos subterrâneos das formas e modos dominantes – o modo de produção capitalista e o modelo de desenvolvimento como crescimento infinito – existem, como disponíveis ou como possíveis, formas e modos de economia solidária, alternativa, do desenvolvimento alternativo às alternativas ao desenvolvimento: [...]

Para isto, este estudo teve uma abordagem qualitativa, que se concentrou em interpretar os significados que não são visíveis no mundo, mas que podem ser expostos, interpretados e explicados pelos pesquisadores (MINAYO, 2009).

Ao utilizar a Feira Internacional de Cooperativismo e de Economia Solidária como campo empírico desta tese, toda a produção de dados durante a pesquisa ocorreu através dos diálogos e mediações sociais e culturais que estão no entorno da Feira.

Foram utilizadas diversas técnicas de coleta de dados, dentre elas: podemos citar a observação, o diálogo com organizadores, expositores e consumidores, e outras metodologias participativas, como fontes de dados primários; e a pesquisa bibliográfica e documental, como fontes de coleta de dados secundários.

Os dados coletados durante toda a trajetória da pesquisa, por fim, foram sistematizados, analisados e interpretados por meio da metodologia de análise da hermenêutica diatópica, que segundo Santos (2002) é uma abordagem de análise que busca por pontos em comum em diferentes culturas para realizar os diálogos e interpretações necessários aos trabalhos de tradução de experiências.

Uma vez que este trabalho buscou realizar seu caminho metodológico a partir de uma sociologia que busca investigar as emergências, contra o desperdício da experiência, é necessário lembrar que o desperdício da experiência passa pela limitação da linguagem. Assim, durante a construção da tese de doutorado pretendo incluir outras formas de linguagem na tradução da experiência e análise dos dados coletados, e não somente a linguagem escrita acadêmica, traduzida através de palavras. Para isso também serão utilizados recursos com linguagens imagéticas e audiovisuais produzidos por outros autores, a exemplo de trabalhos como: Luiz Eduardo de Achutti, em “Fotoetnografia da Biblioteca Jardim”; Wim Wenders e Juliano Ribeiro Salgado, em “O Sal da Terra”; José de Souza Martins, em “O Cativo da Terra”.

A análise dos dados será realizada a partir de categorias já mencionadas nos pressupostos teóricos. A partir de Boaventura de Souza Santos será necessário identificar as linhas abissais da realidade social no universo da Feira Internacional de Cooperativismo, dos campos do conhecimento (linha abissal epistemológica) e do

direito (linha abissal jurídica). A partir de Jesús Martín-Barbero será necessário realizar a análise a partir dos três lugares para pensar a mediação, como instâncias mediadoras: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

Para realizar o diálogo entre os diferentes casos busquei me aprofundar na abordagem de análise utilizada por Boaventura (2002) da “hermenêutica diatópica”, que busca por pontos em comum em diferentes culturas para realizar os diálogos e interpretações entre as diferentes lógicas econômicas e formas de comunicação.

3. POR QUE DESCOLONIZAR O PENSAMENTO? UMA LEITURA DA HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL

Para denotar o ponto de partido teórico desta tese e entender a crítica ao desenvolvimentismo, que gera nossa crítica específica e proposta a um modelo de extensão rural intercultural, a partir da experiência da Economia Solidária, trato aqui de fazer um resgate histórico, teórico e político dos modelos de desenvolvimento, saindo do modelo clássico de Rostow até o modelo atual de desenvolvimento sustentável, fomentado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Assim este capítulo objetiva entender a crítica ao desenvolvimentismo, que gera nossa crítica específica e proposta a um modelo de extensão rural intercultural, a partir da experiência da Economia Solidária.

Da mesma forma que foi necessária a criação de um discurso para basear a prática (discurso de posse de presidência dos EUA do Truman), de uma teoria geral para abordar o que é o desenvolvimento (teoria de Etapas do Desenvolvimento de Rostow) e de uma teoria específica para guiar o modelo desenvolvimentista dentro da agricultura e área tecnológica (teoria da Difusão das Inovações de Rogers), para possibilitar a superação do modelo desenvolvimentista, baseado meramente na dimensão econômica da economia, foi necessário superar os discursos, a teoria geral e a teoria específica que o baseavam. Essas superações acontecem sempre nessas estruturas entrelaçadas de discurso, teoria geral e teoria específica.

Ao incorporar a discussão sobre interculturalidade, tema central desse projeto para incorporar na teoria e prática da ação extensionista para a Economia Solidária, torna-se possível perceber os campos de conhecimento e pesquisa que se abrem e são desvelados, até então invisíveis pelas dimensões óticas das teorias que embasaram os modelos desenvolvimentistas hegemônicos, mas que já são discutidos pelos conceitos de *Bem Viver* e *Ubuntu*, por exemplo.

Tanto os conceitos de Bem Viver e de Ubuntu são apresentados nas rodas de diálogo da Feicoop e estão presentes em suas grades de programação e rodas de discussão, uma análise mais detalhada de cada um desses conceitos irá ser abordada na redação final desta tese.

Nesta problematização de pesquisa, buscamos apresentar os cenários construídos pelo desenvolvimento hegemônico e colonialista, o que chamamos aqui de *desenvolvimentismo*, um termo pejorativo, não convencional nas teorias de

desenvolvimento, mas que nesse projeto de tese expressam possibilidades de críticas à perspectiva hegemônica e dominantes do desenvolvimento a partir das realidades europeias e norte americanas.

A noção de interculturalidade, quando no centro da tese, irá nos ajudar a descobrir o que devemos olhar e o que buscamos em nossos cenários de alternativas a este desenvolvimentismo forjado no pensamento colonial, que nos serviu para chegar até onde estamos, mas não se basta quando tratamos de debater sobre o futuro das populações, suas múltiplas culturas, demandas e expectativas.

3.1. O DESENVOLVIMENTO E SUAS FACES

Após o início da corrida desenvolvimentista propagada a partir da segunda metade do século XX, no bloco capitalista do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, podemos dizer que o mundo sofreu profundas transformações econômicas e socioculturais. A crítica deste momento histórico trouxe à tona a problemática no entorno da consciência do sofrimento da humanidade pela tentativa de homogeneizar culturas e expandir o capitalismo a partir das culturas de massa⁸. A crescente denuncia de desastres ambientais e o aumento das repressões humanitárias fez com que a fé no discurso desenvolvimentista fosse posta a prova, inclusive pelas populações dos países de primeiro mundo.

O discurso não é a expressão do pensamento, é uma prática, com condições, regras e transformações históricas. Modificar o discurso do desenvolvimento implica em afastar-se das ciências que o criaram e ampararam. Implica em fazer a devida crítica, para só então, sabendo das limitações e possibilidades, dar espaço a outros tipos de conhecimento e experiências. Fazer isto demanda mudança de ideias e linguagens, demanda novas formas de poder e conhecimento, demanda ouvir as vozes daqueles que, por décadas, foram tratados como objetos e perderam a possibilidade de atuar como sujeitos da própria história (ESCOBAR, 2007).

A ideia de desenvolvimento, no momento após a Segunda Guerra Mundial, foi bastante debatida e possuiu grande importância na política econômica mundial. O

⁸ A tentativa falha de aculturação através das culturas de massa irá ser explorada no decorrer da tese ao realizar a análise através da ótica de Martín-Barbero e as suas Mediações Sociais e Culturais. Para o autor, ao tratar sobre mediações sociais e culturais, é possível verificar a existência de resistências, de forma individual e/ou coletiva. Essas resistências ocorrem com a transformação das culturas de massas em cultura popular e adaptada às realidades.

discurso de posse do presidente Harry S. Truman dos Estados Unidos da América (EUA), em janeiro de 1949, foi um marco para o desenvolvimento, pois estabelecia a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O mundo vivia a tensão geopolítica da Guerra Fria (1947-1991) e o medo aliado ao combate ao comunismo era alimentado pelo governo dos EUA (ESTEVA, 2000). Com a promessa de prosperidade econômica, a dimensão econômica do desenvolvimento ganhou destaque na internacionalização e globalização da economia capitalista, tendo o epicentro teórico nos EUA. Podemos dizer que neste primeiro momento o desenvolvimento é teorizado a partir de vertentes teóricas positivistas.

Dentro da ideia apresentada por Truman, a teoria das Etapas do Desenvolvimento Econômico de Paul Whitman Rostow (1961), ganhou força e permitiu que o desenvolvimento econômico fosse pensado como uma teoria sobre a totalidade da história moderna, onde todos os países que caminhavam para a modernidade, passariam pelas etapas de desenvolvimento. Para o autor, as etapas do desenvolvimento se dividem em cinco, sendo elas: [1] a sociedade tradicional, [2] as condições para o arranco, [3] o arranco, [4] a marcha para a maturidade, [5] a era do consumo em massa. Aqui se destaca a etapa três, “o arranco”, considerada o momento em que se inicia a sociedade moderna e as resistências ao desenvolvimento são superadas. Nesta etapa, o Estado deve assumir o importante papel de incentivar o desenvolvimento a partir da evolução tecnológica da indústria e da agricultura, ressaltando-se a importância de dar poder político a um grupo especializado e preparado para encarar a modernização da economia. Esta etapa acaba sendo importante para entender o processo de modernização na agricultura. A partir de nossa leitura decolonial, poderíamos dizer que “o arranco” é o momento em que o Estado abandona sua cultura e seu projeto original em detrimento de um projeto desenvolvimentista vindo “de fora”, a partir desse momento aceita-se a natureza de colonizado por um sistema hegemônico externo, dito universal.

Em contraponto à teoria do desenvolvimento de Rostow, na América Latina a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1948, se dedicava a estudos econômicos com o objetivo de incentivar a cooperação internacional entre seus membros. A CEPAL começou a desmontar a noção de desenvolvimento propagada pelos teóricos dos EUA, demonstrando, a partir da análise da estrutura produtiva de cada período histórico da sociedade latino-americana, as fragilidades da teoria e as implicações negativas da dependência econômica entre países desenvolvidos e

subdesenvolvidos. Apontando assim, a teoria da dependência e o mito do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1974).

O pensamento cepalino apresenta a ideia de dependência entre Centro e Periferia, onde os países desenvolvidos entrariam no rol de países de Centro, e os países subdesenvolvidos no rol de países de Periferia. Ao contrário do que a ideia desenvolvimentista, propagada pelos pensadores estadunidenses, dizia, para a CEPAL os países periféricos não poderiam se desenvolver sozinhos, pois já possuíam dependência econômica negativa em relação ao centro. Outro ponto a ser contrastado entre a teoria original (criada nos países do Centro) e a teoria adaptada (criada nos países da Periferia), se dava na base sociológica, enquanto a primeira apresentava a metodologia positivista, a segunda apresentava a metodologia estruturalista (COLISTETE, 2001).

A teoria cepalina do subdesenvolvimento pode ser identificada a partir de duas proposições básicas. A primeira proposição indica que as estruturas produtivo-econômicas dos países da América Latina teriam se especializado na produção do setor primário-exportador, sendo incapaz de difundir por si só, a partir do livre comércio, um progresso técnico para o resto da economia. Assim, para se desenvolver, seria necessário introduzir métodos mais eficientes de produção associados à diversificação industrial e o fim da especialização produtiva. A segunda proposição indica que existam ritmos desiguais de progresso técnico e produtividade entre Centro e Periferia. Uma vez identificado que Centro e Periferia são interdependentes, compreende-se que o desenvolvimento de um implica no desenvolvimento de outro, mesmo que de forma desigual. Devido ao seu caráter de distribuição assimétrica o desenvolvimento sempre se dará maior nos países de Centro. Essa distribuição assimétrica é derivada das estruturas produtivas formadas em distintos períodos históricos da economia. No período clássico, a dependência estava ligada à forma econômica agro-exportadora, já em períodos mais atuais, podemos visualizar novas formas de dependência ligadas à industrialização dos países (COLISTETE, 2001).

Ainda entre as décadas de 1960 e 1970, a América Latina se encontrava em um período histórico que estava sob o controle de várias ditaduras militares que foram incentivadas e apoiadas economicamente pelos EUA, o que gerou um momento econômico visualmente aquecido, com injeção de dinheiro externo, e gerou a sensação de progresso. Durante esse período, os governos militares da América Latina contraíram dívidas externas que se mostraram impagáveis, recaindo a conta no período de crise

financeira que ocorreu na década de 1980, conhecida como a década perdida. Era chegado o momento teórico da crítica ao desenvolvimento, visto apenas sob a dimensão econômica até então. Este modelo, notoriamente, não tinha se mostrado eficiente. A noção de desenvolvimento deveria ir além da dimensão econômica.

A produção científica a partir dos anos 1980 passou a apresentar a crítica das consequências das políticas desenvolvimentistas. Dessa forma, observou-se que, a produção do discurso do subdesenvolvimento criou a noção de Terceiro Mundo. Assim, os países de Primeiro Mundo, desenvolvidos, ditariam aos países de Terceiro Mundo o que eles deveriam buscar. O discurso do desenvolvimento econômico, também teve profundos efeitos políticos e culturais. Desse modo, podemos dizer que o discurso desenvolvimentista propagado pelos EUA, a partir do discurso de Truman, teve implicações colonialistas e etnocêntricas nos países de Terceiro Mundo por eles afetados.

Dessa maneira, a narrativa criada para os países de Terceiro Mundo deveria ser desconstruída, abrindo trincheiras para novos modos de pensar e agir. Nesse sentido, as interferências externas dos EUA, nos países da América Latina, não vieram sem oposição. Na América Latina houveram movimentos que geraram processos de resistência e enfrentamento cultural. Esses enfrentamentos foram traduzidos no avanço e crescimento das diversas vertentes de movimentos sociais, a exemplo, do movimento negro, do movimento feminista, e do movimento ambientalista, do movimento sem-terra.

A partir do exposto, Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern, em seu livro “Terra-Pátria”, trouxeram à crítica aos modelos de sociedade em que vivemos, comparando o estágio anteriormente analisado como uma espécie de “agonia planetária”. Aqui podemos ver uma preocupação com o viés ecológico, preocupando-se com o único planeta em que todas as sociedades humanas vivem. Para Morin e Kern (2003), a busca desenfreada rumo ao desenvolvimento é cega às riquezas culturais, provocando sua agonia. O que faz com que o desenvolvimento tecnológico, perseguido pelos primeiros anos de desenvolvimentismo no pós-guerra, tenham sido insensíveis às diversidades e riquezas culturais, muitas vezes contribuindo para a erosão cultural dos países ditos subdesenvolvidos.

Em síntese, as crises econômicas e culturais vividas a partir da década de 1980, geraram a desconfiança civil necessária para o surgimento de movimentos de resistência e crítica científica ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista. Os teóricos

que analisam este período, o apontam como um período de crise do próprio sistema. Posterior a esse momento histórico, Morin e Kern (2003) concordam que pensar o desenvolvimento unicamente na dimensão econômica, pode trazer prejuízos irreparáveis à vida dos seres humanos. Com esse novo ponto de partida, o desenvolvimento hegemônico precisaria se adaptar e agregar novas dimensões para ser aceito pela sociedade. Seria isso ou extinguir-se.

Na América Latina, mesmo com as fortes investidas desenvolvimentistas, a invasão cultural criada pela onda desenvolvimentista não conseguiu adentrar totalmente nas populações dos povos existentes. O que notamos é uma hibridização cultural (MARTÍN-BARBERO, 2008), que auxilia na globalização e no projeto desenvolvimentista, mas ao mesmo tempo serve de resistência para a questão da descentralização do poder. Pesquisar essas hibridizações e essas resistências podem indicar pontos chave para a criação e adaptação de outros desenvolvimentos (ao desenvolvimentismo) uma vez que a homogeneização da cultura no cotidiano pode não ser a melhor alternativa para resolver os problemas que o mundo venha a enfrentar.

Vários modelos teóricos de desenvolvimento podem ser vistos como alternativa ao desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960 e que foram usados para as práticas extensionistas no rural, destaco o Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Sustentável. Destes, talvez o Desenvolvimento Sustentável mereça destaque pela vertente hegemônica globalizada através das agendas globais de sustentabilidade.

3.2. A EXTENSÃO RURAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

No período pós-Segunda Guerra Mundial, conhecido como Guerra Fria, os sistemas de agricultura no mundo, com destaque para a América Latina, acabaram sofrendo as influências do processo de modernização e globalização em que o bloco capitalista do mundo se inseria (ESTEVA, 2000). No Brasil, as políticas públicas de crédito rural junto à assistência técnica pública influenciaram a agricultura de forma gradativa se apresentando em três momentos, sendo eles, o Humanismo Assistencialista (1948-1962), o Difusionismo Produtivista (1963-1984), o Humanismo Crítico (1985-1989).

Tanto o Humanismo Assistencialista como o Difusionismo Produtivista foram fases da Extensão Rural Brasileira em que suas atuações serviram de instrumento para impulsionar o projeto desenvolvimentista fundamentado na teoria de Rostow, sendo baseados, nas etapas dois e três da Teoria das Etapas de Desenvolvimento, respectivamente, a “precondição para o arranco” e o “arranco.” Já o momento denominado Humanismo Crítico está relacionado às teorias de desenvolvimento que vieram posteriormente e realizaram a crítica a esse processo, o humanismo crítico está fundamentado nas escolas construtivistas, sendo Paulo Freire a principal referência teórica.

O processo de modernização da agricultura ganhou destaque nas políticas públicas no Brasil a partir de 1963, com o aumento do número de contratos de Crédito Rural Orientado, que apresentavam o objetivo específico de aumentar a produção e produtividade das atividades agropecuárias de médias e grandes propriedades rurais através de linhas de crédito de investimento e custeio de produção. Este tipo de contrato de crédito rural foi criado em 1961 e foi gradativamente substituindo a linha de crédito rural que representava a fase humanista assistencialista da extensão rural no Brasil, o Crédito Rural Assistencialista, modalidade destinada a pequenos agricultores que incluía entre seus objetivos, além das linhas de investimento e custeio das atividades agrícolas, melhorias na condição de vida como nutrição, habitação, saúde, educação, vestuário e lazer, consideradas como linha de crédito para estímulo da economia doméstica (RODRIGUES, 1997).

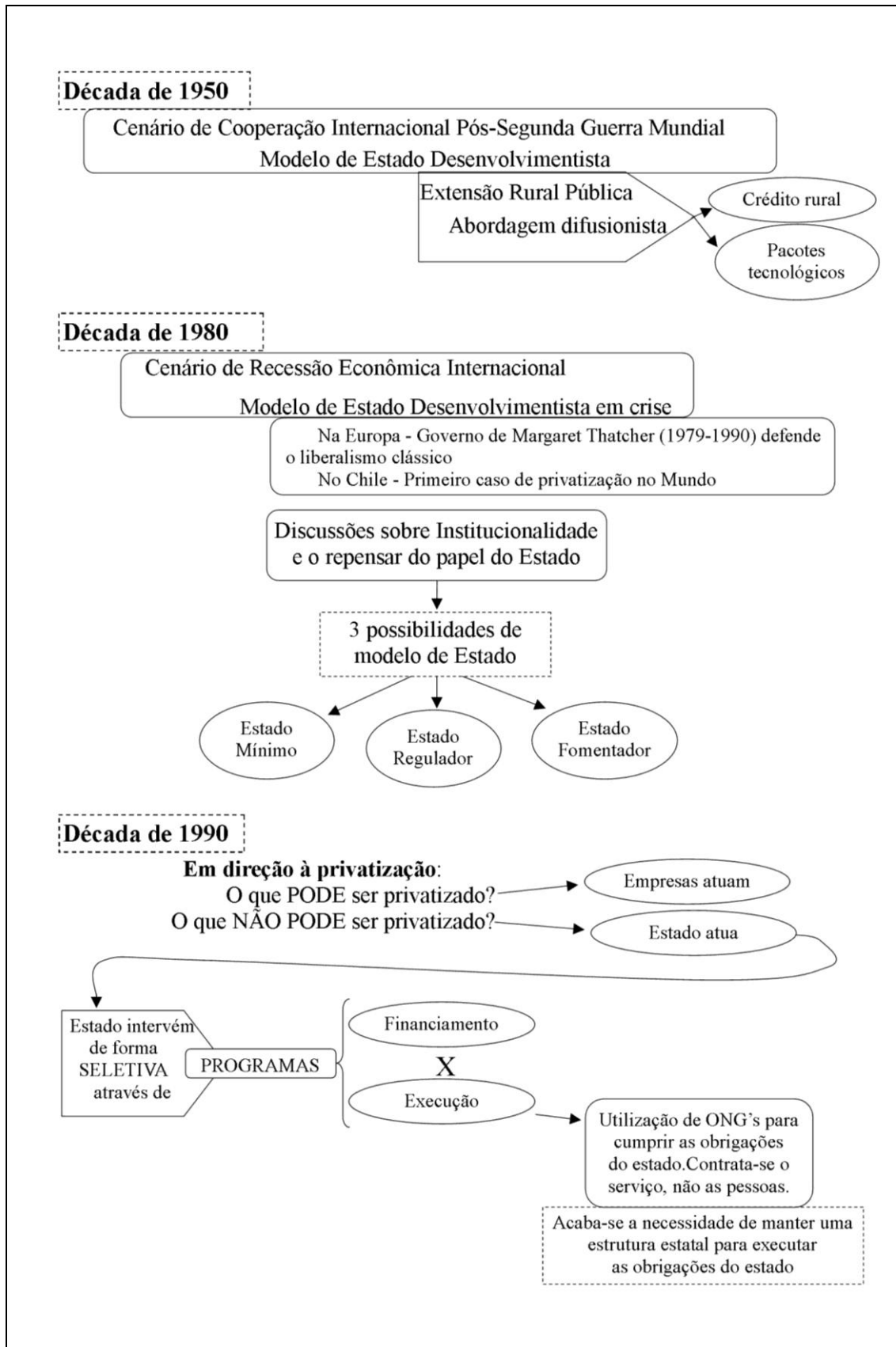
Nos primeiros anos, o processo de modernização da agricultura provocou muito entusiasmo devido à ocorrência das supersafras fomentadas pelos pacotes tecnológicos, no entanto, os benefícios das políticas de modernização beneficiaram apenas os grandes produtores e colocando à margem do processo tecnológico os pequenos e médios produtores (SILVA e BOTELHO, 2014). Com a marginalização de pequenos e médios produtores, o que se viu foi um processo de aumento de desigualdade social, com crescentes taxas de empobrecimento no campo e na cidade, assim como uma agricultura homogeneizante e insustentável ao meio ambiente, baseada em insumos agrícolas e pacotes tecnológicos fechados.

A crítica ao processo de modernização difusionista trouxe de 1985 à 1989, junto às políticas públicas brasileiras, o projeto extensionista do Humanismo Crítico. A partir desta visão de extensão rural o progresso tecnológico até podia ser um dos objetivos, mas não poderia ser o único e impositivo, tal quais os formatos dos pacotes

tecnológicos. O extensionista passaria a se tornar um interlocutor das comunidades assistidas, realizando o diálogo direto entre público assistenciado e Estado (RODRIGUES, 1997).

Em comparação ao cenário internacional, o Brasil seguiu a agenda de política extensionista internacional, onde a partir dos anos 1950 investiu numa extensão rural pública, adotando um modelo de Estado Desenvolvimentista, de abordagem difusionista, Extensão Orientada à Oferta, e, a partir dos anos 1980, passou por um processo de repensar o papel do Estado, adotando um modelo de Estado menos global e mais focalizado em pontos onde a iniciativa privada não pudesse atuar. Assim o momento do Humanismo Crítico, priorizou os pequenos e médios produtores, e deixou a extensão rural a cargo das instituições privadas para os grandes produtores. Esse cenário se consolida nos anos 1990 quando as ONGs ganham grande parte do papel nas obrigações do Estado em executar programas de assistência técnica e extensão rural. Uma síntese dessas dinâmicas foi explorada no Quadro 01.

Quadro 01 Síntese da dinâmica dos processos de cooperação internacional, que influenciaram na Extensão Rural pós-Segunda Guerra Mundial:



3.3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O discurso do desenvolvimento teve sua crise nos anos oitenta após a falha no processo modernizante que gerou concentração da riqueza, desigualdade social e erosão cultural. Nesse momento histórico, os movimentos sociais por justiça ambiental denunciavam os perigos de saúde em que as populações de diferentes áreas do campo e cidade eram submetidas (RÂMME, 2012), as populações da América Latina promoviam movimentações em resistência aos governos de ditadura militar (QUIJANO, 2000), os estudos econômicos eram questionados pelo seu viés exclusivamente econômico (HALL, 1997), e cresciam os estudos científicos que dariam base ao conceito de “desenvolvimento sustentável”, mundialmente disseminado em 1992 na “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, conhecida como Eco-92 (MARTÍN e GONZÁLEZ, 1997).

O conceito de desenvolvimento sustentável que deu base ao discurso de sustentabilidade e guiou práticas internacionais ao redor do mundo é o que está presente no Relatório de Brundtland, lançado em 1987, também conhecido como “*Nosso Futuro Comum*”. Nele o desenvolvimento sustentável é caracterizado como “aquele que atende as necessidades do presente sem colocar em perigo a possibilidade de que as gerações futuras possam atender as suas”. O Relatório Brundtland, por sua vez é uma resposta aos estudos publicados na Conferência de Estocolmo, em 1972, pelo Clube de Roma, conhecidos pelo nome de “*Limites do Crescimento*”. Ambos os estudos foram organizados por Donella Meadows e Dennis Meadows (MARTÍN e GONZALEZ, 1997).

Anos mais tarde, em 1992, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), organizou uma coletânea de artigos que debatiam e realizavam uma crítica ao Relatório de Brundtland, intitulado “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: Mais além do Informe Brundtland”, esses estudos foram essenciais para o debate ocorrido na “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável” (conhecida como ECO-92) e sequente construção da “Agenda 21”, que por sua vez, foi importante para a construção de agendas políticas ao redor do mundo (MARTÍN e GONZALEZ, 1997).

A Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançada em 2015 é a terceira Agenda de Cooperação Internacional pautada no desenvolvimento

sustentável lançada, anteriormente à elas, outras duas agendas foram realizadas: [1] a Agenda 21 foi lançada em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento; [2] a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi lançada em 2000, através da Declaração do Milênio da ONU.

Assim, a partir dos acordos internacionais firmados na Eco-92, o discurso vindo do conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser encarado como uma prioridade e responsabilidade do mundo e das Agências de Cooperação Internacional, a partir das agendas de desenvolvimento sustentável. O Quadro 02 retrata a trajetória história das Grandes Conferências Mundiais até a definição das ODS.

O que iremos observar através da história da sustentabilidade, vista sobre as grandes óticas governamentais, é que apesar do grande trabalho desenvolvido desde 1972, em Estocolmo, na primeira grande conferência mundial relacionada ao que hoje discutimos como sustentabilidade, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, ainda há muito que ser melhorado. Visto o déficit de consulta popular nas primeiras conferências e a complexidade do tema a ser abordado. Com muita facilidade, várias foram as vezes que o tema ambiental foi discutido como se fosse um tema à parte da dimensão humana que a sustentabilidade ampara. Sem dúvidas, os ecos dos discursos de Trumman ainda nos assombram ao ver as divisões globais que se formam e formaram.

Em contrapartida, se o discurso hegemônico de Desenvolvimento Sustentável foi construído a partir de grandes conferências mundiais e pode ser caracterizado como um Desenvolvimento Sustentável que se molda ao modelo hegemônico de economia capitalista, de orientação metodológica difusionista, podemos dar destaque ao processo de construção do Desenvolvimento Rural Sustentável, que foi debatido, pensado e construído alinhado ao pensamento construtivista, de adaptação aos modelos locais de vida e agricultura, alicerçado na Agroecologia.

Assim, a Agroecologia, enquanto ciência (CAPORAL e COSTABEBER, 2004; GÚZMAN, 2002), se propõe a construir e reconhecer conhecimentos sobre a base das experiências de diferentes culturas e sociedades, muito alinhada ao pensamento pedagógico construído por Paulo Freire e a Extensão Rural Participativa, de orientação metodológica dialógica.

Ainda a Agroecologia, enquanto promotora do Desenvolvimento Rural Sustentável “consiste na busca do local para, desde si, recriar a heterogeneidade do

meio rural através de formas de ação social coletivas” (CASADO, MOLINA e GUZMAN, 2000, p. 147, *tradução nossa*).

Quadro 02 - Histórico das Grandes Conferências Mundiais até a definição das ODS

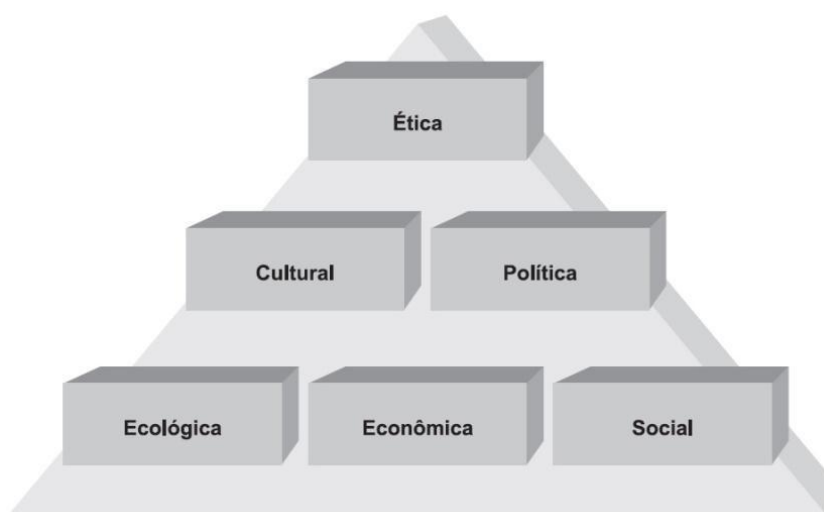
1968 – Fundação do Clube de Roma
1972 – Clube de Roma organiza e lança o relatório “Os Limites do Crescimento” (organizado por Donella Meadows e Denis Meadows)
1972 – <i>1ª conferência mundial</i> <i>Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano</i> (Estocolmo, Suécia)
1987 – Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum” (organizado por Donella Meadows e Denis Meadows)
1992 – Lançamento da coletânea de artigos preparatória para a Eco-92 “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Mais além do informe Brundtland”
1992 – <i>2ª conferência mundial</i> <i>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento</i> <i>Conhecida como Eco-92 ou Rio 92</i> <i>Criação da AGENDA 21</i> (Rio de Janeiro, Brasil)
(Em paralelo à Eco-92 acontecia o Fórum Global, encontro organizado pelas ONGs. Ao final do Fórum Global foi confeccionada a CARTA DA TERRA)
2000 – Líderes mundiais se reuniram em Nova York (EUA) para adotar a Agenda da Declaração do Milênio da ONU, também conhecida como OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)
2002 – Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Conhecida como Rio+10 (Johanesburgo, África do Sul)
2010 – Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Nova York, EUA)
2012 – <i>3ª conferência mundial</i> <i>Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável</i> <i>Conhecida como Rio+20</i> <i>Primeira das Grandes Conferências à incluir Participação Social além da Participação dos Chefes de Estado</i> (Rio de Janeiro, Brasil)
2015 – Cúpula do Desenvolvimento Sustentável Definição da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Casado, Molina e Guzman (2000) ao verificar a gênese do Desenvolvimento Rural Sustentável, encontraram movimentos de desenvolvimento que corriam na contramão do Desenvolvimento Rural hegemônico de commodities, difusionista. Com isso, eles tratam do “desenvolvimento pensado para os não desenvolvidos”. Desse modo, na década de 1950 temos o Desenvolvimento Comunitário, na década de 1970 o Desenvolvimento Rural Integrado, para só então na década de 1990 o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Baseados nas discussões do movimento ambientalista e da corrente teórica européia da Agroecologia, Caporal e Costabeber (2004) apresentam uma visão crítica ao modelo de Desenvolvimento Rural baseado na teoria da difusão das inovações de Everett M. Rogers. Neste contexto, ao se apropriarem das discussões acerca do conceito de sustentabilidade, os autores apontam para o modelo de desenvolvimento rural sustentável que estabelece estratégias para uma agricultura baseada na sustentabilidade em múltiplas dimensões.

Para Caporal e Costabeber (2002), então, a sustentabilidade pode ser analisada de forma multidimensional, de modo a auxiliar nos processos de transição apoiados nos princípios da Agroecologia. Essas dimensões estão categorizadas em três níveis hierárquicos (figura 6), estando eles todos interrelacionados, no primeiro nível então encontramos as dimensões ecológica, econômica e social, no segundo nível encontramos as dimensões cultural e política, e, por fim, no terceiro nível encontramos a dimensão ética.

Figura 6: Multidimensões da Sustentabilidade



Fonte: Caporal e Costabeber (2002)

A dimensão ética acaba encontrando-se no topo em nossa pirâmide, pois é a partir dela que encontramos um caminho para todas as outras reflexões em torno da sustentabilidade. A ética, neste contexto da sustentabilidade e ligação com a agricultura, deve ser entendida através das relações das populações entre si, e das populações com a natureza. Alguns elementos que podem emergir dessas relações estão intimamente ligados à busca por soberania a segurança alimentar, a solidariedade entre povos, o direito ao acesso aos recursos naturais, a garantia à dignidade humana e os direitos da natureza (CAPORAL E COSTABEBER, 2002; LEFF, 2014). Ainda, segundo Enrique Leff (2014) a Ética Ecológica é pautada pela saber ambiental. Assim, o saber ambiental busca dar sustentabilidade à vida, mudando o olhar do conhecimento em relação ao mundo, assim sendo, o saber, o pensar e o conhecer acontecem e atuam com o mundo, não sobre ele.

Isto posto, na prática o Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da ótica da Agroecologia deve respeitar as seis dimensões da sustentabilidade através da transição agroecológica. O conceito de transição agroecológica proposto por Gliessman (2008) envolve o processo de conversão das práticas agrícolas convencionais (rumo à um redesenho do agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos) e a interação desta com as condições de componentes sociais (equidade, qualidade de vida, satisfação, eficiência, estabilidade cultural) e componentes ecológicos (estabilidade, resiliência, saúde, permanência), de tal modo as mudanças ocorram em um sentido que busque a sustentabilidade

Casado, Molina e Guzman (2000) consideram que o desenho de modelos agrários de natureza ecológica devem ser o ponto central para gerar esquemas de desenvolvimento sustentável, utilizando como elemento central o conhecimento local e as pegadas ecológicas, para isso o conhecimento endógeno deve ser fomentado com o estímulo de soluções locais e específicas de cada lugar, ao contrário do processo de modernização da agricultura fomentado junto à ideia de desenvolvimento rural baseado em matriz difusionista.

Altieri e Toledo, (2011) em seu trabalho “La Revolución Agroecológica em Latinoamérica” mostram o potencial de mudança social e agrária que a Agroecologia pode promover a partir de projetos, iniciativas e movimentos de inspiração agroecológica no Brasil, região Andina, México, América Central e Cuba. O trabalho de Altieri e Toledo (2011) aponta a Agroecologia está causando uma tripla revolução de pensamento, ou seja, sendo uma revolução epistemológica, uma revolução técnica e

uma revolução social, capa de restaurar a autossuficiência local, conservar e regenerar a agrobiodiversidade, a produzir alimentos saudáveis e com baixo uso de insumos, além de dar poder aos agricultores, se contrapondo totalmente as políticas neoliberais baseadas na agricultura de commodities.

As discussões trazidas pelo campo da Agroecologia contribuem em muito para o pensamento decolonial, uma vez que estas respeitam a premissa do diálogo, primordial para o conceito de interculturalidade. Os ODS por sua vez, mesmo dialogando com a Agroecologia, são constituídos por metas universais, o que faz com que corram o risco de ditar o que é prioritário e o que não é para cada local, retirando, nestas vezes a capacidade de diálogo de determinadas populações. Por isso destacamos a necessidade de fomentar trabalhos acadêmicos futuros que reflitam e façam a crítica de quais saberes que orbitam o campo da Agroecologia são colonizados e quais são descolonizados.

Para finalizar este capítulo, fica o questionamento de que extensão rural queremos. Os caminhos teóricos nos trouxeram até o ponto em que estamos. E se podemos ter uma certeza, é a de que a extensão rural possui o seu caminho permeado por colonizações de saberes, onde o poder e a lógica produtivista foi forjada por realidades externas ao próprio local de ação extensionista. Assim, defendendo que o ideal é percorrer o caminho para avançar para uma extensão rural que se baseie em matrizes teóricas descolonizadoras.

Os capítulos que se seguem acabaram sendo pensados sempre com a seguinte pergunta em mente: “Que Extensão Rural queremos?”. Ora, se partimos de uma lógica de pensamento e de uma pesquisa com chão teórico da Extensão Rural, nada mais intuitivo que estudar algo pensando em onde queremos ir. Pois bem, apesar da busca pela instrumentalização (formação de metodologias) ser uma ordem de pensamento forjado no colonialismo, podemos também afirmar que esta busca é uma obra de desconstrução, da própria colonialidade, que ruma a uma construção descolonial. Portanto, para sair de uma realidade colonizada para uma realidade descolonizada, várias hibridizações ocorrerão até que possamos sair de pontos contraditórios. A busca pela descolonização é um processo, e como tal, deve ser vista como um caminho de aprendizagem constante. Vamos descobrir, ao longo desta tese, que esses processos de aprendizagem podem ser muito pedagógicos.

De toda forma, a sociedade atual ainda nos exige um pensamento instrumental em nossas práticas de trabalho. Nosso trabalho enquanto profissionais de extensão é sempre a busca pelo diálogo, por estar disponível para dialogar, afinal, é sobre isso que

se tratam as mediações sociais, estar disponível para aprender e ensinar. Seguiremos dialogando na tentativa de tirarmos nossos véus colonizados e nossos véus colonizadores.

Caminhar é preciso, pesquisar também é. A caminhada, para melhorar a prática da Extensão Rural, depende diretamente das constantes pesquisas para melhorar as ações de seus trabalhadores. Entender que nosso conhecimento está entremeadado às lógicas colonizantes do saber é necessário para rumar para caminhos libertadores e desprendidos de tais lógicas. Essas lógicas colonizantes, por suas vez, trazem consigo uma violência intelectual que geram mais dependência do que autonomia aos “beneficiários” dos programas de extensão rural. A extensão rural deve ser emancipatória, de nada adianta fazer com que os beneficiários dos programas de extensão dependam de seus extensionistas para seguir em seu caminho.

A Economia Solidária entra nesta ciranda com a sua experiência que anseia por ser compartilhada e dialogada. Mais do que desenvolver outro modelo extensionista, intentamos aqui fomentar o diálogo de saberes, onde hora se aprende, ora se ensina, ora se fala, ora se escuta, ora se movimenta, ora permanece imóvel. Entender que extensão queremos, também exige entender quem somos, entender de que processo viemos e em que processos queremos avançar.

Diferente da Extensão Rural que nasceu com um propósito puramente capitalista, a Economia Solidária nasceu de um ideal de oposição à Economia Capitalista. Acompanhar a história de ambas e perceber em que momentos elas começam a dialogar é um dos exemplos onde as mediações culturais com suas hibridizações tem potencial descolonial. Afinal, o que é mais decolonial que o encontro de duas lógicas que fazem surgir uma terceira lógica, adaptada e comum às duas lógicas primárias?

Para nos descolonizarmos, precisamos avançar com o diálogo de saberes e a tradução de experiências. A Economia Solidária, a partir da experiência da FEICOOP, tem esse potencial de mostrar caminhos descolonizantes. Para dialogar é preciso praticar a mediação, e para mediar é preciso tornar-se vulnerável.

Assim, nesta tese, para aprender e dialogar com a Economia Solidária, nos tornamos vulneráveis e nos permitimos ser tocados pelas lógicas e experiências presentes no cotidiano da Economia Solidária, mais especificamente neste trabalho, pelas lógicas e experiências presentes no cotidiano da FEICOOP.

Só ao final, refletiremos se precisamos ou não mudar nossos pensamentos. Por ora nos atentemos a ouvir.

4. AS MEMÓRIAS QUE VIVI DA FEICOOP

Descrever e analisar a FEICOOP exige sempre um certo cuidado. Pois seria fácil cair no erro de analisar apenas a parte de comercialização e acabar esquecendo de todo o resto que é construído, porém pouco computado no local. O que fica da FEICOOP depois que ela acaba? O que faz de uma feira de Economia Solidária ser uma feira de Economia Solidária e não apenas uma outra feira de comercialização?

A riqueza da FEICOOP é muito melhor representada pela possibilidade de encontrar-se com os outros, do que propriamente vender seus produtos. Obviamente vender os próprios produtos e melhorar a renda familiar é importante. Mas é necessário reforçar que este não é o único objetivo da feira.

O entendimento de que a FEICOOP é um ponto de encontro que dá sustentação para seguir colaborando uns com os outros, de seguir na luta pela construção da Economia Solidária. O entendimento de que os espaços formativos, os espaços culturais, as rodas de conversa e os debates que acontecem durante a feira são balizadores para o pensamento da Economia Solidária, enquanto movimento social que se constrói e reconstrói constantemente.

A escrita deste capítulo busca traduzir, em parte, a essência do potencial transformador, com base na vivência da feira. Desta forma, enquanto pessoa/estudante/profissional/pesquisador que vivenciou a FEICOOP de diferentes vieses, busco traduzir, recontar e analisar minhas memórias da feira.

Durante as FEICOOPs que participei/organizei, alguns momentos permanecem registrados de maneira forte na memória. Alguns deles relatarei aqui neste capítulo, enquanto permeio pela história da Economia Popular Solidária no Brasil e pelas teorias que nos direcionam para uma descolonização do trabalho na Economia Solidária e na Extensão Rural.

Desta forma, escolhi quatro memórias de situações dentro da feira, e a partir delas vou discorrer alguns temas que estiveram presentes em todas as edições que experienciei. Cada memória levará a uma reflexão, teórica ou histórica, de pensamentos que a FEICOOP faz emergir.

A forma textual aqui apresentada foi escolhida com o intuito de ressaltar a importância de vivenciar a Economia Solidária através da experiência. Com seus nuances, seus detalhes, suas visadas. Aprendente e ensinante.

4.1 PRIMEIRA MEMÓRIA: A CAMINHADA PELA PAZ E O EXEMPLO

O momento da mística na hora de aprender com a prática da Economia Solidária é aquele que nos dá o impulso para assumir o compromisso com as ações que serão executadas. A mística é o caminho e o que nos faz caminhar, é a partir dela que podemos construir sentimentos de pertencimento e compromisso com os espaços que iremos territorializar e dar significado. A primeira memória apresentará a caminhada pela paz, um momento essencialmente místico da FEICOOP.

Esta memória é da primeira FEICOOP que participei da organização. Meu trabalho enquanto voluntário da Feira era atuar na organização da parte estrutural das atividades formativas no momento da feira. Dentre nossas organizações, enquanto grupo, baseava-se em organizar as salas da Escola Estadual José Otão e os lonões dispostos no largo da Basílica da Medianeira para a ocorrência das atividades formativas, direcionar e informar as pessoas que procuravam por suas atividades e resolver as pendências de última hora, como encaixar algum grupo na programação geral, era o nosso trabalho.

Para quem não conhece a FEICOOP, a primeira vista encontra uma feira de comercialização, mas, na medida em que encontra os materiais explicativos da feira, e se atenta às programações transmitidas na Rádio Interna, acaba percebendo que a parte formativa da feira é muito mais pulsante e presente do que aparenta ser. É na parte formativa da feira que a Economia Solidária tem a chance de se olhar no espelho e refletir sobre suas ações, organizações e conexões. As redes de Economia Solidária se constroem fortemente nesses momentos da feira.

Ainda sobre essa primeira edição que participei, dentro da programação geral da FEICOOP, no sábado à tarde, por volta das 15:00, estava marcada a “Caminhada para a Paz”, que iniciou em frente à Catedral da Medianeira e rumou em direção ao palco principal da Feira.

Naquele ano, a Begair teve o papel de nos dar dicas sobre a Feira, que locais não poderíamos deixar de visitar, e quais partes da programação deveríamos participar de forma integral. Assim, eu, e outros colegas do GATS, ouvimos o conselho de participar da Caminhada. Chegando na concentração, encontramos com diversos grupos que também estavam esperando para participar, dentre eles consigo destacar três que estão bem vívidos em minha memória: o Levante Popular da Juventude, o Movimento Sem Terra e a Marcha Mundial das Mulheres.

As protagonistas dessa memória são as mulheres da Marcha Mundial das Mulheres. Em especial destaco uma senhora com ar muito jovial dos cabelos grisalhos, que não sei dizer qual seria seu nome.

Como a maioria das integrantes do GATS eram estudantes mulheres, acabamos nos localizando lado a lado às mulheres da Marcha Mundial das Mulheres. Para os que nunca presenciaram, a caminhada é preenchida por cânticos militantes, palavras de ordem. Lembro que depois de um “Ah ha, uh hu, a SENAES é nossa! Ah ha, uh hu, a SENAES é nossa!”, começou um cântico puxado pela Marcha Mundial das Mulheres. Na segunda repetição já tinha aprendido, e a minha vontade era a de cantar junto. No anseio para não fazer nada de errado, perguntei à senhora grisalha da Marcha, que estava bem próxima a mim, se não seria errado que eu cantasse junto. Eu, homem cis, hétero, de pele clara, fiquei com medo de não estar no meu local de fala ao cantar, ou simplesmente junto. As dúvidas de quem está aprendendo: “Será que posso cantar junto?”, “Será que posso estar aqui entre elas?”, “Posso ocupar esse espaço?”.

Recebi então uma resposta da senhora, lembro dela olhar diretamente em meus olhos, em um tom de festividade que o momento emanava: “Meu filho, eu não lutei por liberdade e pela democracia na época da ditadura para impedir alguém de cantar algum canto. Cante, e encha os pulmões para cantar bem alto.”. Ali tive minha primeira lição prática sobre interculturalidade.

Eu e a senhora estávamos em festa pela Economia Solidária, cada um representando um grupo diferente, cada qual com suas lutas e particularidades culturais, mas cada qual com um imenso desejo de dialogar e aprender, e ensinar. Considero aquele momento ponto crucial dentro da minha formação humana. Ali senti o peso da democracia e a necessidade de abrir o diálogo para que entendam nossas experiências, para que vejam nosso mundo e o reconheçam enquanto mundo também.

A partir do dizer “Ditadura Nunca Mais”, hoje caminhamos em direção à expressão “Democracia para Sempre”. A FEICOOP é ponto de encontro entre culturas, o *tipoi* citado na metodologia de Boaventura de Souza Santos. E é quando esse encontro intercultural acontece que se faz presente a experiência Aprendiz/Ensinar.

4.1.1 Quem é essa a tal SENAES?: História da Economia Solidária no Brasil

Mas é essa tal de SENAES, das palavras de ordem daquela caminhada pela paz. Por que ela era importante? E por que dizer que ela era nossa?

Bom, se a SENAES era nossa, precisava saber melhor quem ela era naquele momento. Com esse propósito retomo um breve histórico da Economia Popular Solidária, suas organizações enquanto movimento social, e seus desenvolvimentos rumo às políticas públicas.

Assim, torna-se necessário voltar aos anos 1980, onde os movimentos sociais efervesciam e tinham grande importância nas lutas populares e na organização social de parcelas da população que não eram vistas pelas políticas públicas, ainda mais em um cenário político internacional em que o neoliberalismo avançava a plenos vapores tornando-se a principal linha de pensamento econômica. No mesmo contexto histórico, por consequência do neoliberalismo, a forte crise econômica vivida nesse período acarretou em um alto índice de desemprego (FRANÇA FILHO et al, 2006).

Neste cenário, de crise que a Economia Solidária tem sua gênese, em solo brasileiro, a partir de numerosas iniciativas locais, muitas vezes apoiadas pela organização social da Igreja Católica Cáritas Brasileira, dentre essas iniciativas, damos destaque para os PACS (Projeto Alternativos Comunitários) que focavam seu trabalho na organização associativa de trabalhadores rurais e urbanos para a geração de trabalho e renda. Junto aos PACs, percebeu-se a parceria desses projetos junto às ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativismo Popular), que eram incubadoras oriundas de projetos das Universidades e davam o apoio técnico, logísticos e jurídicos aos empreendimentos autogestionários (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Na década de 1990, após a redemocratização do Brasil e o fim da ditadura militar, em 1988, as experiências de Cooperativismo Popular crescem no Brasil, mas ainda trabalham de forma isolada umas das outras, a exemplo da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas); da Federação de Cooperativas de Trabalho do Estado de São Paulo; da Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB) do estado da Bahia; e da Associação de Moradores do Conjunto Palmas (ASMOCONP) localizada na periferia da cidade de Fortaleza e mais conhecida como Banco Palmas (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Já o Cooperativismo, em si, surge no Brasil com inspiração direta do Pensamento Cooperativo surgido no século XIX em Rochdale, na Inglaterra. A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, surgiu em 1844, constituída por 28 operários, em sua maioria tecelões, sendo 27 homens e 1 mulher, é reconhecida como a primeira cooperativa moderna. Os Pioneiros de Rochdale surgiram no contexto da Revolução Industrial, marcada por péssimas condições de trabalho, seu estatuto e sua

experiência serve como base para a doutrina cooperativista, e, a partir dela, todo o cooperativismo moderno se baseia.

Os princípios cooperativistas rochedalianos, fazem parte da doutrina cooperativista, e foram adotados pela Aliança Cooperativa Internacional (AIC) em 1921, no Décimo Congresso da ACI, na Basileia (Suíça), exigindo-se o cumprimento deles por todas as suas cooperativas associadas.

Os princípios rochedalianos são: [1] adesão livre e voluntária; [2] gestão democrática; [3] participação econômica; autonomia e independências; [4] autonomia e independência; educação, formação e informação; [6] intercooperação; [7] interesse pela comunidade.

O cooperativismo no Brasil teve seu primeiro caso em 1889, através da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, a partir de iniciativa do padre suíço Theodor Amstad, surge em 1902 Cooperativas de Crédito e em 1906 Cooperativas no Meio Rural. De volta a nível nacional, em 1969, surge a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que representa o movimento cooperativo dentro e fora do país, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O movimento de Cooperativismo Popular se desenvolveu desvinculado do Cooperativismo ligado à OCB, apesar de ser incontestável que a tradição cooperativista e suas raízes, influenciaram no modo de pensar o cooperativismo na Economia Solidária, sobretudo a partir dos seus princípios. Ainda isoladas no final da década de 1980, essas iniciativas locais começaram os processos de organização regionais na década de 1990, culminando numa articulação de nível nacional nos anos 2000, a partir de organização formal iniciada dentro do primeiro Fórum Mundial Social, em Porto Alegre.

O primeiro Fórum Social Mundial pode ser considerado um marco para a Economia Popular Solidária no Brasil. Pois foi a partir dessa edição do fórum que representantes da Economia Popular Solidária criaram uma entidade de articulação nacional do movimento popular, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), e, junto com o Fórum foi criado o 1º Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária. Foi a partir desse GT, que as articulações políticas conseguiram ser feitas.

Nesse contexto, ao final de 2002, devido à eleição de Luís Inácio Lula da Silva, o GT elaborou uma Carta, durante sua I Plenária, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, reivindicando a criação da Secretaria Nacional

de Economia Solidária. A emergência do tema foi bem recebida pelo novo governo, no qual as empresas e empreendimentos, bem como dos grupos de articulação e gestores públicos envolvidos no projeto demonstraram o dinamismo da Economia Solidária (SINGER, 2014).

Para o Fórum se fazia necessário uma política pública nacional de Economia Solidária, que valorizasse os empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país. Assim:

Neste processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (em especial, com a lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho). (Site: Histórico do FBES)

A partir dessas características, a Economia Solidária foi admitida como elo de consolidação de uma importante política pública que surgiu no início do governo, o Programa Fome Zero, que se apresenta como maior expressão do Plano Brasil Sem Miséria, sendo considerada nessa perspectiva como uma importante estratégia de inclusão produtiva urbana, direcionada às comunidades mais pobres e populações vulneráveis (SINGER, 2014).

Assim, sua institucionalização começou com o inciso XIII do art. 30 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que instituiu O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, como órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, integrando o Ministério do Trabalho e Emprego, o CNES tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária. Com o estabelecimento do CNES, a partir de junho de 2003, temos a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SINGER, 2014).

No governo Michel Temer (2016-2018), a Secretaria Nacional de Economia Solidária já havia sido rebaixada à posição de Subsecretaria Nacional de Economia Solidária, dentro do Ministério do Trabalho.

Com o início do governo Bolsonaro (2019-atual), ocorreu a extinção do Ministério do Trabalho, que havia sido criado em 1930. O Ministério do Trabalho foi substituído por uma secretaria no Ministério da Economia, tornando-se uma secretaria. Como consequência, todas as suas atribuições foram divididas entre Ministério da

Economia, Ministério da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública. Todas estas modificações podem ser encontradas na medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que depois foi convertida em Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. A Lei nº 13.844/2019 estabelece a organização básica dos órgãos de Presidência da República e dos Ministérios.

Nesse momento, em 2019, a Economia Solidária passou a integrar oficialmente o Ministério da Cidadania e o que se pode perceber foi a redução da abrangência conceitual que a Economia Solidária ocupa no governo, se reduzindo ao cooperativismo e associativismo urbano, perdendo a sua função no cooperativismo e associativismo rural.

Seção III - Do Ministério da Cidadania

Art. 23. Constituem áreas de competência do Ministério da Cidadania:

II - política nacional de segurança alimentar e nutricional;

III - política nacional de assistência social;

XVII - assistência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos;

XXIV - cooperativismo e associativismo urbanos.

Na Lei nº 13.844/2019 a Economia Solidária integra estruturalmente o Ministério da Cidadania através do “Conselho Nacional de Economia Solidária”.

Seção III - Do Ministério da Cidadania

Art. 24. Integram a estrutura básica do Ministério da Cidadania:

XV - o Conselho Nacional de Economia Solidária;

§ 3º O Conselho Nacional de Economia Solidária é órgão colegiado de composição tripartite, observada a paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

O artigo 83 da Lei nº 13.844/2019 regulamenta a realocação da antiga “Subsecretaria de Economia Solidária” e do “Conselho Nacional de Economia Solidária” para o ministério da Cidadania:

Seção IX - Das Medidas Decorrentes da Transformação do Ministério do Trabalho

Art. 83. As competências, a direção e a chefia das unidades administrativas do Ministério do Trabalho existentes na data de publicação da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, ficam transferidas, até a entrada em vigor das novas estruturas regimentais:

II - para o Ministério da Cidadania:

- a) a Subsecretaria de Economia Solidária; e
- b) o Conselho Nacional de Economia Solidária; e

A extinção da SENAES foi confirmada no Decreto nº 9.674, de 02 de janeiro de 2019, onde foram definidas as secretarias e departamentos do Ministério da Cidadania:

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Ministério da Cidadania tem a seguinte estrutura organizacional:

5. Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana:

5.1. Departamento de Inclusão Produtiva;

5.2. Departamento de Parcerias; e

5.3. Departamento de Economia Solidária; e

A partir disto, é possível visualizar que a Economia Solidária foi rebaixada à um Departamento, dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, dentro do Ministério da Cidadania, perdendo sua amplitude de ação enquanto política de ruralidades.

Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, o que tivemos foi um completo descaso e abandono com a Economia Solidária, sendo que o apoio governamental recebido veio através de emendas parlamentares de deputados federais.

Em 2023, já no início do terceiro mandato do Governo Lula, temos novamente uma mudança estrutural dentro do governo para a Economia Solidária, o Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023, estabelece a estrutura regimental do Ministério do Trabalho e Emprego, trazendo de volta o Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária⁹. Dentro da secretaria temos dois departamentos, o Departamento de Parcerias e o Departamento de Projeto. As competências da secretaria e departamentos podem ser conferidas conforme os artigos 33, 34 e 35 do decreto:

⁹ Destaco aqui a inclusão do termo “Popular” na secretaria, o que denota uma mudança conceitual incorporada dentro dos movimentos sociais onde agora a “Economia Solidária” passa a se autodeclarar como “Economia Popular e Solidária”, a fim de se diferenciar de movimentos sociais antidemocráticos que derivaram a partir das manifestações de junho de 2013, a exemplo do Movimento Passe Livre.

Art. 33. À Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária compete:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;
- II - promover a articulação com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos públicos em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças e outras formas de organização deste setor e estimular o cooperativismo de crédito;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, com vistas ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias com outros órgãos do Governo federal e com órgãos dos Governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar parcerias com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII - supervisionar, orientar e coordenar as atividades de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- IX - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- X - promover a articulação com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Art. 34. Ao Departamento de Parcerias compete:

- I - promover ações e elaborar e coordenar programas que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária;
- II - coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações não governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições, com vistas ao desenvolvimento de programas de economia solidária;
- III - promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante fomento à abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e consumo ético;
- IV - promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes; e
- V - cooperar com as Secretarias do Ministério e com outros órgãos públicos para o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos empreendimentos solidários.

Art. 35. Ao Departamento de Projetos compete:

- I - colaborar com o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas na área da economia solidária;
- II - em articulação com a Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho Secretaria-Executiva, apoiar a produção e a divulgação de dados e estatísticas na área de economia solidária;
- III - promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e a promoção da economia solidária;

- IV - coordenar estudos da legislação que visem ao fortalecimento da economia solidária; e
 - V - apoiar iniciativas das universidades com vistas à criação de campo acadêmico e científico da economia solidária.
- (BRASIL, 2023, Grifo nosso)

Com esse decreto a Economia Popular Solidária volta a estar dentro das políticas de estado, ganhando força e relevância tanto para trabalhadores urbanos, como para trabalhadores rurais.

Um fato é que a Economia Popular Solidária, dentro de sua curta história de políticas públicas brasileiras, existiu em âmbito nacional, apenas como Política de Governo, o que fez com que ela oscilasse e quase desaparecesse na gestão dos Governos de Temer e Bolsonaro, para então, retornar com força no terceiro mandato do Governo Lula, em janeiro de 2023.

Uma alternativa para evitar que a Economia Solidária desapareça enquanto política pública é a de transformá-la em Política de Estado, em forma de leis e /ou emenda constitucional, caso da PL 519/2015 do Senador Osmar Dias (PDT/PR) e da PEC 69/2019 do Senador Jaques Wagner (PT-BA), ambas ainda em trâmite¹⁰.

A Proposta de Lei ° 519/2015 tem sua origem na Proposta de Lei do Senado n° 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias (PDT/PR). A mesma dispõe sobre as sociedades cooperativas e reconhece as cooperativas de ajuda mútua e de viés solidário. Conforme pode ser visto na redação da PL (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015):

Capítulo II – Da natureza e das características da cooperativa

Art. 2º....

§ 2º. São reconhecidas como cooperativas de ajuda mútua e de viés solidário as que atuam em segmentos sociais economicamente frágeis ou que são vinculadas a iniciativas de superação da pobreza, conforme definido em regulamento.

§ 3º. As cooperativas de ajuda mútua e viés solidário, de que trata este artigo, poderão receber prioridade ou facilidades no acesso a recursos públicos e, também, tratamento tributário e fiscal diferenciado, desde que assim reconhecidas pelo órgão público correspondente previsto no regulamento.

Segundo o Jornal Diplomatique, em junho de 2019, a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas) “se mobilizou para exigir a apresentação do relatório da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

¹⁰ Última verificação da PL n° 519/2015 e da PEC n° 69/2019 foi realizada pelo autor em 05 de janeiro de 2023 e ambas ainda estavam em tramitação.

(CTASP) e sua aprovação no Projeto de Lei (PL) nº 519/2015” (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2019).

A proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2019, de iniciativa do senador Jaques Wagner (PT-BA), e recebeu apoio de outros 30 parlamentares. A emenda trata de incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Ao fazer uma leitura da PEC nº 69/2019 (SENADO FEDERAL, 2019), destaca-se os seguintes trechos de justificação para proposição de emenda constitucional:

O Professor Eros Grau, em A Ordem Econômica na Constituição de 1988, caracteriza a ordem econômica como um “conjunto de normas que define, institucionalmente, um determinado modo de produção econômica”. Assim sendo, ainda segundo Eros Grau, a ordem econômica jurídica (mundo do dever ser) é um conjunto de normas que institucionaliza uma ordem econômica real (mundo do ser) [...]

Voltemos, então, à economia solidária. Ela é incipiente na ordem econômica real, apesar de sua importância social e de estar inscrita entre os objetivos fundamentais da República. Há a necessidade de políticas públicas para estimular a economia solidária. A inclusão de economia solidária entre os princípios da ordem econômica possibilitará que políticas baseadas nesse princípio jurídico moldem a realidade, a ordem econômica real.

Assim, a economia solidária poderá ser parte ainda mais relevante da economia brasileira, estimulando a produção, o consumo e a distribuição de riqueza, com foco na valorização do ser humano.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11359.htm

Acesso em 03 jan. 2023

Desses anos que atuei na organização da FEICOOP, percebi que a organização política da economia solidária a nível governamental está totalmente afinada e em diálogo com os movimentos sociais que a amparam e as instituições de ensino, como as Universidades que cada vez mais abraçam a feira, a exemplo da própria UFSM que está ao lado da feira desde o seu início. Isso se reflete nos debates e formação das cartas históricas da FEICOOP construídas no final dos eventos, desde 2005.

Minha vivência, que ocorre desde 2014, fez com que eu pudesse acompanhar vários momentos diferentes da atuação dessa política, passando de um aspecto

consolidado, em 2014, para uma tentativa de desmanche, entre 2016 e 2022, para um retorno rumo à nova consolidação.

O último momento, dessa primeira análise de memória, será finalizado com o registro fotográfico do momento do Fórum Social Mundial acompanhado do vídeo do momento em que o Projeto Esperança/Coesperança teve oportunidade de fala na mesa.

Figura 07 - Encontro com o Secretário Nacional de Economia Popular Solidária no Fórum Social Mundial.



Fonte: arquivo do autor.

Figura 08 - Vídeo do momento da fala do Projeto Esperança/Coesperança no Fórum Social Mundial 2023



Fonte: Canal TV Assembleia Legislativa - RS

<https://www.youtube.com/live/2oJ2qFDAoVw?feature=share&t=6296>

Com as novas configurações de políticas estatais, poderemos gritar novamente, na FEICOOP de 2023, um belo “Ah ha, uh hu, a SENAES é nossa!”. Sempre na lembrança que as políticas de governo são importantes para a manutenção do projeto de Economia Solidária, mas com a certeza de que para torná-las duradouras, precisamos de leis nacionais que firmem essas políticas como dever do estado, independente da gestão federal que esteja vigente. Nesse sentido, a FEICOOP teve vital importância para o

fortalecimento e manutenção das redes de economia solidária, não deixando que o diálogo e articulação deles enfraquecessem.

4.2 SEGUNDA MEMÓRIA: A AMÉRICA LATINA PULSA AQUI

A compreensão, através da minha experiência, de que a FEICOOP é uma feira internacional, de forte veia pulsante latinoamericana, se dá muito mais pelas relações afetivas que fazemos e com as formações educativas em Economia Solidária, do que com a comercialização de stands internacionais dentro da feira. Obviamente é muito significativo quando stands internacionais comercializam dentro do chão da feira, porém a troca que acontece com nossos “hermanos” latinoamericanos é o que torna a experiência mais rica e diversa culturalmente. Quanto maior o número de grupos culturalmente diferentes, maior a possibilidade de diálogo e troca de saberes, e, conseqüentemente, maior o potencial transformativo e educativo da feira.

Figura 10 - Trecho de vídeo de jornalismo local entrevistando um feirante de Buenos Aires, Argentina



Fonte: Canal SM Agora, <https://youtu.be/XIEd3GfAoeE?t=124>

A segunda memória que trago está enraizada em uma memória construída em um longo período de tempo, com a construção de amizade com um casal de amigos de Rosário, Argentina. O casal em questão, foi muito atuante na execução de políticas públicas para a Economia Solidária no seu país de origem. Por diversos anos, estar na FEICOOP, significou estar na presença desses amigos tão queridos. Obviamente, com a presença deles, tivemos a presença de caravanas da Argentina, que vinham compartilhar sua experiência no momento da feira.

De uma forma um tanto intimista e menos objetiva, esta memória se encaixa no ponto em que a FEICOOP deve ser lembrada como um espaço que possibilita a revisão e a reflexão de que mundo queremos viver. Muito emaranhada a uma rede de

significados filosóficos e críticos, a Feira de Santa Maria inspira reflexões de que mundo vivemos. Assim a decolonialidade, o mundo visto a partir do sul e a Sociedade do Bem Viver são pontos chave para entender o que é a FEICOOP. A Economia Solidária sempre apresenta críticas ao modo objetivo da Economia Capitalista que está sempre centrada no lucro, assim a Sociedade do Bem Viver acaba sendo o ponto a ser visado, com uma sociedade centrada nas pessoas,

Essa invertida de olhar é um exercício que muito vem sendo proposto em reflexões decoloniais, o exemplo visual clássico é a obra de arte de Joaquín Torres García, em seu quadro “América Invertida”, de 1943 (Figura XX). Onde o que está acima no mapa é o ponto cardeal Sul, invertendo a convenção cartesiana de mapas, onde a normativa é a de sempre representar o norte como o que está acima na figura e o sul o que está abaixo.

Figura 11 - América Latina invertida



Fonte: García (1943)

A reflexão sobre norte e sul global, assim como a sua importância referencial também foi debatida pelo físico brasileiro Marcio D’Olne Campos e pelo educador brasileiro Paulo Freire. O uso do termo *sulear*, foi criado por Marcio D’Olne Campos e propagado por Paulo Freire no livro “Pedagogia da Esperança”.

A função do termo “*sulear*” aqui tem o sentido de substituir do vocabulário o termo “*nortear*” tão difundido em nosso vocabulário com o sentido de dizer qual o nosso ponto de referência no mundo.

Marcio D’Olne Campos nos relata que faz sentido usar o norte como ponto de referência no hemisfério norte devido às navegações, onde a Ursa Maior é a constelação que dá referência aos navegadores, mas no sul global geográfico, a constelação que dá referência aos navegadores é o Cruzeiro do Sul, e ele indica onde fica o sul. Portanto, a expressão “*nortear*” é uma expressão que nos foi importada e não adaptada à nossa realidade.

Na mesma reflexão o autor aponta o que foi ensinado nas escolas, na disciplina de geografia, em relação à localização espacial, onde para descobrir onde estão os pontos cardeais coloca-se a mão direita para o lado do horizonte onde nasce o sol (leste), a mão esquerda onde o sol se põe (oeste), a frente localiza-se o norte e atrás o sul. De forma subjetiva, o norte é sempre em frente e o sul atrás. Parece pouco, mas no inconsciente esta é uma reflexão que enraíza em nossa cultura colonizada por um pensamento do norte global.

Sendo amigo pessoal de Paulo Freire, Marcio D’Olne Campos teve sua reflexão propagada por Paulo Freire no livro “Pedagogia da Esperança”, onde aponta a necessidade de *sulear* o mundo, a ponto de não fazermos de nossa civilização uma cópia do hemisfério norte, entender quem de fato está a nossa frente, qual o nosso ponto de referência no mundo, de onde parte nosso pensamento crítico.

4.2.1 A Sociedade do Bem-Viver passa por aqui

A experiência latinoamericana é marcada por lutas e disputas contra-hegemônicas, o território da FEICOOP, por ser um chão onde se respira transformação cultural, acabou incluindo muitos desses debates latinoamericanos e incorporando-os em seu cerne. No primeiro momento, enquanto debates relacionados ao Mercosul e a

possibilidade de uma nova economia baseada na solidariedade, e, depois, com a própria visão de que a Sociedade do Bem-Viver é a sociedade que a feira visa chegar.

Conceitualmente o conceito de “Bem-Viver” tem origem em idiomas pré-hispânicos da região Andina da América do Sul. A partir de Acosta no *livro O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*, temos uma filosofia de vida que, sendo inspirada nesses grupos indígenas, intenta a construção de um amplo projeto emancipador. Se colocando também como uma filosofia política, de exercício de planejamento, ação e reconhecimento da possibilidade de novos mundos: “O Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político.” (ACOSTA, 2016, p. 240).

Já a Sociedade do Bem-Viver é muito mais um conceito que foi hibridizado com as relações culturais locais, sem abandonar suas raízes conceituais, a Sociedade do Bem-Viver aqui expande suas fronteiras para a interculturalidade entre povos, a democracia como base política e a luta por uma vida digna, sem fome, sem preconceitos raciais, de gênero.

Assim, a FEICOOP sugere a construção de vários tipos de bem-viver, adaptados ao local. Desde a edição de 2019 a ela tem estampado o mesmo tema de suas edições, “Construindo a Sociedade do Bem Viver”. Nos deparamos aqui com um ideal filosófico de suma importância na práxis da vida política e cotidiana de quem constrói a economia solidária. Esse contexto filosófico e cultural foi muito bem retratado no documentário *Cultura de Afetos*.

Figura 12 – Documentário sobre a FEICOOP “Cultura de Afetos”



Fonte: Canal TVOVO, <https://youtu.be/vhy77bkYzv4>

A Sociedade do Bem Viver aqui retratada pode até ter várias inspirações aos conceitos bastante estudados de Bem-Viver oriundos de nossos “hermanos” da América Latina, mas aqui pontua-se a necessidade de cuidados analíticos. Pois, ao entrar em contato com a Economia Solidária, o Bem-Viver que tem origem em povos originários andinos, se hibridiza com o contexto cultural internacional que acontece no território da FEICOOP, em solo santamariense, transformando-se em algo novo, totalmente adaptado ao território da FEICOOP.

O interessante é que mesmo que algumas vivências pareçam extremamente locais, precisamos prestar atenção no potencial disseminativo que a feira alcança na medida que mais pessoas de diferentes lugares transitam e se comunicam por esse ambiente, tanto quando pelo potencial de diálogo entre diferentes grupos, quanto pelo fato de que a feira é, por excelência, um local de formação. A feira é uma experiência aprendente e ensinante.

“Uma outra economia já acontece, um outro mundo é possível”. A Sociedade do Bem Viver é a representação do que é almejado para este outro mundo possível pregado pela Economia Solidária que pulsa na FEICOOP. Aqui puxo a atenção para a palavra “outra/outro”, em “outra economia” e “outro mundo”, e relembro da importância da outridade destacada por Catherine Walsh em pensamentos decoloniais. A palavra “outra/outro” é utilizada nesse contexto para demarcar posicionamento político contra-hegemônico. A posição é a de não concordância com a economia hegemônica (de base capitalista) e do mundo hegemônico (baseado na satisfação pelo consumismo irrefletido, inconsciente e irresponsável).

É na existência da FEICOOP que a Sociedade do Bem-Viver se afirma enquanto uma realidade existente. É na existência da FEICOOP que a Sociedade do Bem-Viver sai do campo da invisibilidade e aparece nas mídias tradicionais de difusão de informação, em jornais, rádio, TV e internet. Mas é na vivência da feira e nas mídias contra-hegemônicas que as narrativas aparecem com mais detalhes, mais energia combativa, maior potencial transformador de realidades sociais invisibilizadas.

Figura 13 – Cobertura jornalística de mídias não hegemônicas



Fonte: Canal TVOVO, <https://youtu.be/jtj1kIkWaIE>

Figura 14 – Cobertura jornalística de mídias não hegemônicas



Fonte: Brasil de Fato RS,

<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/06/contagem-regressiva-para-a-28-feicoop>

4.3 TERCEIRA MEMÓRIA: AS OFICINAS E ESPAÇOS DA REDE UBUNTU

Lembro nas primeiras FEICOOPs que participei que a Rede UBUNTU de Coperação Solidária era bastante curiosa para mim. Eu já sabia de antemão que o pensamento que originara o Ubuntu era um pensamento de origem africana, e só. Não compreendia do tanto de reflexão que simplesmente conhecer uma rede de trabalho chamada Ubuntu poderia me trazer, e o tanto de ensinamento posto em prática. A Rede Ubuntu me foi bastante significativa na Edição Especial Online, de 2020, onde várias das atividades formativas foram organizadas por ela. A partir de então comecei a pensar

em como o pensamento advindo do Ubuntu poderia contribuir para o diálogo de saberes existentes nos dias em que ocorre a FEICOOP de forma presencial.

A Rede UBUNTU busca fortalecer empreendimentos, coletivos e movimentos dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas, Pescadores, Indígenas e Camponeses do Rio Grande do Sul, através da participação em uma rede de cooperação que envolve atividades de formação, comercialização, consumo sustentável e solidário e geração de trabalho e renda.

A Rede UBUNTU aqui então é apresentada como uma não memória, e representa toda a FEICOOP ainda não conhecido, apesar dos vários anos de trabalho enquanto organização do evento.

Devido ao seu grande número de eventos paralelos, a FEICOOP também tem essa característica. Muitas realidades permeiam pelo território da feira, o que faz com que seja quase impossível de aproveitar cada detalhe da feira.

Assim como o trabalho da Rede UBUNTU, foram vários os trabalhos de várias grupos de Economia Solidária que ainda não consegui conhecer. As múltiplas culturas que dialogam entre si na feira acabam nos ensinando apenas pelo fato de existirem naquele local. Com a rede UBUNTU não foi diferente, através do conhecimento de sua importância na feira tive a curiosidade aguçada para aprofundar filosoficamente esta memória.

4.3.1 Refletindo a partir do UBUNTU: Quem somos, e quem podemos ser?

Ao incorporar a discussão sobre interculturalidade, iremos perceber os campos de conhecimento e pesquisa que se abrem e são desvelados, até então invisíveis pelas dimensões óticas das teorias que embasaram os modelos desenvolvimentistas hegemônicos, mas que já são discutidos pelos conceitos de *Bem Viver* e *Ubuntu*, por exemplo.

O capítulo anterior já apresentou cenários construídos pelo desenvolvimento hegemônico e colonialista antes de apresentar um “desenvolvimento outro”. A noção de Ubuntu faz parte desses cenários filosóficos de um desenvolvimento outro. Quando a filosofia Ubuntu é trazida ao centro da questão, esta pode nos ajudar a descobrir o que devemos olhar e o que buscamos em novos cenários de conhecimento sobre outros desenvolvimentos, mesmo que os modelos anteriores e mais conhecidos tenham sido

forjados no pensamento colonial, eles acabaram nos servindo para chegarmos até onde estamos. Aos olhos da filosofia Ubuntu esses desenvolvimentos por si só não se bastam quando tratamos de debater sobre o futuro das populações e suas múltiplas culturas.

A filosofia do Ubuntu é originada do pensamento africano e emerge na língua Bantu. A palavra Ubuntu (Ubu + ntu), em tradução livre, significa “sou o que sou graças ao que somos todos nós”. No capítulo de Mogobe B. Ramose (2009) trata de fazer sua própria crítica à globalização e o porquê de ela ter sido tão prejudicial aos seres humanos, a globalização criticada no capítulo questiona a lógica capitalista neoliberal e muitos dos pensamentos são originados de aforismos¹¹ de grupos linguísticos da língua Bantu.

Ramose (2009) inicia seu texto com um aforismo que nos ajuda a entender uma das bases do pensamento do Ubuntu. “Feta knomo o tshware motho”. Embora o autor defenda que o exercício da tradução dos aforismos faz perder muito dos seus significados, para questões de favorecer o diálogo entre culturas há o entendimento de que é necessário traduzir as experiências para exemplificar o que o Ubuntu significa para aquelas populações que tem essa filosofia em sua cultura. Portanto o aforismo citado se traduz da seguinte maneira: “Se e quando uma pessoa tiver que enfrentar uma escolha decisiva entre riqueza e preservação da vida de outro ser humano, deve sempre optar pela preservação da vida”.

Assim a filosofia Ubuntu, traz em primeiro plano a defesa da vida, a defesa dos direitos humanos. E só depois que a preservação da vida estiver assegurada, pensa-se em aumentar a riqueza. Para Ubuntu, a harmonia cósmica é quem sempre prospera. Trata-se assim, do inegável confronto que tal filosofia teve com a invasão cultural formada pelos processos de desenvolvimento.

A filosofia Ubuntu, portanto, não quer estar atrelada ao desenvolvimento, em si, do jeito que o desenvolvimento foi construído, pois ela considera que não houve respeito à vida no modo de globalização capitalista, mas quer fazer parte da construção de um desenvolvimento outro, enquanto contribuição de princípios filosóficas.

Ramose (2009), explica que a palavra Ubuntu é um gerundivo, uma modalidade de gerundivo latino, esta modalidade de gerúndio latino, tem a função de, simultaneamente ser um estado particular e um tornar-se. Outros exemplos de gerundivos em nossa língua portuguesa são os neologismos: doutorando e formando.

¹¹ Frase curta que expressa uma ideia ou regra.

Por ser um gerundivo, a palavra Ubuntu implica em algo que almeja tornar-se, mas ainda está em processo, ainda está em mudança, ainda não está dado. Assim, o movimento e a luta constante para estar em busca pela harmonia com os seres e a natureza que rodeia é o movimento incessante da filosofia Ubuntu. Por isso a dificuldade de aliar-se com um modelo de desenvolvimento e concordar com ele, pois estar em um modelo de desenvolvimento em específico já é contradizente à expressão Ubuntu.

Além do primeiro aforismo citado, um segundo aforismo é necessário para compreender Ubuntu e ligá-lo a projetos globais em defesa de direitos humanos. “*Motho ke motho ka batho*”. Onde “motho” é o ser humano individual, sujeito de suas ações, digno de humanidade e reconhecimento de sua humanidade, “motho” também tem a característica de nunca estar acabado por sempre estar se relacionando com outros, sempre é cheio de possibilidades e potencialidades; e, “batho” é como se fosse o plural, ou o coletivo de “motho”. Em tradução, o aforismo “*Motho ke motho ka batho*”, significa “Uma pessoa é uma pessoa pelas pessoas”. Aqui o sentido de Ubuntu e a necessidade da coletividade para sua própria evolução e evolução do outro, com respeito mútuo fica evidenciado.

A utilização da filosofia Ubuntu se faz desafiadora ao pensar desenvolvimentos que respeitem a vida, os direitos humanos e a preservação da vida humana em sua totalidade em detrimento ao lucro.

“É a partir do conceito de desenvolvimento que se pode afirmar que o homem é um elemento de transformação, agindo tanto sobre o contexto social e ecológico como sobre si mesmo. Uma vez o equilíbrio dinâmico atingido, o homem avança no sentido de realizar suas potencialidades. A reflexão sobre o desenvolvimento traz em si mesma uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica.”. (Furtado, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.77; grifo meu)

4.3.1.1 Quem somos?

Enquanto seres humanos habitantes de um mesmo planeta, podemos dizer que o que todos temos em comum é o fato de vivermos no mesmo momento histórico. Vivemos sob diferentes culturas, diferentes ambições, diferentes modos de ver, ser e de viver, temos diferentes ambições enquanto sociedade, mas vivemos todos no mesmo planeta e no mesmo tempo histórico. Enquanto seres humanos talvez o que nos

aproxime seja o mesmo que nos afaste, nossa eterna busca por nos relacionar e melhorar mais e mais.

Este “melhorar mais e mais”, esta pulsão de querer sempre estar em transformação, de estar sempre em movimento é o que tem nos caracterizado enquanto coletividade. Desde teóricos desenvolvimentistas como Celso Furtado ao afirmar que “o homem é um elemento de transformação” até premissas filosóficas da filosofia africana Ubuntu, que afirmam que o ser humano nunca está acabado por estar sempre se relacionando com outros seres humanos. O que temos em comum, mesmo sob diferentes culturas, é esta nossa constante mudança, constante renovação, constante desenvolver. Então sim, enquanto seres humanos, temos essa sede de desenvolvimento.

Conforme trecho citado no questionamento dessa pergunta: “Uma vez o equilíbrio dinâmico atingido, o homem avança no sentido de realizar suas potencialidades” (Furtado, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.77). Provavelmente nossa maior dificuldade seja encontrar esse equilíbrio dinâmico para avançar e realizar nossas potencialidades, uma vez que cada dia que passa nossas dificuldades para responder os questionamentos sobre nossos próximos passos tendem a aumentar.

Se olharmos para nossa história vamos perceber que os problemas de desenvolvimento que enfrentamos tendem a ficar mais complexos a medida que vamos tomando conhecimento de novas situações. Desenvolver um mundo globalizado, cheio de desigualdades sociais, problemas de estrutura básica de saúde, educação e alimentação, tende a ser um desafio muito mais complexo do que desenvolver os problemas locais de um pequeno grupo de indivíduos.

Desta forma, enquanto seres humanos, ao estudar nossa história, ao estudar nossos modelos de desenvolvimento, temos o dever de olhar o passado com responsabilidade. Todos os modelos de desenvolvimento devem ser olhados a partir de seu momento histórico e seu local de aplicação. É inegável que alguns modelos tenham produzido desigualdade, dor e sofrimento para alcançar objetivos meramente econômicos, e não estou tentando tirar o peso de responsabilidade desses modelos. Porém a parcela de culpa e a responsabilidade é muito maior caso algum governo queira repetir o modelo que notoriamente produziu essas desigualdades, dor e sofrimento.

Por esse motivo, enquanto seres humanos, defendo que somos o resultado de todas as nossas ações e de nossos antepassados, sejam estas ações que deram certo ou deram errado, ações que produziram riqueza ou pobreza, vida ou morte. O que foi feito

no passado por gerações anteriores à nossa não nos cabe culpa, mas deixa marcas profundas na estrutura da sociedade. Marcas de desigualdade, marcas na estrutura social, marcas no meio ambiente e marcas culturais. Repito, o que foi feito no passado não nos cabe culpa, mas nos cabe responsabilidade.

Responsabilidade de reparar os danos históricos de nossos antepassados, responsabilidade de não repetir os mesmos erros, responsabilidade de tentar melhorar os modelos anteriores de desenvolvimento ou de encontrar novos modelos. A própria filosofia africana Ubuntu, referida na questão anterior, tem potencialidade de agregar suas premissas em modelos de desenvolvimento que prezem por questões ambientais e humanas.

Toda a crítica ao desenvolvimento tratada na questão anterior para a chegada na reflexão da filosofia africana Ubuntu tem um pouco desse caráter de reconhecimento de passado, reconhecimento histórico. É inegável que o desenvolvimento gerou muitas mudanças e abriu novas possibilidades para a humanidade. Prova disso é a propagação de reconhecimentos culturais de sociedades que provavelmente não conheceríamos sem os processos de globalização. Se hoje é possível iniciar discussões que pautem a interculturalidade para promover um desenvolvimento outro, é graças ao intercâmbio de informações, o avanço nas discussões e inclusive a negação ao desenvolvimento, para na sequência voltar a reconhecê-lo.

O texto “Don’t compromise your desire for development!”, em tradução livre, “Não comprometa o seu desejo por desenvolvimento!”, de Peter De Vries, aborda um pouco desta reflexão sobre a negação do desenvolvimento, os cenários de pós-desenvolvimento e o pedido de algumas populações que estavam recebendo assistência técnica decolonial, pedindo por uma assistência “modernizante”.

O que se entende ao ler o texto é que mesmo após o avanço da teoria desenvolvimentista, sempre se faz necessário rever as teorias e ao confrontá-las com a realidade, uma vez que as teorias estão condicionadas aos fatores que as geraram. Novos fatos são inseridos, novas reflexões são observadas, e talvez a principal mudança, as populações modificam com o tempo. De certa forma, avançar nas teorias do desenvolvimento, é sempre avançar em terreno incerto, escorregadio e com muitas possibilidades. Teorias mais gerais tem a dificuldade de serem teorias homogeneizantes, teorias mais específicas correm o perigo de ser tão específicas que se esquecem de olhar para o todo e perceber que a demanda por construção de estradas, saneamento básico, alimentação e incentivo às novas tecnologias também são tão importantes quanto as

intervenções em questões culturais. Assim, Peter De Vries faz o apelo a não comprometer o desejo por desenvolvimento das pessoas. Esse é o desejo que move as transformações e modificam a vida das pessoas.

4.3.1.2 Quem podemos vir a ser?

Ainda dentro da mesma reflexão, o pensamento de Amartya Sen se faz muito atual ao tratarmos de responder quem podemos vir a ser como seres humanos. Os textos apresentados do autor giram em torno do desenvolvimento tratado como um meio, atuante e preocupado com a vida das pessoas, onde a qualidade de vida e a liberdade individual fazem parte dos objetivos do desenvolvimento, não sendo tratado como consequência, tal qual se ocorria nas primeiras noções. As ideias aqui dispostas giram em torno dos escritos sobre justiça social baseada em liberdades e capacidades individuais produzidos por Amartya Sen, a partir da década de 1990.

Ao entender que a qualidade da vida humana é uma questão muito complexa, e por vezes subjetiva, para ser tratada como um objetivo de desenvolvimento, o que pode dificultar a eficácia dos planos de ações desenvolvimentistas em prol da mudança social no enriquecimento da vida humana, Amartya Sen (1993) propõe o enfoque das capacidades como caminho para se alcançar o desenvolvimento e conceber a qualidade de vida.

O enfoque das capacitações implica em analisar as efetivações e as capacidades desenvolvidas nas vidas dos indivíduos da população. Por efetivações entende-se o conjunto de “atividades” e “modos de ser” realizados na vida humana; por capacidades entende-se a possibilidade/potencialidade de efetivar esse conjunto de “atividades” e “modos de ser”. O ser humano por sua vez, para realizar essas efetivações e potencializar suas capacidades, precisa ter a liberdade para se desenvolver em sua vida humana.

A expansão das liberdades individuais potencializa o desenvolvimento como um todo. Este talvez seja um dos principais pontos quando tratamos do desenvolvimento humano como estratégia para resolver os problemas de injustiça social e minimizar a desigualdade distributiva gerada historicamente em outros modelos de desenvolvimento que outrora estivessem agindo na economia das populações mundiais.

As formas de privação de liberdade acabam dessa forma sendo um ponto importante para identificação de injustiças sociais e dos pontos de definição de onde

agir na hora de definir os critérios de avaliação e os indicadores do desenvolvimento. Assim, ao contrário do que se pensava em outros momentos desenvolvimentistas, a manutenção da democracia, o aumento da participação popular, o acesso à saúde, o acesso à educação, o acesso à alimentação, a diminuição das desigualdades de gênero, classe e etnia, importam para o desenvolvimento da sociedade, avanços no crescimento econômico da economia.

A liberdade individual substantiva no conceito de desenvolvimento possui importância quando tratamos da avaliação e eficácia do próprio desenvolvimento. Assim ao avaliar a liberdade substantiva, além de analisar as efetivações e capacidades individuais desenvolvidas ao longo da vida, torna-se necessário verificar se as preferências e escolhas foram respeitadas. Outro ponto importante de buscar a liberdade substantiva é o potencial alcançado na condição de agente do indivíduo, pois ao aumentar o potencial de cuidar de si o indivíduo poder aumentar o potencial de cuidar do mundo e provocar mudanças na sociedade, através da participação de esferas públicas em ações econômicas, sociais e políticas.

Expandir as liberdades implica em fomentar a autonomia enquanto política de desenvolvimento. Uma vez que a liberdade é o fim primordial e o principal meio de desenvolvimento. Amartya Sen aponta que a liberdade possui dois papéis, sendo um constitutivo e outro instrumental.

O papel constitutivo relaciona-se ao enriquecimento da vida humana, em participações sociais e políticas, expandindo as liberdades substantivas. O papel instrumental relaciona-se às privações de vida, podendo se relacionar à fome, subnutrição, privação da liberdade de expressão, sendo o básico para ter liberdade.

Dentro das liberdades instrumentais o autor aponta cinco liberdades que tendem a construir para a capacidade geral da pessoa viver mais livremente, sendo elas: “(1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparências e (5) segurança protetora” (SEN, 2000, pág. 55). Essas liberdades instrumentais é que dariam as bases para construção de indicadores de desenvolvimento humano.

Resumidamente, para se alcançar a expansão das liberdades substantivas (objetivo final do desenvolvimento humano), primeiro é preciso acabar com as privações de vida, retratadas no papel instrumental da liberdade, e depois é preciso enriquecer a autonomia e participação social, retratado no papel constitutivo da liberdade.

Contextualizando a teoria elaborada por Amartya Sen, com o momento histórico em que ela foi produzida, pode-se notar a influência dos seus escritos no avanço e inserção de qualidade de vida do ser humano no centro dos planos desenvolvimentistas, tendo como ponto de partida a justiça social e emancipação humana na expansão das liberdades individuais. Amartya Sen inclui então o ser humano no processo econômico.

Rememorando a primeira crítica ao desenvolvimento, na busca pela transformação do conceito de desenvolvimento, estabelecendo uma dialética entre tempo e espaço para superar a trajetória desenvolvimentista marcada por uma ideia etnocêntrica, conservadora, economicista e historicista. A origem etnocêntrica do desenvolvimento está vinculada ao pensamento disseminado na modernidade, onde a dominação da natureza pela ciência estava associada à expansão do capitalismo e mais tarde, ao uso do termo desenvolvimento.

O artigo de Froehlich (1999) apresenta o discurso que postula o papel protagonista para a dinâmica “local” ou “localista” nas estratégias de desenvolvimento. Assim o artigo apresenta que a primeira crítica ao desenvolvimento voltado para a modernidade e o futuro, tinha em seu principal paradigma a ligação com o tempo linear, com a necessidade do avanço, estabelecendo avanços e retrocessos. Desta forma, para superar este discurso foram sendo incorporadas adjetivações ao conceito de desenvolvimento (integrado, endógeno, sustentável, durável, regional, local, rural), essas adjetivações por sua vez fugiam do paradigma temporal na busca pela concretude de um paradigma espacial. Assim, ao se relacionar com o Espaço, os projetos desenvolvimentistas atribuíram uma maior importância ao local, possibilitando uma relação dialética entre tempo e espaço.

Assim, a crise de acumulação fordista, proporcionou o deslocamento do paradigma funcionalista ao paradigma territorial, proporcionando a descentralização dos centros de poder e, por consequência a sua distribuição. Assim Froehlich (1999) apresenta o olhar de desconfiança de Mattos em relação à descentralização de poder, com o argumento de que os estados-nação foram os responsáveis pelos avanços de processos de transnacionalização do capital, Mattos considera o desenvolvimento local como um sinônimo da utopia iluminista que concebe a sociedade como harmônica e despreza a luta de classes. Com este argumento Mattos parece acreditar na unidirecionalidade da história e desconsidera que as sociedades contemporâneas possam querer se desenvolver localmente após passarem por um período que negaram este tipo de desenvolvimento.

Frente a olhares de possibilidade do discurso localista incorporado às ideias de desenvolvimento assume-se o viés local/espacial como resposta às considerações histórico/crítica. A própria globalização, conforme Featherstone, teve papel essencial nos processos de localização/regionalização. Se por um lado a globalização assumia uma lógica totalizante e homogeneizante, por outro, ela trouxe a percepção de que o mundo “é um só lugar”, abrindo diálogos para consensos, confrontos e conflitos, aumentando a complexidade cultural. A globalização ao fazer o confronto com a pluralidade trouxe á tona localismos que buscavam negar as grandes narrativas auto-impostas pelos processos do Progresso e Iluminismo, esses localismo estavam, portanto, em busca de reconhecimento. Pode-se dizer então que o choque entre as culturas proporcionou o desenho de barreiras entre si, o que levou a redescoberta das particularidades. Nessa linha de pensamento, a visão pós-moderna ao não aceitar o reducionismo econômico, nega o uso das grandes narrativas econômicas, sejam elas marxistas ou liberais, buscando narrativas locais, que deem poder ao saber local.

Alguns pontos importantes ao desenvolvimento local está em respeitar a autonomia do outro, sendo que a autonomia de uma coletividade traz subentendida uma territorialidade, o efeito do espaço deve ser entendido não apenas como um produto, mas também como um condicionante dessas relações, com a descentralização do poder os territórios periféricos que tinham papel passivo passam a ter papel ativo em suas próprias produções, não dependendo de centros de produção. O espaço passa a desempenhar um papel para o desenvolvimento, “pois a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço (FROEHLICH, 1999, pág. 17)”. Administrar a democracia, portanto, depende de um equilíbrio entre o local e o nacional/regional.

Arocena (2002) apresenta várias ideias que dialogam com Froehlich (1999), acrescentando a ideia de identidade local, diretamente relacionada com a história e o território. Arocena demonstra que os processos de desenvolvimento local estão diretamente ligados com a dimensão identitária dos grupos humanos que vivem e trabalham sobre o território em que habitam. Nesta linha, o estudo revela que grupos que tiveram suas histórias marcadas pela superação da diversidade dentro de dinâmicas coletivas, se mostravam mais forte e com capacidade de passar por adversidades. Já grupos que tiveram sua história marcada pela facilidade e segurança, não fortaleceram suas identidades locais a ponto de não gerar vínculos e entrarem em decadência quando confrontados com desafios.

Sempre reafirmando a FEICOOP como um território, em relação ao território é normal que os grupos tenham identificação com sua terra, sendo o componente territorial ingrediente básico para os processos de constituição de sociedades locais. Assim, o desejo de permanecer no território apresenta dupla dinâmica nos processos identitários, assegurando continuidade do território e as rupturas necessárias para que se permaneça no território e o desenvolvimento ocorra.

Quem permanece na FEICOOP, permanece por identificação, assegura a continuidade do território e atua para que o seu desenvolvimento ocorra.

4.3.1.3 *Em síntese, enquanto seres, quem somos e quem podemos ser?*

Somos a memória e a consequência da história que nossos antepassados construíram. Somos o resultado de modelos de desenvolvimento anteriores a nós mesmos. Somos essa memória do que fizemos enquanto humanidade. Por vezes essa análise pode recair em pontos e imagens negativas do que somos. Entretanto, é necessário não perder esse nosso desejo por desenvolvimento e lembrar os motivos e os porquês dos nossos erros e acertos passados.

Podemos ser tudo o que ainda não fomos, podemos ser muito melhores do que a nossa história disse que fomos. Ao contrário do passado, que já está solidificado nas estruturas atuais de nossa sociedade, o nosso presente possibilita aprender com os erros do passado. O nosso futuro possibilita sonhos de reparação histórica, possibilita encontrar maneiras e trajetórias para alcançar utopias até então inalcançáveis.

É então que a interculturalidade existente no território da FEICOOP alcança novas possibilidades ao encarar a feira com olhar de quem enxerga o local como ponto central para se entender o que ocorre ali. “De Santa Maria para o mundo, do mundo para Santa Maria”. A feira se entende como coração pulsante da Economia Solidária, e para entendê-la, devemos analisá-la com esse olhar. De ano em ano, a Economia Solidária se reencontra no coração da feira, saindo da Santa Maria e indo pro mundo, e depois, saindo do mundo e voltando para Santa Maria, nesse processo anual de reflexão e respiro.

A própria Sociedade do Bem-viver, tema da FEICOOP desde 2018, é a sociedade em construção almejada pela Economia Solidária, é a sociedade utópica e real ao mesmo tempo, utópica por idealizar a Economia Solidária como base para uma

sociedade que se baseie nos princípios do bem-viver, e real por ser o modelo que ocorre no cotidiano da FEICOOP desde antes, durante e após a realização do evento.

Assim, a sociedade do bem-viver se apresenta como esse nosso sul que é objetivo em comum. Esse sul que nos inspira, esse sul que nos mostra o caminho, essa bússula que nos mostra em que direção podemos seguir. A sociedade do bem-viver tanto é o destino, como também é fonte do processo.

Nas primeiras edições da FEICOOP o conceito de Sociedade do Bem-Viver nem ao menos existia, mas mesmo assim, sua ideia pulsante, seus ideais de valorização do local, valorização do que é nosso em contrapartida com o que vem imposto de fora, essa vontade de mudar os próprios rumos da vida, esse esforço que buscava qualidade de vida, sempre esteve presente no coração da feira de Santa Maria.

Assim a busca por uma vida com qualidade, agregou várias pessoas dentro do movimento de construção da feira, de construção da Economia Solidária, da construção da Sociedade do Bem-Viver.

A FEICOOP torna-se assim agregadora de sonhos que geralmente não são ouvidos em ambientes hegemônicos, sonhos que ganham visibilidade a cada nova edição e passam a ter força para fora do território da feira. A existência da feira, torna-se então a prova da existência dessas pessoas no mundo. E pela soma de ideias e comunhão de sonhos, que a feira possui uma cultura que é própria somente dela.

A feira apresenta-se então como um patrimônio histórico e cultural da Economia Solidária. Que deve ser estudado por diversos pontos de vista e diversos grupos que construíram a Economia Solidária no país e no mundo.

4.4. QUARTA MEMÓRIA: A ARTE NA FEICOOP

Superar a linguagem acadêmica é um dos muitos desafios que todo extensionista precisa lidar. Sair do conforto das estruturas acadêmicas que o dão poder de persuasão e caminhar rumo a um lugar que seja seguro o suficiente para o início do diálogo entre os pares que desejam se comunicar. A arte, quando originada do povo, já nasce nesse lugar de diálogo aberto e pulsante.

Minha quarta memória é mais um compilado de memórias oriundas das diversas manifestações artísticas presentes no cotidiano de pensares artísticos. A FEICOOP em seu cotidiano de feira é sempre muito recheada desses momentos que convidam a

dialogar e refletir sobre a nossa missão para além da feira, essa missão de construir a Economia Solidária.

Assim, a arte se apresenta na feira, como a própria tradução popular da Economia Solidária. O espetáculo vozes da esperança é um dos exemplos apresenta que traduz a Economia Solidária pela perspectiva de quem enxerga o mundo a partir de um lugar popular, não acadêmico.

Figura 15 - Espetáculo Vozes da Esperança



Fonte: Canal TVHVINTE, <https://www.youtube.com/live/2XjctqXLrDU?feature=share>

Muito mais do que racionalizar, a arte nos convida primeiro a sentir e experienciar sensações. Dessa forma, a figura e o quadro que seguem a frente no texto, trazem a música tema da FEICOOP, entoada desde a edição de 2020, a música “Corrente da Vida” é um dos exemplos de tradução da Economia Solidária pelas mãos da arte.

Figura 16 - Música tema da FEICOOP de 2020 - Corrente da Vida (Gisele e Maninho)



Fonte: Canal Gisele e Maninho, <https://youtu.be/LYXR0iBtFJc>

Quadro 03 - Letra da Música Corrente da Vida, Música tema da FEICOOP de 2020

CORRENTE DA VIDA

Composição: Gisele Guimarães, Maninho Pinheiro e Érlon Péricles

Preparando na terra a semente
Tendo fé na nobreza do grão
Esperança na luta da gente
É o futuro a brotar dessa união

O caminho se faz solidário
Todos juntos de uma só vez
A verdade do nosso trabalho
Na essência de ser camponês

Sempre na luta eu vou
Sempre da luta eu sou
Para crescer

Tendo fé na corrente da vida
Abraçando essa causa de irmão
Igualdade por ser construída
Na pureza que brota do chão

Dando as mãos o caminho é seguro
É uma fonte a fluir com firmeza
Traz teu sonho que é luz pra o futuro
Sempre junto da mãe natureza

Sempre na luta eu vou
Sempre da luta eu sou
Para crescer

É a força do coletivo em transformação
Onde se encontra motivo de darmos as mãos
Sempre na luta eu vou
Sempre da luta eu sou
Para crescer

A noite cultural organizada pela UFSM em 2020, por sua vez, traz a pluralidade que a FEICOOP recebe nas edições presenciais. Realizando apresentações artísticas que vão da música erudita à música popular.

Figura 17 - Noite Cultural promovida pela UFSM durante na Edição Especial da FEICOOP na Pandemia de COVID-19



Fonte: Canal TV Campus UFSM, <https://youtu.be/N3o8N7Su42E>

O grupo Matricaria/CantaLomba é um grupo formado por mulheres da Economia Solidária. Tive o prazer de conhecê-las na FEICOOP de 2023. O vídeo abaixo é de uma apresentação delas feita no auditório da Escola José Otão. No momento da apresentação é nítida a verdade que elas passam ao entoar a Economia Solidária que buscam para as suas próprias vidas.

Figura 18 - Grupo Matricaria/CantaLomba na FEICOOP de 2023



Fonte: Canal Comunicação Cáritas RS, <https://youtu.be/ZZoRWeOsZqY>

Assim, a arte se apresenta na FEICOOP, sempre em tom de diálogo, em tom de quem quer contar algo para o público, em tom de mística. Aquela mesma mística que citamos na primeira memória.

4.5 QUINTA MEMÓRIA: A COMERCIALIZAÇÃO NA FEICOOP, CADA BANCA UM UNIVERSO

Para a quinta e última memória desse capítulo percebo que, embora esteja estudando a FEICOOP somente agora, na fase do doutorado, minhas memórias fundadoras sobre a feira, estão bastantes fundadas em memórias das primeiras edições que participei na organização do evento.

Essa memória se construiu primeiramente na primeira edição que participei da organização da feira, mas tomou forma e solidificou com as outras edições da feira. Trago aqui o encanto que tive a primeira vez que me deparei em frente a uma banca que apresentava as sementes agroecológicas da Rede BioNatur, ligada ao Movimento Sem Terra (MST).

Lembro da minha felicidade ao parar em frente da banca e ter a certeza de que não estávamos nadando sozinhos no caminho de uma agricultura agroecológica. Muito como uma prova de resistência e existência, resolvi comprar algumas sementes para ter no meu acervo pessoal. Aquelas sementes me acompanharam alguns anos dentro das suas embalagens e me serviram para uso em palestras para crianças do ensino fundamental e em um trabalho quando fiz a especialização em Educação do Campo e Agroecologia.

Muito mais do que simplesmente sementes, elas eram prova da minha existência enquanto agrônomo que se propunha a estudar e atuar com agroecologia (Figura XX).

Figura 19 - Sementes agroecológicas da BioNatur compradas na FEICOOP



Fonte: Arquivo pessoal

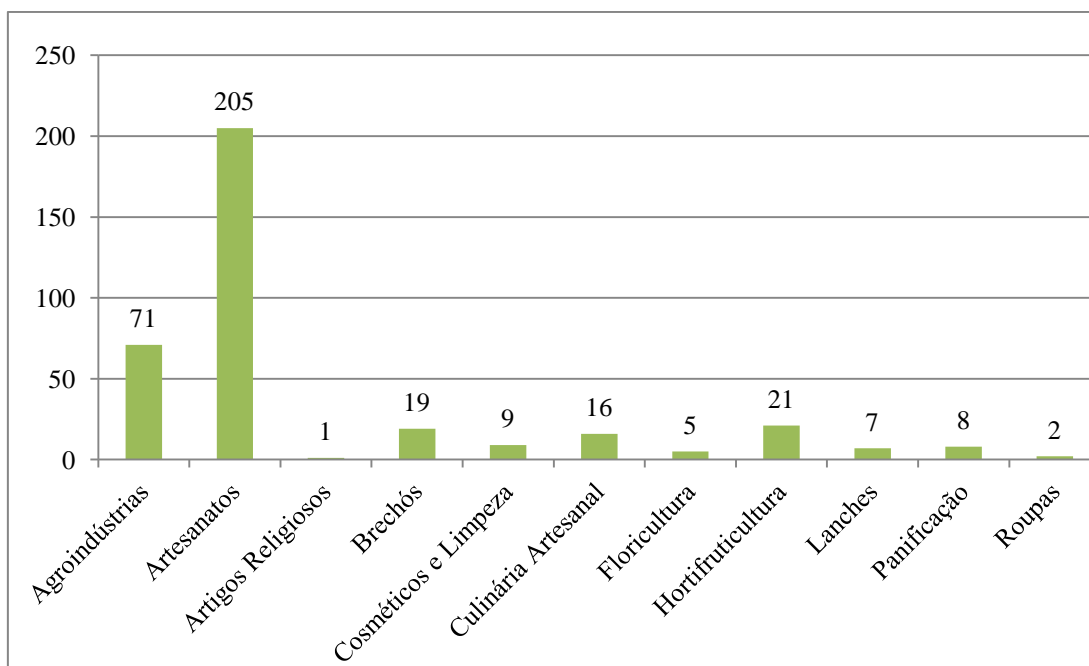
As sementes na banca do MST me trouxeram hoje, a reflexão da importância da comercialização na FEICOOP para o além da própria comercialização. O significado de consumir na feira vai para além do consumo e entra na importância que cada banca pode conter para cada uma das pessoas que vai à feira.

Naquele momento em que comprei as sementes tive a chance de ressignificar minha escolha de profissão e reafirmar minhas ideias. Cada banca na FEICOOP acaba sendo um universo a ser descoberto. Cada uma das pessoas que ali comercializam, trazem consigo as suas histórias e as histórias do grupo que representam. Estar comercializando na FEICOOP é a chance de disseminar no mundo as suas ideias, é a chance de reafirmar a existência individual e coletiva de cada um.

No momento que a banca das sementes da BioNatur me encantou a primeira vez experienciei uma das máximas de quem participa da FEICOOP, a felicidade de quem descobre que não está sozinho, a felicidade de que para alguém você existe, a felicidade de se saber que não estamos sozinhos em nossos ideais de trabalho e renda, ideais de projeto de mundo.

Assim, a FEICOOP mostra sua pluralidade na pluralidade de seus stands de comercialização. Só na FEICOOP de 2022, por volta de 500 empreendimentos de economia solidária comercializaram na FEICOOP. Destes, 364 responderam os questionários de Avaliação da Feira. Assim, na edição de 2022, dentro os questionários respondidos, podemos dizer a que a FEICOOP possuiu empreendimentos de [1] agroindústria, [2] artesanato, [3] artigos religiosos, [4] brechós, [5] cosméticos e limpeza, [6] culinária artesanal, [7] floricultura, [8] horticultura, [9] lanches, [10] panificação, [11] roupas [2]. A distribuição do número desses empreendimentos pode ser vista na figura abaixo:

Figura 20 – Número de empreendimentos que responderam o questionário de avaliação da FEICOOOP discriminado por tipos de empreendimento.



Fonte: dados cedidos pelo Projeto Esperança/Coesperança.

Cada banca é um universo, plural, pulsante, dialógico, aprendente e ensinante.

5. A MEMÓRIA PELAS CARTAS, PELA ORALIDADE E PELO TECIDO DA INTERNET

Ao trazer para a tese esse capítulo, reconheço a natureza incompleta de sua análise, mas devido a sua importância histórica, não poderia deixar de trazê-lo, nem que fosse de uma forma muito mais expositiva e menos analítica.

Compreendo que a riqueza da simples observação de tais dados e fontes históricas, mesmo que com pouca análise, pode agregar muito em trabalhos futuros, por isso a escolha por manter esse capítulo na tese, mesmo com a sensação de análise e interpretação inacabada.

5.1 ANÁLISE DOS TÍTULOS DAS FEICOOP E SEUS TEMAS, A CADA EDIÇÃO

A tabela a seguir apresentada é um recorte e uma síntese de todos os cartazes de divulgação da FEICOOP. O recorte aqui utilizado foi o de transcrever na tabela duas informações que estão presentes em todos os cartazes, sendo elas o nome da feira em uma coluna e o tema da edição da feira em outra coluna.

Tal esforço se justifica no fato de que nome e tema da FEICOOP se modificam ao longo do tempo. Desta forma, antes de realizar qualquer observação sobre o assunto, trago a tabela abaixo com as informações mencionadas.

Tabela 02 - A FEICOOP e seus vários nomes e temas a partir da leitura dos seus cartazes:

Ano	Nome	Tema
1994	1ª Feira do Cooperativismo	Projetos Comunitário: Mais Qualidade Vida
1995	2ª Feira do Cooperativismo	Projetos Comunitário: Mais Qualidade Vida
1996	III Feira do Cooperativismo	Projetos Comunitário: Mais Qualidade Vida
1997	4ª Feira do Cooperativismo	Projeto Esperança Há 10 anos construindo o Associativismo, Trabalho a Solidariedade e a Cidadania
1998	5ª Feira do Cooperativismo	Há 11 anos construindo o Associativismo, Trabalho e a Solidariedade e a Cidadania

1999	6ª Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo – RS	O maior evento do cooperativismo alternativo do Rio Grande do Sul
2000	7ª Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo	O maior evento do cooperativismo alternativo do RS
2001	8ª Feira Estadual do Cooperativismo 1ª Mostra Nacional de Economia Popular Solidária 1ª Mostra Regional da Biodiversidade 4º Encontro Estadual do Trabalhadores (as) de Autogestão	O maior evento do cooperativismo alternativo do RS
2002	9ª Feira Estadual Do Cooperativismo 1ª Feira Nacional de Economia Popular Solidária 2ª Mostra Estadual da Biodiversidade	O maior evento do cooperativismo alternativo do RS
2003	10ª Feira Estadual do Cooperativismo 2ª Feira Nacional de Economia Popular Solidária 3ª Mostra Estadual da Biodiversidade 2º Encontro Estadual do Mutirão Nacional da Erradicação da Fome e da Miséria e do Projeto “Brasil Fome Zero”	O maior evento do cooperativismo popular do Rio Grande do Sul
2004	11ª Feira Estadual do Cooperativismo 3ª Feira Nacional de EPS (Economia Popular Solidária) 4ª Mostra Regional da Biodiversidade Seminário Nacional de EPS e as Políticas Públicas para o Brasil	O maior evento do cooperativismo popular do Rio Grande do Sul
2005	12ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 1ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 4ª Feira Nacional de Economia Solidária 5ª Mostra da Biodiversidade	O maior evento do cooperativismo popular do RS e do Brasil
2006	13ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 2ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 5ª Feira Nacional de Economia Solidária 6ª Mostra da Biodiversidade	O maior evento do cooperativismo popular do RS e do Brasil “Uma outra Economia Acontece”

2007	<p>14ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 3ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 6ª Feira Nacional de Economia Solidária 7ª Mostra de Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar 1º Seminário Latino Americano de Economia Solidária</p>	<p>O maior evento do cooperativismo popular do Brasil e do Mercosul Um outro mundo é possível “Uma outra economia acontece”</p>
2008	<p>15ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 4ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 7ª Feira Nacional de Economia Solidária 8ª Mostra da Biodiversidade e Agricultura Familiar 4ª Seminário Latino Americano de Economia Solidária 4ª Caminhada Ecumênica e Internacional pela Paz e Mini-Fórum Social Mundial de Economia Solidária em Preparação ao VIII Fórum Social Mundial em Belém do Pará - 2009</p>	<p>Economia Solidária - Outra economia acontece De Santa Maria para o mundo</p>
2009	<p>16ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 5ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 8ª Feira Nacional de Economia Solidária 9ª Mostra da Biodiversidade e Agricultura Familiar 5ª Seminário Latino Americano de Economia Solidária 5ª Caminhada Ecumênica e Internacional pela Paz</p>	<p>O maior evento de Economia Solidária da América Latina (FEIRA CANCELADA)</p>
2010	<p>1º Fórum Social Mundial e 1ª Feira Mundial de Economia Solidária</p>	<p>(evento separado ocorrido entre 22 e 24 de janeiro de 2010)</p>
2010	<p>17ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 6ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 9ª Feira Nacional de Economia Solidária 10ª Mostra da Biodiversidade e Agricultura Familiar</p>	<p>O maior evento de Economia Solidária da América Latina</p>

	6ª Seminário Latino Americano de Economia Solidária 6ª Caminhada Ecumênica e Internacional pela Paz 5º Levante da Juventude	
2011	18ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 7ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 10ª Feira Nacional de Economia Solidária 11ª Mostra da Biodiversidade e Agricultura Familiar 7ª Seminário Latino Americano de Economia Solidária 7ª Caminhada Ecumênica e Internacional pela Paz 7º Levante da Juventude	O maior evento de Economia Solidária da América Latina
2012	19ª FEICOOP Feira Estadual do Cooperativismo 8ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 11ª Feira Nacional de Economia Solidária 12ª Mostra da Biodiversidade e Agricultura Familiar 8ª Seminário Latino Americano de Economia Solidária 8ª Caminhada Ecumênica e Internacional pela Paz 8º Levante da Juventude	O maior evento de Economia Solidária da América Latina
2013	20 anos de FEICOOP 2ª Fórum Social Mundial 2ª Feira Mundial de EcoSol	Primeiro uso do Logo da FEICOOP em um cartaz (Um outro mundo é possível, uma outra economia já acontece) 10 anos de SENAES 10 anos de FBES 10 anos de RECID 10 anos de ECOSOL/CÁRITAS BRASILEIRA
2014	21ª FEICOOP Feira Internacional de Cooperativismo 10ª Feira de EcoSol Feira Latino Americana de Economia Solidária	O maior evento de Economia Solidária da América Latina
2015	22ª FEICOOP Feira Internacional de Cooperativismo	O maior evento de Economia Solidária da América Latina

	11ª Feira de EcoSol Feira Latino Americana de Economia Solidária	
2016	23ª FEICOOP Feira Internacional de Cooperativismo 12ª Feira de EcoSol Feira Latino Americana de Economia Solidária	O maior evento de Economia Solidária da América Latina
2017	24ª FEICOOP Feira Internacional de Cooperativismo 13ª Feira de EcoSol Feira Latino Americana de Economia Solidária	O maior evento de Economia Solidária da América Latina
2018	25ª FEICOOP Feira Internacional Jubilar do Cooperativismo 3º Fórum Mundial Temático de EcoSol 3ª Feira Mundial de EcoSol 10 anos: Comemoração do Mundial de Educação	Construindo a Sociedade do Bem-Viver: Por uma ética planetária
2019	26ª FEICOOP Feira Internacional da Economia Solidária 15ª Feira Latino Americana de Economia Solidária – ECOSOL	Construindo a Sociedade do Bem-Viver: Por uma ética planetária
2020	FEICOOP – edição especial online	Construindo a Sociedade do Bem-Viver: Por uma ética planetária
2021	27ª FEICOOP Feira de Economia Solidária	Construindo a Sociedade do Bem-Viver: Por uma ética planetária
2022	28ª FEICOOP Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária	Construindo a Sociedade do Bem-Viver: Por uma ética planetária
2023	29ª FEICOOP Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária	Construindo a Sociedade do Bem-Viver: Por uma ética planetária

Fonte: organização do autor

Com a observação da tabela anterior, pudemos ver que a FEICOOP, de tempos em tempos, acaba modificando o significado de sua própria sigla. Essas modificações são reflexos da constante busca por aprimorar-se que a feira se propõe. Mas do que a mudança de nome, as modificações nos permitem

entender o que estava sendo discutido em cada momento histórico da Economia Solidária, e quais eram as principais prioridades na hora

5.2 AS CARTAS DA FEICOOP

Aos analisar as cartas, identifiquei uma tendência estrutural de construção textual que padronizará todas as demais cartas que serão redigidas nos anos que a sucedem. Esta tendência estrutural de construção textual é a seguinte: Na primeira parte da carta introduzem-se os principais temas debatidos naquele ano, tais temas vêm acompanhados de uma contextualização crítica embasada pelos princípios da Economia Solidária. Na segunda parte da carta o foco é dado para um viés mais propositivo, onde, a partir da crítica e a partir dos problemas apresentados na primeira parte, o foco da carta passa a propor alternativas através de pactos, parcerias e agendas para trilhar junto à Economia Solidária no próximo ano. Conforme imagem a seguir:

Figura 21 – Estrutura textual das cartas finais da FEICOOP



Fonte: Elaboração do autor.

As cartas todas foram construídas a partir do primeiro ano da edição de internacional e foram mantidas a sua construção atual. As únicas duas edições que não foram vistas cartas, foi só o cid

Os quadros que seguem abaixo, representam os resumos/extratos das cartas das FEICOOP. Com exceção das edições em que não houve produção de cartas.

Quadro 04 - 1ª CARTA DE SANTA MARIA (2005)

Representações dos quatro países do Mercosul, além de outras da Colômbia, Venezuela, Chile e México.

Principais temas e problemas

- A Agenda do Mercosul está centrada nos governos federais, sem participação popular. A denúncia é a de que o Mercosul se preocupa apenas uma economia centrada no capital e com as relações comerciais internacionais e cadeias produtivas agroexportadoras, tratando a América Latina apenas como um local de produção para a exportação.
- Processos decisórios do Mercosul centrados nos governos federais, sem participação popular
- Preparação dos Movimentos de Economia Solidária para o VI Fórum Social Mundial, a se realizar em Caracas, Venezuela, no princípio de 2006.

Viês propositivo da carta

- Urgência na formação de alianças a outros movimentos e iniciativas populares, a fim de criar força e legitimidade política (a exemplo, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da Rede Brasil de Acompanhamento das Instituições Financeiras Multilaterais, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, do Fórum Argentina Estratégia País, da Rede de Cooperativas Latino-Americanas)
- Construção de uma agenda de desenvolvimento e de integração que tenha como ponto de partida a descentralização econômica
- Concentrar o comércio justo na relação Sul – Sul
- Dar maior visibilidade aos produtos e serviços da economia solidária
- Organização do processo de mapeamento de empreendimentos econômico solidários nos países da região, favorecendo o reconhecimento e a integração solidária dos mercados.
- Avançar na construção de políticas públicas voltadas a fomentar a economia solidária na região.

Formação de Agenda

- A criação de condições que assegurem a maior participação possível de empreendimentos econômicos solidários no próximo FSM.
- A maior articulação da economia solidária com o processo organizativo do FSM.
- A constituição do grupo organizador da economia solidária no FSM de Caracas, a partir da articulação da Colacot e do FBES.
- Avançar em uma agenda de temas prioritários para a integração regional, como a elaboração de um “Acordo de Cooperação Solidária de Integração Latino-Americana”.

Quadro 05 - 2ª CARTA DE SANTA MARIA (2006)

Representações da Argentina (RACJ), Brasil (FBES e RBSES), Chile (REDESSOLES), Paraguai (FUNDECA), Peru (GRESA), Uruguai (Espaço de Economia Solidária) e redes latino-americanas: RIPESS/AL – Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária, Mesa de Coordenação Latino-americana de Comércio Justo e Economia Solidária, Espaço Mercosul Solidário, RICOPS - Rede Ibero-americana de Integração de Cooperativas e Organizações de Produção Social, REDLASES.

Principais temas e problemas

- Conhecer os processos nacionais de cada Rede e as especificidades de cada país
- Possibilitar uma visão integral dos processos da Região do Mercosul e estabelecer uma plataforma política e uma agenda estratégica de ações comuns no próximo período.
- Agenda do Mercosul está baseada em interações comerciais e no centralismo dos governos
- Movimentos Sociais possuem dificuldades para opinar sobre as pautas que lhes cabem
- A existência de Comissões Temáticas como Cooperativismo e Agricultura Familiar devem ser fortalecidas e ampliadas para outros temas

Viês propositivo da carta

- Fortalecimentos das redes regionais e nacionais de Economia Solidária
- Promover um diálogo inter-cultural que incorpore povos tradicionais, indígenas e afros descendentes da América Latina.

- Confluir com movimentos de mulheres, ambientalistas, agros ecológicos, camponeses, produtores familiares urbanos e rurais, jovens, sindicatos, cooperativistas e organizações autogestionárias.
- Levantar os elementos necessários para construirmos uma agenda comum de desenvolvimento solidário na região.
- Superar uma agenda de eventos com uma agenda de processos destinados a alcançar os objetivos compartilhados num plano de trabalho regional.

Formação de Agenda

- Priorizar ações comuns supranacionais que promovam uma maior complementaridade destinadas a superar as desigualdades e desequilíbrios regionais.
- Reforçar a participação e articulação nacional que potencialize a incidência nas políticas públicas e nos espaços públicos existentes.
- Potenciar relações comerciais, culturais e políticas Sul-Sul, e o estímulo ao desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em critérios de comércio justo.
- Incidir nas políticas educacionais que promovam a geração de conhecimentos desde processos formativos nas instâncias universitárias e técnicas.
- Promover o debate interno nas redes, para a instalação de um observatório da economia solidária que faça um mapeamento, monitore e coordene com as fontes de financiamento e de agências para o desenvolvimento, com o objetivo de elaboração conjunta de parâmetros e critérios de promoção da economia solidária na região.

Quadro 06 - 3ª CARTA DE SANTA MARIA (2007)

16 redes nacionais, regionais e mundiais de comércio justo e economia solidária, além de gestores públicos do Brasil e de outros países

Principais temas e problemas

- Reflexão dos 25 anos de políticas neoliberais do capitalismo no continente latino americano (1982 é o ano que marca o início da década perdida)
- O momento era privilegiado para a Economia Solidária e Comércio Justo, a “Primavera de mil flores”
- Durante a feira foi feito um resgate histórico, “resgatamos a história e um panorama das redes e organizações da sociedade civil e movimentos sociais, reafirmando compromissos em diferentes momentos, sem perder as identidades e a grande riqueza de especificidades, reconhecendo a importância da incidência internacional, bem como os processos de integração do mercosul solidário, que vão além de projetos pontuais de integração geo-econômica.”
- A III Feira de Economia Solidária do Mercosul, nesse ano de 2007, consolida o seu caráter pedagógico, autogestionário, democrático e participativo em seu processo de construção, debate e proposição para o fortalecimento do movimento nacional, regional e mundial de Economia Solidária.

Viés propositivo da carta

- Valorizar, aprender e incorporar as trocas e outras práticas tradicionais, em especial dos povos indígenas, dentro do movimento e práticas da Economia Solidária;
- Avançar na organização do comércio justo nacional e regional Sul-Sul, a partir de nossas experiências e identidade cultural, promovendo o desenvolvimento local e sustentável nos territórios sócio-econômicos. Neste sentido, nos comprometemos a promover experiências de negócios e compras diretas entre os empreendimentos de diferentes países, através da realização de feiras internacionais de Economia Solidária, lojas, centrais de comercialização, rodadas de negócios solidários, entre outras possibilidades;
- Lutar pela construção de sistemas nacionais e regionais de garantia e certificação de produtos do Comércio Justo e Economia Solidária, de maneira participativa e horizontal, incluindo os consumidores no processo;
- Pressionar e sensibilizar governos pela criação de políticas públicas que priorizem produtos da Economia solidária e Comércio Justo nos mercados institucionais.
- Afirmar a agricultura ecológica, indígena e campesina como estratégias prioritárias para a

- segurança soberania alimentar;
- Lutar pela flexibilização da legislação aduaneira, fiscal e sanitária para circulação de produtos da Economia Solidária e do Comércio Justo;
- Ampliar a articulação e se incorporar às lutas de outros movimentos sociais e partidos políticos do campo democrático popular;
- Afirmar a economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, e portanto transversal na pauta da política pública nacional, constituindo-a como política de Estado.

Formação de Agenda

- compromisso de contribuir na integração das redes e movimentos nacionais e regionais de Economia Solidária e Comércio Justo na América Latina, tanto política quanto economicamente. Esta articulação deve ter como princípio o respeito às diferentes concepções e especificidades de cada rede e movimento existente em nossa região, o que implica em assumirmos inteiramente, no nosso processo de articulação regional, a auto-gestão
- Dar continuidade da integração das redes, através de uma agenda comum, que inclui, entre outras atividades, os seguintes: I Feira Pan Amazônica (Rio Branco, Amazônia, Brasil em setembro de 2007); Lima + 10 (Peru, em novembro de 2007), Encontro do Espaço Mercosul Solidário (Chile, em novembro de 2007); IV Feira de Economia Solidária do Mercosul e Encontro Pré-FSM09 (Santa Maria 11-13 de julho de 2008); VII Fórum Social Mundial (Belém, Amazônia, Brasil 2009); III Encontro da Ripess na América Latina (Uruguay 2009) e IV Encontro Internacional de Globalização da Solidariedade – RIPESS (Luxemburgo 2009).
- Mobilizarmo-nos para a Campanha pelo Consumo Responsável, Ético e Solidário na semana das manifestações descentralizadas do FSM 2008;

A beleza de um jardim está na diversidade de cores e aromas de suas flores, que compõem uma harmonia maior. Neste sentido, afirmamos a importância e nosso compromisso de contribuir na integração das redes e movimentos nacionais e regionais de Economia Solidária e Comércio Justo na América Latina, tanto política quanto economicamente. Esta articulação deve ter como princípio o respeito às diferentes concepções e especificidades de cada rede e movimento existente em nossa região, o que implica em assumirmos inteiramente, no nosso processo de articulação regional, a auto-gestão.

Quadro 07 - 4ª CARTA DE SANTA MARIA (2008)

Principais temas e problemas

- 15 anos de FEICOOP
- Estes Eventos (títulos da edição de 2008) firmam práticas e convicções importantes, como a não comercialização de produtos com aditivos químicos, agrotóxicos, nenhum tipo de refrigerante ou cerveja industrializada, e nem o consumo de cigarros, motivando assim o consumo de produtos naturais, ecológicos como sucos, caldo de cana, água potável, alimentação sadia e natural, em favor da Qualidade de Vida e Saúde dos consumidores/as;
- A Feira teve uma linha Editorial que sintoniza com a proposta de um Novo Modelo Econômico e Sustentável. Houve, também, um grande espaço da biodiversidade, Agricultura Familiar, espaços culturais sintonizados com a proposta da Economia Solidária, da Reforma Agrária, do trabalho dos Catadores/as, dos Povos Indígenas, dos Movimentos Sociais, de resistência e da integração da Economia Solidária e da Agricultura Familiar.

Viês propositivo da carta

- Destaque da carta é a própria feira e a organização dela enquanto Território;
- Ao todo mais de 60 Comissões contribuíram na organização da Feira. É possível concluir que um Território nunca é um espaço estanque em função da interatividade de múltiplos fatores na complexa vida em sociedade. Assim podemos concluir que o Território é aquele campo contraditório dentro do qual construímos o sentido para nossas vidas, construímos a identidade e a sociabilidade na vivência do dia-a-dia das famílias, comunidades na relação em toda a sociedade. O enfoque de Território na experiência de Santa Maria, pode ser considerado na perspectiva ampla do Projeto de Economia Solidária. Enfatiza-se como espaço de formação, articulação e fortalecimento político da proposta de um outro desenvolvimento Solidário e Sustentável com ênfase a política do território, articulada com a territorialidade sócio-espacial. O ponto de partida é o local-regional, mas fica evidente que sua influência extrapola as fronteiras geográficas e contribui na construção de múltiplos sentidos de território, em vista de

- | |
|---|
| um outro mundo possível
- Registro histórico da feira. |
|---|

Quadro 08 - 5ª CARTA DE SANTA MARIA: (2009) - (FEIRA CANCELADA)

Assinam: Os Representantes das 60 Comissões da Feira de 2009 e os Representantes dos 15 Estados Brasileiros juntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e os Fóruns Estaduais e Entidades Parceiras e Apoiadoras dos Eventos Cancelados.

Principais temas e problemas

- Este evento sempre foi sonhado, planejado e realizado em mutirão pela força da Economia Solidária em Rede através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, dos diversos Fóruns Estaduais, pelas 60 Comissões de Organização de Santa Maria do Projeto Esperança/Coesperança da Diocese de Santa Maria, RS, as Entidades Parceiras, as Organizações Governamentais e não Governamentais, os Movimentos Sociais e os Empreendimentos Solidários de forma organizada e comprometida fazendo acontecer a Feira há 16 anos.

Porque a Feira não aconteceu se os outros eventos continuaram acontecendo?

A alegação da Juíza Dra. Eloísa Helena Hernandez de Hernandez era “de que haveria aglomeração de pessoas”, um risco para a evolução da Gripe A (H1N1). E o que dizer das outras aglomerações: nos ônibus, nos cinemas, nos Shoppings, nas Festas, nas Boates, nos Mercados, nos Jogos, Festa da Batata Doce, Feirão de Carros, nas Escolas, nas Igrejas e diversos eventos que aglomeram muita gente em lugares fechados no Centro da cidade do RS e do Brasil? Será que o nosso ar é diferente? Nossa comida é diferente? Nosso trabalho é diferente? Nosso ambiente é diferente? Ou será que o verdadeiro motivo é que a Economia Solidária abre para o Mundo a possibilidade de um novo Modelo Econômico, de Desenvolvimento Solidário e Sustentável de inclusão social, de partilha, de resgate da dignidade humana onde os excluídos deste processo têm voz e vez e uma participação interativa e comprometida?

- O cancelamento total da Feira foi veiculado apenas um dia e meio antes do início dos Eventos Nacionais, ficando impossível avisar as Caravanas de longe que já estavam viajando. Todos os que haviam saído das suas cidades foram bem acolhidos.
- Manifestamos o nosso repúdio, nossa mais profunda indignação ao Promotor Dr. João Adede Y Castro e à Juíza Dra. Eloísa Helena Hernandez de Hernandez, que não tiveram a capacidade de ouvir os organizadores, aos quais não foi dado o direito de defesa e de esclarecimento dos fatos. Esta indignação perpassou a Teia de Todos os Fóruns Nacionais e Internacionais da Economia Solidária à nível mundial, que hoje fortalecem a construção de um Novo Modelo do Desenvolvimento Solidário e Sustentável com Políticas Públicas através de um novo modo de organização, produção e do Comércio Justo, Consumo Ético e Solidário

Quando veio o cancelamento definitivo dos Eventos Nacionais, dia 08 de julho de 2009, 15 caravanas já haviam saído de seus Estados. Estas caravanas fizeram, em Santa Maria, um grande momento de partilha, troca de experiências e Formação em diversos locais da cidade e da região. Dentre estes citamos a visitação ao túmulo de Dom Ivo Lorscheiter, no Santuário Basílica de Nossa Senhora Medianeira; a Marcha da Esperança, onde milhares de pessoas em sintonia com a mesma causa clamaram por: Força, Coragem, Justiça e Liberdade, fortalecendo assim a Teia da Esperança na perspectiva de “Um Outro Mundo Possível”.

Durante estes três dias, diante de um sistema excludente e opressor, que no mundo gera cada vez mais uma “Massa Sobrante” das pessoas pobres e excluídas fora do mercado de trabalho, construiu-se a necessidade e a urgência de que a Economia Solidária seja a realização de um Grande Movimento Mundial.

Para isso, foi lançado, para o mês de Janeiro de 2010, na comemoração dos 10 anos do Fórum Social Mundial, cujo evento será realizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, em janeiro de 2010, a realização do 1º Fórum Mundial da Economia Solidária e 1ª Feira Mundial da Economia Solidária, em Santa Maria - RS - Brasil, antes dos Eventos de Porto Alegre, RS. Este evento será realizado com a presença de todas as Redes Mundiais de todos os Continentes de Economia Solidária afirmando, com certeza, que “Um Outro Mundo é Possível” e de “Uma Outra Economia já Acontece”.

Quadro 09 - 6ª CARTA DE SANTA MARIA (2010)

Principais temas e problemas

- 10 anos do FSM (Fórum Social Mundial), e realizamos a 1ª Feira Mundial de Economia Solidária e o 1º Fórum Mundial de Economia Solidária;
- A Feira de Santa Maria, vem ao longo de suas edições, concretizando os seguintes princípios: defesa e promoção da vida e da sociobiodiversidade, mística e espiritualidade ecumênica e libertadora, cultura de solidariedade, relações igualitárias de Gênero, Raça, Etnia e Geração, Democracia Participativa, Projeto de Sociedade Solidária e Sustentável.
- reconhece o esforço de governos empenhados em tornar a economia solidária uma política pública. Contudo, permanece o desafio de uma ação estruturante mais ousada que consolide programas continuados na direção a um equilíbrio orçamentário.

Viês propositivo da carta

- reconhece o esforço de governos empenhados em tornar a economia solidária uma política pública. Contudo, permanece o desafio de uma ação estruturante mais ousada que consolide programas continuados na direção a um equilíbrio orçamentário. O modelo neoliberal de estado implantado em nossos países sul-americanos continua destinando percentuais insignificantes para os setores que mais geram trabalho, alimento e bens essenciais para nossos povos. Essa realidade, para ser transformada, exigirá a união de todas as forças empenhadas no processo de Transformação Social.

Formação de Agenda

- - fortalecimento do cooperativismo, na perspectiva Economia Solidária;
- - fortalecimento da integração Latino-Americana, seja através do processo de troca de experiência,
- - formação e comercialização dos grupos, como também dos governos;
- - utilização de metodologias geradoras de autonomia de acordo com os princípios da autogestão;
- - defesa e cuidado com o Meio Ambiente, através da preservação das fontes de água, da terra, do ar;
- - reciclagem e reutilização de materiais para diminuir o impacto sobre a utilização de recursos naturais e proporcionando renda para os catadores de materiais reciclável;
- - criação de redes e socialização dos avanços dos processos de reciclagem de papel;
- - orientação da população sobre a metodologia de análise biológica do solo;
- - utilização dos recursos da tecnologia da informação (internet, blogs, sites, twitter...) como instrumentos de divulgação e potencialização da Rede de EPS;
- - construção de novas metodologias de trabalho que sejam solidárias e fortaleçam uma Cultura de
- Solidariedade ao invés de uma cultura de competição e individualismo. Ex.: jogos solidários;
- - fortalecimento da integração da Economia Solidária no Mercosul (Rede do Sul – Rede de Mercocidades);
- - incorporação da logística solidária nas pesquisas de Comercialização Solidária;
- - fortalecimento da educação popular, preferencialmente entre jovens e mulheres excluídas, como
- estratégia necessária para a Transformação Social;
- - mapeamento da realidade de cada empreendimento no trabalho do Brasillocal;
- - diversificação da produção, ampliando a área de abrangência da Economia Solidária, assegurando
- processos coletivos;
- - luta pela garantia de legislações específicas voltadas à Economia Solidária;
- - conquista de instituições de crédito popular;
- - fortalecimento de bancos de sementes e da rede nacional de sementes;
- - fomento a prática da educação popular, nas iniciativas de Economia Solidária, como instrumento
- de Transformação Social;- incorporação do tema da Economia Solidária na perspectiva do Desenvolvimento Solidário e Sustentável.

Quadro 10 - 7ª CARTA DE SANTA MARIA (2011)

<p>Principais temas e problemas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprendemos com este espaço irradiador de outro modelo de Desenvolvimento, através da capacidade de articulação Nacional e Internacional; - resgatamos especialmente, a história e princípios que orientam a Educação Popular na América Latina. A partir das experiências partilhadas verificamos que são muitos os aprendizados quanto à interiorização da Economia Solidária, ao trabalho autogestionário, à construção de saberes, à articulação em redes, à mudança da relação entre as pessoas e com o meio ambiente no âmbito das Finanças Solidárias, produção, Comercialização e Consumo Ético e Solidário. - Percebemos igualmente que ainda temos desafios os quais podem ser visualizados a partir da necessidade de qualificar os processos formativos em todos os eixos da Economia Solidária; <p>Viês propositivo da carta</p> <ul style="list-style-type: none"> - a Economia Solidária cada vez com mais ênfase e força, como uma estratégia de resistência popular na construção de uma nova identidade social em constante diálogo com os demais Movimentos Sociais Urbanos e Rurais, seja com maior e melhor estruturação para os espaços de produção, como agroindústrias, seja na estruturação dos Pontos Fixos de Comercialização, Lojas, Bases de Serviços, Feiras, e centrais de produção e Comercialização Direta; seja na real construção de Políticas Públicas estruturantes e que respeitem o acúmulo, a experiência e a sabedoria do próprio Movimento Nacional de Economia Solidária e sejam promotoras de Justiça e Desenvolvimento Social e Solidário. - <p>Formação de Agenda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da luta para consolidação da Economia Solidária como Política Pública (Lei da Economia Solidária - Brasil); - Integração das Redes Nacionais e Internacionais de Economia Solidária; - Consolidação da Feira de Santa Maria, como espaço de articulação política da Economia Solidária no Brasil e da América Latina; - Coletar um milhão e trezentos mil assinaturas para a aprovação da Lei da Economia Solidária no Brasil.
--

Quadro 11 - 8ª CARTA DE SANTA MARIA (2012)

<p>Principais temas e problemas</p> <ul style="list-style-type: none"> - O profundo e negativo impacto do modo hegemônico neoliberal na institucionalidade e políticas impulsionadas a partir de diferentes Estados Latino Americanos; - Políticas que se expressam na expropriação das riquezas nacionais; na privatização e mercantilização de bens e serviços elementares como água, sementes, habitação, educação e saúde; na precarização e exploração do trabalho, promovendo um modelo de produção cada vez mais extrativista, predador e excludente; - A crescente monopolização e manejo especulativo dos diferentes mercados, por parte das corporações do capitalismo global, dominando e explorando mediante novas formas de imposição do modelo neoliberal. <p>Viês propositivo da carta</p> <ul style="list-style-type: none"> - A FEICOOP não se constitui como Evento pontual, mas, como processo “Aprendente e Ensinante”, irradiador de experiências formativas, de produção, troca e consumo solidário; - O mutirão de esforços de diferentes atores sociais, através da organização de grupos e equipes de trabalho que constroem a Economia Popular Solidária, em nossos Municípios, Estados e Países; - A necessidade de intensificar a luta pela construção de outro modelo de desenvolvimento – que seja Solidário, Sustentável e Territorial – que valorize a riqueza da diversidade de cada cultura, região e iniciativas populares; <p>Formação de Agenda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer as Redes e Fóruns de Economia Solidária, na perspectiva da integração campo e
--

- cidade, como experiências concretas de Comércio Justo, de Consumo Ético e Solidário;
- Orientar para que o consumo seja ético- afirmando que é um ato político que promove o modelo de economia com distribuição de riquezas;
 - Divulgar Clubes de Trocas que se organizam nos espaços da comunidade, buscando o protagonismo das pessoas envolvidas e fortalecer a Rede Estadual de Trocas Solidárias – RETS e sua importância junto as entidades de apoio e fomento;
 - Divulgar a Rede de Educação Cidadã – RECID;
 - Dar visibilidade as experiências de educação popular no sistema público de ensino;
 - Defender a educação pública e de qualidade;
 - Intensificar processos de Formação para agentes de Economia Solidária em todos os níveis;
 - Fortalecer os processos em curso, através das plenárias locais e estaduais, para a V Plenária Nacional de Economia Solidária;
 - Intensificar a coleta de assinaturas pela aprovação da Lei Nacional de Economia Solidária;
 - Impulsionar as assembléias populares e o debate sobre o projeto popular para o Brasil;
 - Defender as diretrizes da Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere a garantia e ampliação de direitos e de políticas públicas;
 - Participar dos processos de reforma agrária, política, tributária e urbana, na perspectiva de ampliação de direitos e políticas públicas para a classe trabalhadora;
 - Estimular a aplicação da Lei da Ficha Limpa, contra a corrupção eleitoral e administrativa;
 - Defender o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei de Iniciativa Popular que prevê a aplicação de 10% do orçamento público para a área da saúde;
 - Lutar para a criação de políticas estruturantes de enfrentamento à pobreza;
 - Mobilizar esforços para a criação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Estiagem e situações de desastres e riscos ambientais;
 - Incentivar a criação do Orçamento Participativo Nacional;
 - Intensificar a luta e mobilização para o dia 07 de setembro – Grito dos Excluídos e Excluídas;
 - Desenvolver um amplo debate sobre “O Estado que temos e o Estado que queremos” a partir das lutas e bandeiras dos povos da América Latina.
 - Com tudo isso, podemos afirmar com sábio Provérbio Chinês: “Se quiseres fazer planejamento para 1 ano: plante cereais, Se quiseres fazer planejamento para 30 anos; plante árvores, Se quiseres fazer planejamento para 100 anos: Organize e motive a organização do Povo”.

Quadro 12 - 9ª CARTA DE SANTA MARIA (2013)

Sentimos o soprar de um vento novo, carregado de história, sentido e esperança. É energia que transborda:

- dos frutos da terra, do alimento ecológico saudável, das plantas medicinais, que nutrem, curam e fortalecem.
- do trabalho criativo e inovador de mulheres e homens...trabalho este que contribui para recriar a vida, o belo, a arte... de algo que um dia foi simplesmente resíduo.
- dos processos formativos, reuniões de grupos, equipes, debates, plenárias...que potencializaram o exercício da democracia participativa.
- da arte, música, dança e momentos vivenciais que possibilitam sentir o pulsar de algo novo, que nos faz pertencentes de um desejo comum: a construção de outro modelo de desenvolvimento, solidário e sustentável.

Principais temas e problemas

- Comemorações:
- 20 anos da FEICOOP
- 10 anos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- 10 anos da Rede de Educação Cidadã (RECID)
- 30 anos de trabalho da Cáritas Brasileira, na área da Economia Solidária
- 10 anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)
- 16 anos da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária (RIPESS)

Temas e discussões:

- MARCO LEGAL: Torna-se urgente identificar os atores da economia solidária a fim de viabilizar um marco regulatório adequado à diversidade do movimento. Entendemos que é

necessário incidir para que não haja um trato discriminatório na constituição legal, regulação e difusão dos empreendimentos solidários. Assim, o marco legal deve possibilitar avançar no direito coletivo sobre os meios de produção como: capital, trabalho e tecnologia.

- **CONSUMO RESPONSÁVEL:** Constitui-se como elemento fundamental para a consolidação da Economia Solidária. Implica a articulação entre produtor e consumidor e o desenvolvimento de tecnologias sociais. Exige um consumo inclusivo, em harmonia com a saúde e meio ambiente, buscando a comercialização com preços justos. Os processos formativos são fundamentais para a construção de outra cultura de consumo. Também é importante o desenvolvimento de políticas públicas, com efetivo investimento do Estado, que potencializem iniciativas de Economia solidária na área da produção, comercialização e fomento ao consumo solidário.
- **ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:** Considerando a riqueza da diversidade dos movimentos que integram a economia solidária reconhecemos que é necessário atuar em rede, valorizando os saberes e experiências de cada movimento. A comunicação se constitui como estratégia importante para avançar nesta perspectiva. Assim, é necessário criar meios de comunicação alternativos, onde as informações não sejam tratadas como mercadorias. Também é fundamental o desenvolvimento de ações intersetoriais em cada território, articulando o rural e o urbano, a teoria e a prática, valores, culturas e saberes.

Quadro 13 - 10ª CARTA DE SANTA MARIA (2014)

Principais temas e problemas

- Ao longo desses dias vimos, ouvimos e problematizamos sobre o modelo de desenvolvimento vigente, marcado pela expansão do capitalismo na sua versão financeira, que impacta diretamente a vida dos povos, especialmente, os mais excluídos que vivem em países empobrecidos, a exemplo de nossa América Latina. Este modelo é por natureza concentrador de renda, riqueza e de poder, nas mãos de uma classe social privilegiada, grandes empresas nacionais e internacionais, que pautam prioridades, desconsiderando necessidades básicas para o desenvolvimento da vida.
- Justifica-se o uso de recursos públicos para investimentos privados, grandes eventos (a exemplo da Copa do Mundo) e, em contrapartida, continua precário o investimento na área da saúde, educação, segurança e trabalho, no campo e na cidade. Diante desse contexto, emerge um conjunto de mobilizações protagonizadas por segmentos sociais que buscam a construção de outro modelo de desenvolvimento que seja solidário, sustentável e territorial. Este supõe a consolidação de um verdadeiro “Estado Democrático e de Direito”, que através de políticas públicas efetivas, garanta o direito de todas as pessoas e não somente de uma minoria que detém o poder político e econômico.
- A Feira se traduz em processo “aprendente e ensinante”, construída em mutirão, numa caminhada de permanente cuidado, formação, mobilização e compromisso. O cuidado se traduz no cultivo de novas relações humanas, revestidas de respeito, solidariedade e cooperação entre os homens e mulheres, diversidade étnico-racial, geracional, territorial, diferentes modos de vida, de constituição familiar e de denominações religiosas. Também se manifesta no meio ambiente, com cuidado especial no cultivo da terra, preservação da água e do ar, resgate, recuperação e partilha de sementes nativas. No decurso da feira, o cuidado se manifesta também através do consumo ético e solidário, quando dizemos NÃO ao consumo de bebidas alcóolicas, refrigerantes e cigarros. O alimento é energia da vida! Por isso, assumimos o consumo de alimento ecológico saudável e plantas medicinais, que nutrem, curam e fortalecem.
- Durante a feira vivenciamos processos formativos, reuniões de grupos, equipes, debates, oficinas, plenárias, atividades culturais, lançamento de livros, homenagens de reconhecimento a pessoas e iniciativas de referência da economia solidária. Temas como fome, pobreza, economia solidária, comércio justo, consumo consciente, reforma agrária, tráfico de seres humanos, violência contra a mulher, entre outros, estiveram em pauta. Os eventos realizados deram visibilidade a um problema tão grave que, em tempos de “desenvolvimento”, ainda afeta a humanidade: a fome.
- Denúncias: a fome, matriz tecnológica do agronegócio, o tráfico humano e sua relação com a pobreza e gênero,

Datas e fatos históricos para serem registrados:

- No Ano Internacional da agricultura familiar, esta atividade é reconhecida por garantir a

segurança alimentar, preservar os alimentos tradicionais, promover a proteção da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, impulsionando as economias locais e ajudando a promover o bem estar social das comunidades.

- Os 30 anos de vida do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o tornam o mais longo movimento social camponês da história do Brasil. Trata-se de uma história construída de norte a sul deste território, marcado por profundas desigualdades sociais, que resultam da histórica concentração de terra pelo latifúndio. A reforma agrária defendida requer o enfrentamento ao capital, ao modelo de agricultura vigente, bem como, a defesa do controle das sementes nativas, da biodiversidade, das águas e das florestas.
- Em três décadas, através da luta do movimento foi possível que mais de 350 mil famílias pudessem acessar o direito a terra. Foi possível a organização de mais de 400 associações e cooperativas, trabalhando coletivamente para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos. Também se constata que 96 agroindústrias melhoraram a renda e as condições do trabalho no campo, oferecendo alimentos de qualidade a baixo preço na cidade.
- Ao comemorarmos os 21 anos da FEICOOP celebramos a memória de mulheres e homens que deram a vida pela promoção de mais vida.
- Queremos lembrar as 242 vítimas do incêndio da boate Kiss. Vidas que foram precocemente ceifadas e que nos desafiam à prevenção, cuidado, garantia de direitos e justiça social.

Formação de Agenda

- * Mobilizar e participar da Campanha Mundial “Pão e Justiça para todas as pessoas”, promovida pela Cáritas, buscando a construção de efetivas políticas públicas.
- * Criar e fortalecer bancos de sementes, expressão de luta pela segurança e soberania alimentar.
- * Buscar o acesso ao conhecimento científico, para potencializar ações práticas desenvolvidas por trabalhadores urbanos e rurais, como estratégia de construção de outro modelo de desenvolvimento.
- * Qualificar os grupos de Economia Solidária, urbanos e rurais, para que possam produzir em qualidade necessária à obtenção do Selo de Certificação de Alimentos Orgânicos, mediante o uso de processos ecologicamente corretos de plantio, cultivo e colheita de alimentos.
- * Pautar propostas de mobilização para aprovação da Lei de Economia Solidária nas Conferências Estaduais e Nacional de Economia Solidária.
- * Intensificar a mobilização social por políticas públicas, como direito de cidadania e dever do Estado.
- * Criar Comitês pelo Plebiscito que visa uma Constituinte Exclusiva e Soberana.
- * Intensificar, na Semana da Pátria, a Coleta de assinaturas do Plebiscito Popular por uma “Constituinte Exclusiva e Soberana” e realizar mobilizações do 20º Grito dos Excluídos.
- * Globalizar iniciativas que visam à superação da desigualdade social, intensificando processos de troca e pautas de lutas comuns.
- * Realizar no ano do Jubileu de Prata da FEICOOP – Feira Internacional do Cooperativismo e da Feira Latino Americana de Economia Solidária, em 2018, o 3º Fórum Social Mundial de Economia Solidária, após consultar as Redes Nacionais e Internacionais de Economia Solidária.

Quadro 14 - 11ª CARTA DE SANTA MARIA (2015)

Feicoop é espaço e sementeira de ideias, lutas e construções coletivas. É um território de fortalecimento da organização popular e de celebração da vida, em todas as suas dimensões. A partir das propostas construídas coletivamente, voltamos a reafirmar neste processo aprendente e ensinante, que “A SENAES É NOSSA!”. OUTRO MODELO DE DESENVOLVIMENTO É POSSÍVEL, URGENTE E NECESSÁRIO!

Principais temas e problemas

- Ao longo desses momentos de encontro, vimos que ofensiva neoliberal, presente na América Latina e Caribe, desde décadas passadas até os dias atuais tem gerado um cenário de crise no âmbito político, econômico, social e ambiental, o que tem impactado diretamente na vida dos trabalhadores e dos povos empobrecidos deste território.
- Alguns sinais desta crise podem ser verificados através das mudanças climáticas e uso de produtos químicos que contaminam a água, o ar e o solo e resultam em impactos ambientais que afetam a biodiversidade. Também se verifica a redução de investimentos dos Estados Nacionais

no campo das políticas sociais.

- Desta forma, transferem-se responsabilidades públicas dos Estados para as Organizações Não-Governamentais (ONGS) que tendem a ofertar serviços a um custo reduzido. Neste cenário, há organizações que, em convênio com os poderes públicos, assumem o compromisso em dar conta daquilo que o Estado não cumpre, a um custo menor. Outras, porém, em articulação com os movimentos sociais do campo popular, cumprem o papel de complementariedade às ações do Estado, constituindo-se como espaços potenciais para a construção de práticas coletivas. Este posicionamento busca o fortalecimento do papel do Estado como garantidor de direitos e políticas públicas, o que requer a participação efetiva da sociedade organizada.
- Na realidade brasileira, especialmente, vive-se sinais de uma crise profunda, que põe em xeque os pressupostos de uma sociedade democrática, conquistados por mulheres e homens, que se opõe cotidianamente a ditadura do lucro, do consumo, da acumulação, entre outros. É conhecido que a crise econômica que o país vive é reflexo do desaquecimento da economia, queda de investimentos do setor público, aumento do desemprego, aumento do custo de vida e, conseqüentemente, da renda das pessoas porque desacompanhados de reajuste do salários compatíveis com os índices inflacionários.
- Também se destaca na 22ª Feicoop a cerimônia de entrega do 1º Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária “Sandra Magalhães”, contemplando 48 experiências de norte a sul do Brasil, que demonstram experiências de outro modelo de desenvolvimento. Este prêmio resulta da frutífera parceria entre o BNDES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Conselho Nacional de Economia Solidária e Entidades Parceiras

Viês propositivo da carta

- Assim reafirmam-se os princípios de:
- 1) Desenvolvimento de novas formas de intercâmbio e trocas econômicas, baseadas na solidariedade com vistas ao desenvolvimento sustentável e justo dos territórios e dos seus habitantes;
- 2) Cooperação como base e condição de trocas;
- 3) Sustentabilidade dos intercâmbios, o que supõe que os custos sociais e ambientais sejam assumidos conscientemente por produtores(as) consumidores(as);
- 4) Estabelecimento de princípios, normas e critérios que permitam o desenvolvimento de maior equidade nas transações comerciais nos mercados internos e entre os países do Norte e os países do sul;
- 5) Aproximação entre quem produz e quem consome, como processo de socialização na busca da construção de um mundo responsável e sustentável;
- 6) busca de maior humanização do processo comercial, onde a economia ultrapasse os interesses meramente mercantis e monetários e esteja a serviço do desenvolvimento humano.

Formação de Agenda

- Nesta conjuntura a Feira assume e afirma compromissos:
- Declara posicionamento contrário ao retrocesso que este Projeto de Lei impõe sobre o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.080, art. 6º parágrafos II e III e art. 31), bem como, sobre a Lei de Biosegurança (Lei nº 11.105, de 24/03/2005), que “estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados”.
- A 22ª Feicoop manifesta apoio à aprovação do PL nº 263/2014 que “proíbe a pulverização de agrotóxicos por meio de aeronaves em todo o território gaúcho” e do PL nº 262/2014 “que proíbe a fabricação, uso e comercialização do agrotóxico 2,4-D no estado”, o qual é extremamente tóxico para macro e microorganismos responsáveis pela fertilização dos solos e, ao PL nº 44/2015 “que obriga a rotulagem das embalagens de alimentos produzidos com agrotóxicos”.
- O Comércio Ético e Solidário não se traduz apenas como alternativa de cooperação comercial para produtores excluídos do mercado capitalista, mas também, como um conjunto de práticas que se insere na concepção de trocas que rompa com a dominação econômica.
- Fortalecimento da democracia participativa. Para tanto, convoca a todos(as) a participar efetivamente das agendas das conferências municipais, estaduais e nacional, na área das políticas públicas, a exemplo da Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Direitos da

Criança e Adolescente, de Política Indígena, de Juventude e de Segurança Alimentar e Nutricional, que em âmbito nacional terá a 5ª edição, no período de 3 a 6 de novembro, com o lema: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.

- Compromisso com a luta contra toda a forma de preconceito e discriminação seja de credo, raça/etnia, geração, posicionamento político, identidade de gênero, orientação sexual, questões relacionadas ao território, entre outras
- Compromisso com as juventudes e o tema da Juventude e Ecosol; o fortalecimento da rede de economia solidária; a implementação da Política Estadual de Cultura Viva (Lei 410/2013), que busca valorizar a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes grupos e coletivos existentes.

Quadro 15 - 12ª CARTA DE SANTA MARIA (2016)

Reconhecemos que a Feira de Economia Solidária se traduz como um processo “aprendente e ensinante”, que se constrói por meio de experiências coletivas, democráticas e autogestionárias.

As atividades culturais, os momentos de reuniões, encontros e formação possibilitaram o resgate histórico da organização da Economia Solidária e da construção de um modelo de desenvolvimento solidário, sustentável e territorial que já acontece! Celebramos os 40 anos da Comissão Pastoral da Terra, 60 anos da Cáritas Brasileira, 35 anos de Economia Solidária Enquanto Rede Caritas, 50 anos do Jornal Mundo Jovem, 20 anos da TV OVO, 23 anos da FEICOOP e iniciamos o triênio preparatório ao Jubileu dos 25 anos da FEICOOP, em 2018.

Principais temas e problemas

- A jovem e ainda frágil estrutura da democracia que inspirou a última onda democrática brasileira até início do primeiro trimestre de 2016, construída na perspectiva de um Estado Democrático de Direito foi vítima de um golpe parlamentar, jurídico e midiático que levou ao processo de impeachment com o afastamento, por 180 dias, da presidenta Dilma eleita democraticamente em 2014. Este golpe tem sido protagonizado por atores nacionais e internacionais, que encontraram convergência no ataque ao governo constitucional como requisito para atingir seus objetivos, por meio de um conjunto de medidas antidemocráticas e antipopulares, que levam ao direcionamento de uma agenda ultraconservadora. Estas referências expressam uma nítida disputa de projetos societários, cuja hegemonia presente nos três poderes leva a uma inversão de prioridades, rumando na contramão das garantias firmadas na Carta Magna de 1988.
- Frente ao desmonte do Estado e das garantias constitucionais **DENUNCIAMOS:**
- - A regressão civilizacional, com a degradação dos valores básicos de sociabilidade, respeito, colaboração e alteridade entre as pessoas. - A violação de direitos humanos fundamentais expressa, entre outros:
 - * na criminalização dos movimentos sociais e das formas coletivas de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras pela garantia de direitos;
 - * em todas as formas de violência, em especial, a violência contra as mulheres, a homofobia, o extermínio de crianças, adolescentes, jovens, índios e negros;
 - * na ampliação da cultura do racismo, expresso na perseguição contra todas as expressões religiosas, culturais e intelectuais provenientes da população negra brasileira;
 - * na regressão do estatuto social das mulheres, ampliação da misoginia e fortalecimento do patriarcado, com a retomada da reacionária ideologia da mulher subordinada ao homem, regressão das diferentes manifestações da sexualidade e ampliação da cultura de ódio aos que estão fora do padrão heteronormativo;
 - * no descaso com a educação pública, decorrente não por acaso, mas fruto de um modelo político e econômico que mercantiliza o direito à educação.
- - Os conglomerados transnacionais e a utilização de produtos transgênicos, herbicidas, pesticidas e agrotóxicos.
- - A reforma da previdência dos trabalhadores, sem envolver nas mesmas condições, a classe política e dos servidores públicos.
- - O posicionamento ofensivo e discriminatório dos novos movimentos de direita a exemplo do Movimento Brasil Livre - MBL, Vem para Rua - VPR e Revoltados On-line.
- - O desemprego estrutural, a precarização do mundo do trabalho, flexibilização das regras do trabalho impactam diretamente na segurança do trabalhador, com a flexibilização de direitos,

- contratos temporários, acentuada exploração da força física e intelectual do trabalhador.
- - Toda a forma de corrupção política, administrativa, financeira e patrimonial, nos três poderes da República, em instituições públicas e privadas.
- - O desmonte do Estado, das garantias constitucionais e das políticas públicas. Nesta direção se apresenta o desmonte de Ministérios e Secretarias de Governo, imprescindíveis à materialização das garantias constitucionais, em especial, a Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres; Secretaria Nacional de Economia Solidária e Secretaria de Direitos Humanos. Também a precarização do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja legislação prevê um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, junto às populações em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Viês propositivo da carta

- Somos atores, participantes e lideranças vinculadas aos movimentos sociais populares, entidades e organizações sociais que vêm duramente construindo processos de democratização no Brasil e América Latina, especialmente, nas últimas quatro décadas. Sabemos que a democracia construída arduamente no contexto de formação sócio histórica do Brasil é jovem e frágil. Ela se traduz em conquista e construção diária, no confronto entre justiça, moralidade e legalidade, em meio a contradições e conflitos presentes numa sociedade marcada pelo sistema capitalista e por um conjunto de expressões do patriarcado manifestas, especialmente, pelo machismo, racismo e homofobia.

Formação de Agenda

- Assim CONVOCAMOS a todas as pessoas a:
- - Assumir as pautas de mobilização do Centro Interdisciplinario para el Desarrollo Humano y Productivo (Santa Fé – Argentina):
- * aderir e solidarizar-se com o pedido de liberdade da dirigente social e política argentina, líder da Organización Barrial Túpac Amaru y Parlamentaria, presa política na democracia, injustamente detida a mais de 7 meses no marco das políticas de disciplinamento das organizações sociais e perseguição a integrantes da dita organização e outras.
- * aderir e solidarizar-se com os movimentos multisetoriais da Argentina que se opõe ao aumento massivo e brutal de tarifas de serviços públicos, que deterioram a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente dos mais humildes e limitam a possibilidade de subsistência das organizações.
- * reafirmar o Mercosul em suas bases municipais como ferramenta de unidade e irmandade de povos e culturas.
- - Fomentar, apoiar e participar de espaços organizativos, nas comunidades, bairros, associações, para ampliar a capacidade de análise crítica sobre a conjuntura atual e construir estratégias de resistência.
- - Participar dos movimentos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras e da luta pela manutenção dos direitos e garantias constitucionais.
- - Defender a educação pública, gratuita e de qualidade nos níveis municipal, estadual e federal.
- - Fortalecer a luta pela ampliação das políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de acordo com a Lei 10.639/03, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira”.
- - Potencializar o uso de instrumentos da Educação Popular presentes na práxis da autogestão, tornando possível desenvolver no território ações de base.
- - Organizar e/ou fortalecer Redes e Fóruns de Economia Solidária, Rede de Economia Solidária Feminista e Redes de Incubadoras de Economia Solidária.
- - Incidir para a aprovação do PL 4685/2012 que “Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária”.
- - Adotar o consumo de alimentos naturais e orgânicos, banindo o consumo de produtos industrializados e transgênicos, contribuindo para um consumo consciente, solidário e justo.
- - Fortalecer a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, por intermédio da Política

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (Decreto nº 7.272/2010).

- - Organizar e participar das mobilizações do 22º Grito dos Excluídos e Excluídas, na semana da Pátria, fortalecendo iniciativas locais, mobilizadas pelo lema: “Este sistema é insuportável: exclui, degrada, mata!”
- - Escolher para as próximas eleições municipais candidatos compromissados com a Agroecologia, Agricultura Familiar e Política de Economia Solidária.
- - Fortalecer a participação e incidência junto aos conselhos deliberativos no âmbito das políticas públicas.
- - Apoiar e participar das lutas e mobilizações coletivas, que compõe o repertório da resistência contra o golpe à democracia no Brasil.
- - Assumir e potencializar as deliberações da I Assembléia Nacional da Economia Popular Solidária, convocada com os objetivos de:
 - 1) Construir diretrizes estratégicas de enfrentamento ao golpe, de mobilização e fortalecimento do movimento da economia solidária, do trabalho associado e da autogestão e,
 - 2) afirmar à sociedade o projeto político, econômico e social da economia popular solidária como estratégia de desenvolvimento justo, cooperativo, sustentável e solidário.
- - Pautar estratégias de resistência e fortalecimento da democracia, no contexto das eleições municipais, denunciando o conservadorismo que ameaça e barbariza a vida.
- - Incentivar e acompanhar a construção de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, que seja realmente específica autêntica e popular. Esta Assembleia deverá priorizar uma reforma política que contemple programas políticos, sociais e econômicos que atendam aos interesses do país e da população e não aos interesses particulares dos políticos e de seus patrocinadores de campanha.
- - Fortalecer serviços, programas, projetos, equipamentos públicos, recursos humanos, para a materialização do Sistema Único de Saúde, Previdência Social Pública e Sistema Único de Assistência Social.
- - Intensificar a luta dos trabalhadores e usuários mobilizados pela defesa das políticas públicas.
- - Disputar o fundo público para as políticas sociais públicas, com incidência junto aos dispositivos que hoje se encontram sobre controle de agentes do grande capital: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e tantos outros dispositivos que gerenciam o recurso público.
- - Exigir dos representantes eleitos, ações de implementação do Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) e execução dos programas e políticas públicas de Economia Solidária em andamento e os previstos no Plano, junto ao governo federal.
- - Monitorar a execução do atual Plano Pluri Anual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e participar ativamente das discussões e deliberações no processo de formulação do novo PPA, em âmbito municipal a partir de 2017.

Quadro 16 - 13ª CARTA DE SANTA MARIA (2017)

Principais temas e problemas

- As heranças do período colonial e escravocrata que justificam as violências de gênero e a seletividade racial da violência homicida. O Mapa da Violência - homicídio de mulheres no Brasil (2015) revela que a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 54% em dez anos. Já o extermínio da juventude entre 15 a 29 anos, corresponde a um crescimento de 592,8% em trinta anos (Mapa da Violência (2016), que trata dos homicídios por arma de fogo no Brasil).
- A criminalização das lutas e formas de organização dos movimentos sociais, a exemplo das chacinas que vitimizaram trabalhadores do MST, em Belém do Pará e Mato Grosso do Sul; o uso desmedido da força policial, que fere os direitos humanos, a exemplo, das ações de desocupação de pessoas que habitam o território identificados como “craquelândia”; da desocupação dos Lanceiros Negros em Porto Alegre; das mobilizações dos/as trabalhadores e trabalhadoras durante a greve geral nos meses de abril e junho, as quais violaram o direito de liberdade, de reivindicação e de luta pela garantia de direitos.
- As guerras e conflitos de âmbito mundial gerados por interesses capitalistas, que impactam diretamente as questões sócio-ambientais e põe em risco a paz e o desenvolvimento integral dos povos hoje e para as futuras gerações.
- A constante violação dos direitos humanos que estão amparados nos fundamentos e objetivos constitutivos do Estado Democrático de Direito, conforme os Arts. 1º e 3º da Constituição Federal de 1988, os quais asseguram a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana; a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a

promoção de todas as pessoas, sem qualquer forma de preconceito.

- O silêncio e a morosidade no julgamento do processo da Boate Kiss, em Santa Maria, que vitimizou 242 jovens e está revitimizando quatro pais processados pelo Ministério Público por lutarem pelo direito à justiça. Por isso, convocamos a todos/as a se manifestar: #somostodospaiskiss# #liberdadepaiskiss#

- A corrupção política e administrativa, presente nos três poderes do Estado, em âmbito municipal, estadual e federal, que põe em xeque o exercício da democracia, da liberdade de expressão e a participação cidadã e compromete o investimento público na área das políticas sociais, a exemplo da saúde, educação, segurança, trabalho e moradia.

- O desmonte da Seguridade Social Pública, com as Reformas Trabalhistas e da Previdência, que levam os trabalhadores e trabalhadoras a uma nova forma de servidão; a falta de investimento na saúde pública, com o fechamento das farmácias populares e restrição de acesso a medicamentos específicos; a precarização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com políticas de governo voltadas ao primeiro damismo, a lógica do favor e da dependência. Soma-se a este cenário, a medida perversa de congelamento dos investimentos, por 20 anos, na área da saúde, assistência social e previdência conforme Projeto de Emenda Constitucional, aprovada pela Câmara dos Deputados (PEC 241) e Senado Federal (PEC 55), que põe em risco a sobrevivência das atuais e futuras gerações.

- As reformas na área da educação, com o sucateamento das instituições públicas, quanto a infraestrutura e equipamentos, ausência de programas educacionais e políticas de permanência na escola, precarização das condições de trabalho e de salário e a reforma curricular do Ensino Médio, que põe em risco o acesso de estudantes a componentes essenciais para uma formação integral. Somado a isto se verifica a crescente liberalização do Estado para novas modalidades de ensino em nível fundamental, médio e superior que fortalecem a educação individualizada, limitando a sociabilidade e a capacidade crítica de compreensão e intervenção social.

Viês propositivo da carta

- A FEICOOP tem se constituído como um processo que permite compartilhar saberes e experiências, realizar trocas solidárias entre produtores e consumidores e experimentar construções democráticas,

A programação da Feira foi marcada por momentos de reuniões, oficinas, rodas de conversa, seminários e atividades culturais que oportunizaram trocas, reflexões e construções coletivas sobre o uso dos bens naturais, como a água, a terra, a semente e o ar que são “patrimônios universais da humanidade”. Estes momentos também possibilitaram debates e encaminhamentos sobre temas como: articulações em rede, fundos rotativos solidários, gênero e diversidades, voluntariado, incubadoras de economia solidária, permacultura e geobiologia, segurança e soberania alimentar, biomas brasileiros, bacias hidrográficas e saneamento básico, resistência econômica dos povos de matriz africana, exposição de vídeos, lançamento de livros e documentários, entre outros.

Formação de Agenda

- Contribuir para o fortalecimento da Rede Brasileira de Comercialização Solidária (Rede COMSOL), formada por 200 pontos fixos de comercialização, em conjunto com outras redes nacionais e internacionais, que constroem estratégias para fortalecer o direito de produzir e consumir alimentos saudáveis, vivendo e trabalhando em cooperação e de maneira sustentável.

- Incidir para a execução integral do disposto na Lei 11.445/2007 – Lei do Saneamento Básico, com vistas à garantia de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos e drenagem urbana, os quais são direitos humanos universais; e contribuir para a materialização do Estatuto da Cidade ([Lei no 10.257/2001](#)) reafirmando a luta pelo direito à cidade sustentável.

- Tornar visível a realidade cotidiana da população empobrecida e em situação de vulnerabilidade social, suas lutas e formas de organização, contribuindo para a construção de estratégias de resistências.

- Fortalecer as manifestações do Grito dos Excluídos na América Latina e o 23º Grito dos Excluídos no Brasil, na semana da Pátria, mobilizados/as pelo lema: “Vida em primeiro lugar: por direitos e democracia a luta é todo dia”.

- Garantir e visibilizar a diversidade presente na Economia Solidária, a partir das experiências organizativas e práticas dos Povos Indígenas e de Matriz Africana.

- Fortalecer a organização dos Fundos Rotativos Solidários, como alternativa eco-econômico-político e social de resistência dos empreendimentos de economia solidária.

- Contribuir com a campanha para elaboração de documentário da vida e testemunho de um dos ícones da Economia Solidária no Brasil e no mundo, Prof. Paul Singer.

Comemorações:**Jubileu de 25 anos em articulação com outros eventos que compõe a história da FEICOOP:**

- 30 anos do Projeto Esperança-Coesperança;
- 20 anos da Feira Estadual de Economia Solidária;
- 10 anos do Fórum Mundial de Educação;
- 40 anos do Movimento Brasileiro de Educadores Cristãos (MOBREC);
- 10 anos do Instituto Federal Farroupilha;
- 15 anos do Jornal Brasil de Fato;
- 10 anos da Rádio Comunitária “Vozes da Esperança”;
- 150 anos da Congregação das Filhas do Amor Divino;
- 160 anos de Emancipação Política de Santa Maria,
- 12 anos do Levante Popular da Juventude,
- 15 anos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- 75 anos da Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira.

Principais temas e problemas

- Resgatar a memória é construir resistências! Neste sentido, a celebração do Jubileu da FEICOOP nos alerta para a atual conjuntura que vem sendo marcada pelo golpe político-midiático-institucional sofrido pelos/as trabalhadores/as expresso entre outros: (1) na reforma trabalhista, reforma previdenciária (em curso) e implementação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui um Novo Regime Fiscal, o qual repercute diretamente na violação de direitos sociais, especialmente, no campo da saúde e da educação; (2) na criminalização das lutas, movimentos e resistências dos/as trabalhadores/as; (3) nas diferentes formas de violência que silenciam e exterminam os povos indígenas, quilombolas e afro descendentes, pessoas em situação de rua, juventudes, LGBTs, feminicídio, entre outros; (4) na “vampirização” dos bens da humanidade promovida pelas elites dominantes, que exploram a água, a terra, o ar, as plantas, as sementes, e as espécies, de forma desmedida em nome dos privilégios de corporações nacionais e internacionais que favorecem a acumulação capitalista; (5) na crise da frágil experiência democrática vivenciada nos países da América Latina que demarca um conjunto de retrocessos no campo das políticas institucionais; (6) no Projeto de Lei Nacional de Economia Solidária que foi desconfigurado pela relatoria do Senado, representando hoje uma ameaça ao movimento de Economia Solidária; (7) nos posicionamentos do executivo, legislativo e judiciário que ferem as garantias constitucionais e as liberdades democráticas; (8) no conservadorismo, presente na sociedade brasileira, expresso por meio do racismo, do machismo, da misoginia, da intolerância, da indiferença e do extermínio das populações pobres.

Formação de Agenda

- Compromissos:
- Incidir para a criação de uma Lei específica que viabilize os empreendimentos voltados a produção de alimentos tradicionais e artesanais.
- Fortalecer as cadeias de produção, com fornecimento de insumo da Economia Solidária, que estejam na perspectiva agroecológica e orgânica, sem trabalho explorado, sem patrão.
- Promover trocas solidárias e intercambiar produtos fruto de lutas sociais como experiência prática e pedagógica para materializar o projeto de economia solidária.
- Fortalecer e promover os bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito como estratégia de desenvolvimento local e regional.
- Fomentar o debate sobre educação e questões migratórias, nas Universidades, com a participação de imigrantes.
- Incidir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em especial da Coleta Seletiva, com inclusão social dos/as catadores/as.
- Contribuir para a organização nacional da União das Cooperativas de Catadores do Brasil – UNICATADORES.
- Incidir junto ao poder público para que reconheça o serviço ambiental prestado pelos/as catadores/as de materiais recicláveis.
- Implementar políticas públicas intersetoriais, em especial para pessoas em situação de rua e catadores/as de materiais recicláveis.
- Assumir o papel do movimento de economia solidária no controle social de políticas públicas.
- Fortalecer o protagonismo da Rede Nacional de Juventudes e Economia Solidária e pautas específicas das lutas feministas, antipatriarcal, antirracista e antiLGBTfóbica.

- Incidir para a construção de um Plano de Emergências para recolocar o país no caminho, a revogação das Reformas, principalmente a Reforma Trabalhista e a Realização de uma Assembleia Nacional Constituinte.
- Reforçar e ampliar o diálogo entre movimentos como os de agroecologia, economia solidária, educação do campo, movimentos de mulheres, quilombolas, movimento de catadores/as.
- Afirmar o exercício da democracia direta como direito e condição imprescindível à cidadania.
- Promover o debate sobre o Programa de Artesanato Brasileiro enfatizando a necessidade de reflexão sobre as expectativas reais e futuras na definição do que é ou não é artesanato, de quem é ou não é artesão e a representação do artesanato enquanto atividade cultural regional.
- Fortalecer a difusão do Jornal BRASIL DE FATO, para o Rio Grande do Sul, como estratégia de viabilizar a comunicação como direito humano.
- Publicizar a “Carta de Economia Solidária ao presidente Lula”, em defesa do exercício da democracia.
- Garantir a manutenção do Projeto de Lei de Economia Solidária em consonância com os anseios do movimento de economia solidária, em contraposição às manobras e manipulações que imputam perda de direitos, no âmbito da economia solidária, advindas do Senado.
- Fortalecer os trabalhadores e as trabalhadoras como protagonistas do movimento de economia solidária e com autonomia frente ao poder público.
- Denunciar os projetos societários em disputa na conjuntura atual, no Brasil, na América Latina e em âmbito internacional, alertando para tendências conservadoras, que incitam a violação de direitos como um fenômeno natural no cenário sócio-político.
- Assumir o compromisso com a organização e participação na 7ª. Feira Nacional da Red de Comercio Justo del Litoral, em Rosario- Argentina, que será realizada em abril de 2019.
- Fortalecer estratégias para avançar conjuntamente enquanto empreendimentos dos países do Mercosul para a criação de uma legislação que regule o comércio justo e solidário entre os países.
- Fortalecer as ações em rede, as trocas de produção autogestionária entre Argentina, Uruguai e Brasil, superando os entraves impostos pelo sistema e afirmando o consumo como ato político nos territórios da América Latina.
- Visibilizar a produção de conhecimento técnico, tecnológico e acadêmico das mulheres na economia solidária.
- Resgatar a “vida em comunidade”, os espaços de diálogos e de trocas, que contribuam para a construção de um pensamento crítico, o fomento a novas formas de produzir e de consumir, como ato político transformador e o fortalecimento da organização dos/as trabalhadores/as. “Cuidar do planeta e da natureza fazer da justiça nosso bem maior da casa comum, a nossa mãe terra saber que é possível um mundo melhor”. (Antônio Gringo)

Quadro 18 - 15ª CARTA DE SANTA MARIA (2019)

Trazemos em nossas bagagens: saberes e conhecimentos construídos no cotidiano do trabalho coletivo, a partir do reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, geracional e das formas de organização e resistências presentes em nossos territórios; a sabedoria milenar dos povos tradicionais e originários; experiências de luta em defesa dos direitos humanos e das políticas públicas e propostas para o fortalecimento das iniciativas de economia solidária, da participação popular nas lutas gerais da classe trabalhadora e defesa da democracia. Neste território construímos resistências às diferentes formas de exploração e opressão dos recursos naturais, de todas as formas de vida e das condições dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade.

Principais temas e problemas

Afirmamos que a ofensiva do modo de produção capitalista vem assolando as condições de vida e de trabalho dos/as trabalhadores/as. Não por acaso, as decisões políticas e econômicas, reafirmam a retórica neoliberal de redução de investimentos do Estado, para área social, em favor de interesses privados, que visam a acumulação de lucro, às custas da vida de milhares de pessoas.

Essa realidade tem afetado de modo direto os direitos trabalhistas, previdenciários e os sistemas de proteção social em diferentes países da América Latina e põe em xeque o exercício das liberdades democráticas. De modo especial, na realidade brasileira constatamos um conjunto de medidas que violam a dignidade à vida humana e preservação das espécies.

- Esta 26ª FEICOOP oportunizou que várias organizações, entidades, redes de Economia

Solidária e comércio justo, Escolas, Universidades, Institutos Federais, Organizações Não Governamentais, Incubadoras e Movimentos Sociais realizassem diversas oficinas, seminários, rodas de conversas, audiências públicas, acampamento popular da juventude, caminhada pela paz e organização de espaços coletivos como: Complexo dos Povos – Ubuntu, Tenda da Resistência, José Mariano da Rocha, Bem Viver, Autonomia, Segurança Alimentar e Sustentabilidade, que refletiram sobre os mais variados temas como:

- (1) a drástica redução dos recursos para educação pública, que compromete o investimento em ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços básicos nas escolas e universidades públicas e institutos federais, com ameaça ao sistema de cotas;
- (2) o cerceamento do pensamento plural e práticas persecutórias que visam amordaçar educadores e educadoras, inibindo a autonomia e o desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipadoras;
- (3) a construção de práticas pedagógicas de educação popular em escolas de educação básica, EJA, assentamentos, comunidades indígenas, entre outras, com ênfase na metodologia do ver, julgar, agir e celebrar;
- (4) a defesa da natureza e da vida humana e demais seres vivos;
- (5) a luta contra a incineração dos resíduos sólidos e os retrocessos em torno das legislações ambientais;
- (6) o retrocesso quanto a regularização de terras tradicionais dos quilombolas e demarcação de terras dos povos indígenas;
- (7) o fortalecimento de novas relações humanas que contribuam para a transformação de relações sócio-econômicas e sócio-políticas;
- (8) as mudanças no processo produtivo e suas implicações na organização e luta da classe trabalhadora, bem como, os impactos da conjuntura atual no vida dos/as trabalhadores/as da economia solidária;
- (9) a segurança alimentar e os efeitos nocivos quanto ao uso de agrotóxicos, que comprometem a saúde humana, a preservação ambiental e o desenvolvimento diversificado das culturas;
- (10) a experiências e perspectivas da participação e protagonismo das mulheres e da juventude na construção da economia solidária;
- (11) o Projeto de Lei (PL 137/2017) que trata da Política Nacional de Economia Solidária, em debate no Senado;
- (12) a organização e mobilização da Ecosol, da VI Plenária Nacional de Economia Solidária e a participação no Fórum Mundial das Economias Transformadoras, que será realizado em Barcelona em abril de 2020;
- (13) o atual modelo de gestão do Estado e da sua relação com a sociedade, que desconsidera os direitos assegurados na Constituição Federal e a participação popular (por meio da extinção de conselhos de direitos e políticas públicas, entre outras formas);
- (14) a questão mineral no Brasil e como ela está se configurando no estado do RS, com o mapeamento dos projetos de mineração; das iniciativas e ações da articulação política envolvendo parlamentares e organizações da sociedade civil, especialmente, da região metropolitana de Porto Alegre, por conta do projeto Mina Guaíba e também da região carbonífera; e as características e riscos da atividade mineradora, que geram trabalhos precarizados e temporários, deixam comunidades inteiras deslocadas, crimes ambientais e mortes, e após a extração do minério a herança de um território cheio de buracos, com resíduos acumulados (rejeitos), com trabalhadores adoecidos e com a economia local destruída;
- (15) a celebração do primeiro ano do Jornal Brasil de Fato RS “uma visão popular do Brasil e do mundo”.

Viês propositivo da carta

- Em tempos de naturalização da pobreza, da violência e racismo institucional, do conservadorismo e do uso desmedido das redes sociais para criminalização dos movimentos e organizações dos/as trabalhadores/as, ousamos refletir sobre a mensagem do Papa Francisco:
- “Os rios não bebem sua própria água; as árvores não comem seus próprios frutos. O sol não brilha para si mesmo; e as flores não espalham sua fragrância para si. Viver para os outros é uma regra da natureza. Todos nós nascemos para ajudar uns aos outros. Não importa quão difícil seja...A vida é boa quando você está feliz; mas a vida é muito melhor quando os outros estão felizes por sua causa” e, solidariamente, queremos afirmar que NOSSA ESCOLHA É A RESISTÊNCIA, NOSSA ESCOLHA É A ORGANIZAÇÃO, NOSSA ESCOLHA É A GLOBALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE!

Formação de Agenda

- Compromissos:
- (1) compromisso com o fortalecimento da economia solidária e das políticas públicas, com participação popular;
- (2) incidência da participação popular, na defesa de direitos e construção de políticas públicas como estratégia para a construção da democracia e para o aperfeiçoamento do próprio estado;
- (3) fortalecimento de iniciativas voltadas a Moeda Social e Bancos Comunitários como dinamizadores do desenvolvimento local;
- (4) incentivo à educação popular em economia solidária, na área da educação básica e ensino superior;
- (5) construção de uma narrativa comum entre as diferentes práticas econômicas contra hegemônicas – economia feminista, economia solidária, economia dos comuns, agroecologia e soberania alimentar dentre outros – como propõe o Fórum Mundial das Economias Transformadoras;
- (6) articulação dos movimentos sociais e comunidade escolar na luta pelo Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB);
- (7) defesa da Educação Pública, em todos os níveis, e acesso da juventude dos segmentos populares;
- (8) articulação de lutas comuns e pautas coletivas, a partir da valorização das particularidades de cada movimento e organização social;
- (9) incentivo às trocas solidárias de produtos, maior divulgação das feiras agroecológicas e criação de grupos de amigos da feira;
- (10) criação e socialização de socializar ferramentas vinculada a tecnologia da informação para melhor divulgação das ações da economia solidária;
- (11) incentivo a organização do CADSOL como estratégia de fortalecimento do movimento e ferramenta para garantia de Políticas Públicas;
- (12) fortalecimento do protagonismo da juventude e das mulheres, no movimento de economia solidária;
- (13) incentivo ao fortalecimento do Grupo de Trabalho sobre o artesanato Ecosol;
- (14) fortalecimento de ações voltadas ao Programa Nacional de diversificação em áreas cultivadas com Tabaco, visando a garantia de direitos humanos e proteção integral das famílias produtoras de fumo além da recuperação de áreas degradadas;
- (15) incentivo às redes de comercialização e sua participação na luta por políticas públicas, construindo estratégias para superar dificuldades como: compatibilização de diferentes áreas produtivas, logística, articulação campo e cidade e formação com a participação de novas lideranças;
- (16) fomento à participação dos diferentes coletivos e experiências de economia solidária que não estão presentes nos Fóruns;
- (17) organização de um processo ampliado de discussão e preparação para a VI Plenária de Economia Solidária;
- (18) compromisso com o consumo ético solidário;
- (19) divulgação e fortalecimento do Comitê contra a Mega Mineração, ampliando o debate sobre o tema, principalmente, com a população dos municípios que serão atingidos;
- (20) fortalecimento da Campanha Permanente – Todos somos FEICOOP! e com a realização da 27ª FEICOOP em 2020.

Quadro 19 - 18ª CARTA DE SANTA MARIA (2022)

Em 2022 celebramos os 28 anos da FEICOOP em Santa Maria/RS. Somos sobreviventes da pandemia da Covid-19, uma luta que vitimou mais de 600 mil pessoas em nosso País. Vivenciamos um longo período de dois anos de distanciamento social, por medidas de segurança sanitária, num contexto tenso de negacionismo frente à ciência em meio a uma crise econômica, política, ambiental e social que pôs em risco, ainda maior, a vida dos segmentos sociais já empobrecidos. Neste tempo experimentamos, a partir das ferramentas on-line de comunicação, novas formas de organização, de articulação e solidariedade, indispensáveis à sobrevivência humana e dos recursos naturais.

A FEICOOP integra campo e cidade, produtores, consumidores, movimentos e organizações sociais, trabalhadoras e trabalhadores de diferentes áreas, agricultoras e agricultores familiares, agroindústrias familiares e artesanais, produção orgânica, artesanato, confecção, alimentação, trabalhos

com plantas ornamentais, entre outros. Possibilita a participação protagonista dos povos indígenas, quilombolas, migrantes e refugiados, mulheres e homens que trabalham com a coleta e tratamento de resíduos sólidos e pessoas em situação de rua. Também integra a participação de gestores públicos, universidades, estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadoras e pesquisadores, organizações defensoras dos Direitos Humanos, coletivos e organizações nacionais e internacionais, entre outros.

Principais temas e problemas

- No Brasil, em 2022 chegamos a uma realidade alarmante de 58% da população que convive com a insegurança alimentar em algum grau leve, moderado ou grave, sendo que 33,1 milhões de pessoas não tem o que comer e o desemprego atinge a casa de 11 milhões de pessoas. Por outro lado, verificamos uma profunda contradição, conforme indica o relatório da Oxfam Brasil, de abril de 2022, denominado “Lucrando com a dor: quem ganhou e quem perdeu na pandemia”. Foi neste mesmo período de pandemia da Covid-19 que a riqueza dos bilionários teve alta recorde, com aumento de lucros em 24 meses o equivalente a 23 anos, especialmente nos setores alimentício, farmacêutico, de energia e tecnologia.
- Em diferentes territórios no mundo verificamos a letalidade da violência direcionada principalmente à corpos que fogem ao padrão normativo da sociabilidade capitalista: negros, indígenas, crianças, jovens e mulheres e o povo de periferia. O genocídio, o feminicídio, a misoginia, a LGBTfobia e o racismo estrutural escolhem esses corpos. E a política de destruição dos recursos naturais (água, terra, ar, sementes), em nossos territórios, também expressa o lado perverso do negacionismo, do conservadorismo e da lógica de desumanização acima dos lucros.
- Estas expressões revelam posicionamentos deliberados por políticas de Estado, nos diferentes poderes que o constituem e ações da sociedade, as quais corroboram com a violação de direitos e destruição de um conjunto de políticas públicas.
- A programação contou, nos três dias de FEICOOP, com exposição e comercialização de produtos de diferentes áreas, com a 3ª Jornada Formativa e a 3ª Mostra de Arte, Cultura e Diversidade da Economia Solidária. As oficinas e seminários pautaram um conjunto significativo de temas como: a questão ambiental, hídrica e crise sanitária; hortas comunitárias e hortas nas escolas; justiça ambiental; regeneração ambiental; sustentabilidade; sistemas agroflorestais; desenvolvimento local; consumo responsável; agroecologia; reforma agrária; alimentação saudável; produção orgânica; saúde e Economia Solidária e o trabalho das promotoras e dos promotores populares de saúde; o cuidado e o auto-cuidado das mulheres; debate sobre Bancos Comunitários, Moedas Sociais, Fundos e Redes de Economia Solidária; a utilização das tecnologias de informação, como estratégia de comunicação e construção de resistências; a organização comunitária e coletiva no campo da cultura e das estereotípias raciais; a construção do ecossocialismo na luta popular; a soberania e segurança alimentar e o exercício das liberdades democráticas.

Viês propositivo da carta

- Tudo está interligado: a terra, a água, o ar, as plantas e os animais”, ela nos desafia a firmar compromissos coletivos que contribuam para a construção de um projeto de sociedade onde a vida esteja acima dos lucros.
- Registramos o duplo sentimento de alegria e realização dessa 28ª FEICOOP, primeiro ano sem a presença de nossa grande educadora popular Irmã Lourdes Dill. O sucesso deste ano mostrou o que e o quanto aprendemos nestes 35 anos com ela. Isso nos deixa felizes por este legado que nos acompanhará na caminhada de um esperar com a metodologia “aprendente e ensinante” deixado pela Irmã Lourdes Dill.

Formação de Agenda

- Assim, para que a Sociedade do Bem-Viver se efetive, nós da 28ª Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária, assumimos os nossos compromissos de:
- Manter-se presente nas parcerias para aprender e contribuir com os movimentos de economia solidária em ações referentes à construção de conhecimento, partilha e experiências na interação e reivindicação de políticas públicas sobre economia solidária, a nível municipal, estadual e federal.
- Continuar acolhendo mais famílias de produtores rurais, artesãs e artesões, agroindústrias e minorias sociais em nosso campo de ação, valorizando a vida e os diferentes empreendimentos, primando sempre por uma atuação com foco no trabalho profético de economia solidária, cooperativismo, agricultura familiar, consumo responsável, geração de trabalho e renda via

inclusão social no campo e na cidade, através de diferentes formas de organização.

As cartas se provaram excelentes marcadores temporais e históricos da FEICOOP. Elas refletem a construção social e política em que a FEICOOP está inserida, elas marcam no tempo histórico a conjuntura social e política do mundo naquele ano, desde temas globais que levam grupos do Haiti à FEICOOP para o debate, até a incorporação da ideia de um território de resistência e fortalecimento de pautas. Além disso, os encaminhamentos são sempre de articulações e parcerias que fortalecem a luta e suas causas.

6. AMPLIAR O PRESENTE DAQUILO QUE PULSA NA FEICOOP: TRADUÇÃO DA FORMAÇÃO, ARTE E COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA

Este capítulo objetiva identificar o impacto da construção organizativa da FEICOOP na construção da Economia Solidária. Assim, é importante ser dito que a construção de escrita aqui apresentada não tem a intenção de esgotar o tema de tudo o que acontece na feira, uma vez que enquanto organizadores temos a noção de que ainda não vivenciamos e experienciamos tudo o que a feira proporciona de compartilhamento de saberes.

Talvez, inclusive, esse seja o primeiro ponto a ser ressaltado sobre a feira, a autogestão. A autogestão do que é comercializado, a autogestão de formações educativas que lá ocorrem, a autogestão de atividades artísticas a serem apresentadas. Assim, ao querer participar da feira a primeira coisa que a organização deve fazer é o aprendizado de trabalhar a autogestão numa feira coletiva.

Assim todo ano, novos grupos e novas instituições se inscrevem para participar de FEICOOP e fazer o diálogo de saberes. Cada banca é um universo, e como tal, fica quase impossível conhecer e vivenciar cada cantinho e cada detalhe da FEICOOP. De tal forma, este movimento de tradução se propõe a ampliar o presente de como ocorre os bastidores organizativos da feira.

A Feira Internacional de Cooperativismo e de Economia Solidária (FEICOOP) é exemplo de lugar que busca a interculturalidade. A cada edição, aumentam-se o número de países, grupos culturais, movimentos sociais e instituições no evento. Na edição de 2022, contabilizaram-se 140 mil pessoas de 3 continentes, 8 países, e 13 estados do Brasil mais distrito federal.

Na tabela abaixo, organizamos os números dos dados históricos relativos às representações da FEICOOP, relacionados com o ano de cada edição da feira.

Tabela 03 – Histórico do número de representações nos eventos da FEICOOP

Ano	Nº de pessoas que passaram pela feira	Entidades Apoiadoras e Parceiras	Universidades	Dioceses do Brasil	Seminários, Oficinas e Reuniões	Nº de Empreendimentos	Municípios	Estados	Países	Continentes
1994	4.000	10	2	3	2	27	13	3	1	1
1995	6.000	12	3	4	4	48	18	3	2	1
1996	8.000	15	4	4	4	56	25	3	3	2
1997	10.000	17	5	5	6	63	31	3	4	2
1998	15.000	21	6	6	7	87	46	5	3	3
1999	18.000	22	6	6	8	124	53	3	4	3
2000	26.000	25	9	8	12	150	67	6	7	4
2001	30.000	78	13	10	14	246	91	8	4	3
2002	33.000	83	12	12	15	300	110	8	7	3
2003	35.000	83	11	12	17	310	112	18	7	3
2004	36.000	86	13	13	19	321	116	9	7	3
2005	66.000	93	20	14	21	600	221	23	17	3
2006	86.000	135	20	14	29	700	310	23	17	3
2007	102.000	225	25	28	38	732	372	21	18	3
2008	145.000	79	18	26	49	810	400	21	22	5
2009	800	88	3	8	8	103	67	16	1	1
2010	130.000	249	31	30	39	850	408	27	32	5
2010	140.000	227	19	23	40	835	428	27	14	3
2011	151.000	246	24	25	51	840	435	27	15	3
2012	170.000	249	26	27	55	855	478	27	16	4
2013	200.000	247	33	33	77	1.000	530	27	28	5
2014	240.000	250	26	26	47	855	542	27	21	4
2015	245.000	255	24	31	68	806	556	27	17	3
2016	248.000	290	22	22	43	750	563	27	18	3
2017	255.000	287	23	26	40	850	570	27	20	3
2018	302.000	289	25	27	68	1.000	583	27	25	5
2019	305.000	210	14	23	57	1.000	585	27	23	3
2020 (online)	milhares	20	8	10	65	172	200	12	10	3
2020 (presencial)	2.000									
2021 (online)	milhares	117	11	16	34	230	62	26	14	3
2021 (presencial)	60.000	65	6	6	52	230	40	3	1	1
2022	140.000	19			46	500		13	8	3

Fonte: Projeto Esperança/Cooesperança

A FEICOOP é um evento que além de movimentar a economia regional e influenciar a economia internacional, promove a articulação entre ciência, movimentos sociais, entidades públicas e privadas modificando e movendo debates e construções políticas sobre sustentabilidade, inclusão social, agricultura familiar, educação popular, geração de emprego e combate à fome, assim como aponta o seguinte trecho da carta da 28ª FEICOOP:

A FEICOOP integra campo e cidade, produtores, consumidores, movimentos e organizações sociais, trabalhadoras e trabalhadores de diferentes áreas, agricultoras e agricultores familiares, agroindústrias familiares e artesanais, produção orgânica, artesanato, confecção, alimentação, trabalhos com plantas ornamentais, entre outros. Possibilita a participação protagonista dos povos indígenas, quilombolas, migrantes e refugiados, mulheres e homens que trabalham com a coleta e tratamento de resíduos sólidos e pessoas em situação de rua. Também integra a participação de gestores públicos, universidades, estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadoras e pesquisadores, organizações defensoras dos Direitos Humanos, coletivos e organizações nacionais e internacionais, entre outros.

A partir do Projeto Esperança/Coesperança, historicamente a FEICOOP construiu relação de parceria entre agricultores e produtores locais organizados em grupos de comercialização, instituições religiosas, Universidades, instituições governamentais e instituições de assistência técnica e extensão rural, organizações não governamentais, movimentos sociais do campo e da cidade.

A organização da FEICOOP está baseada em uma metodologia própria. Esta metodologia é chamada por seus autores, os trabalhadores da Economia Solidária do Projeto Esperança/Coesperança, de metodologia “Aprendente/Ensinante”. A metodologia “Aprendente/Ensinante” é utilizada para a construção da FEICOOP, a fim de dar visibilidade a esta experiência popular que já teve 28 edições presenciais e 1 edição especial online, seu maior grau de detalhamento será apresentado no próximo capítulo.

Historicamente, a Universidade Federal de Santa Maria se fez presente e atuante na FEICOOP. Contra o desperdício da experiência, assim como propõe Boaventura de Souza Santos, utilizaremos a nossa experiência enquanto pesquisadores/extensionistas/trabalhadores da Economia Solidária atuantes na organização da feira. Nossa atuação dentro da feira, é formalizada via projetos de extensão universitária, projetos estes muito mais identificados com uma matriz de educação popular, o que nos aproxima de teorias comunicacionais de Educação Popular que dialogam com autores como Paulo Freire, Orlando Fals Borda e Arturo Escobar.

6.1 O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA E O INÍCIO DA FEICOOOP

O Projeto Esperança/Cooesperança alcança uma projeção internacional ao realizar anualmente a Feira Internacional de Cooperativismo e de Economia Solidária (FEICOOOP), maior feira de Economia Solidária da América Latina, que ocorre anualmente em Santa Maria (RS), reunindo milhares de pessoas e empreendimentos que trabalham junto à lógica de Economia Solidária. Ao longo dos anos os eventos reuniram atividades de comercialização, espaços de formação e debate, seminários, palestras, reuniões de articulação junto a movimentos sociais e entidades governamentais e mostras culturais.

Apesar de ser uma feira anual a feira produz diálogos que reforçam seu caráter e metodologia ímpar, que tem grande potencial de aprendizado. Sua experiência movimenta uma rede de parceiros que irão desenvolver as suas ações de maneira coordenada. Sua metodologia é baseada na metodologia de trabalho do Fórum Mundial Social, respeitando princípios de autogestão dos grupos que propõem atividades durante a feira, para assim garantir um espaço de construção coletiva e práxis dialógica.

A Feira Internacional do Cooperativismo, em seus múltiplos diálogos, será o cerne de nossa análise, mas para compreendê-la, primeiro se faz necessário realizar uma breve contextualização do Projeto Esperança/Cooesperança, o projeto promotor e idealizador da FEICOOOP.

O Projeto Esperança/Cooesperança, desde 1987, se destaca como referência de valorização da Economia Solidária, na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, conta com o espaço físico do Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, tal local possui grande importância nas estratégias de produção sustentável, geração de renda, oportunidade de trabalho e consumo local, por meio de seu espaço de comercialização e intercâmbio semanal, onde, no presente, ocorrem diversas atividades do projeto, dentre elas, “O Feirão Colonial”, aberto todos os sábados ao público da região do município.

Sobre O Feirão Colonial, Pauli et. al (2017, p. 154), analisaram a renda dos empreendimentos de economia solidária que trabalham no local e observaram que:

50% dos grupos obtiveram mais de R\$ 10.000,00 com as vendas em 2014 e que a maioria não depende apenas da Feira para comercializar os produtos, uma vez que, para a maioria, aproximadamente 20% da produção é destinada para as vendas no Terminal de Comercialização da Economia Solidária.

As mesmas autoras, concluíram que o Projeto Esperança/Coesperança, contribuiu para a melhoria na qualidade de vida para a maioria dos participantes do projeto, promovendo otimismo em relação ao futuro dos empreendimentos em seus grupos de comercialização.

Por meio da Economia Solidária, o Projeto Esperança/Coesperança conecta associações para potencializar o desenvolvimento sustentável da região, integrando empreendimentos sociais, agricultores familiares, mulheres empresárias, selecionadores de materiais reciclados, quilombolas, indígenas e imigrantes, além de outros grupos com vistas à construção de alternativas de meios de vida.

Segundo o material criado para a comemoração na ocasião dos 15 anos da FEICOOP:

A feira de Santa Maria nasceu de um grande momento de crise institucional do Projeto Esperança/Coesperança da Diocese de Santa Maria – RS, na busca de uma identidade na Comercialização Direta, que iniciou em Santa Maria em 1989, através de um Terminal de Comercialização Direta. Este espaço foi feito para este projeto, integrado no Projeto Esperança/Coesperança.

No início de 1991, houve uma reunião no Gabinete do Prefeito Municipal da época e ele perguntou: Por que o Projeto de Comercialização? Esta pergunta causou indignação e o povo se pôs a luta para uma solução. Foram feitas muitas viagens de estudos, visitas a Feiras e muito debate.

Em 1º de abril de 1992, surgiu o FEIRÃO COLONIAL, experiência essa que deu certo e está em expansão regional até hoje. Foi inspirado, neste Feirão, a partir de uma crise, que foi sonhada a FEIRA DO COOPERATIVISMO – FEICOOP que teve sua 1ª edição em 1º de julho de 1994, uma experiência que deu certo e motivou o início para muitas outras Feiras de Economia Solidária e outros eventos agregadores ao longo dos 15 anos de história

Como já dito ao longo desta tese, o Projeto Esperança/Coesperança alcança uma projeção internacional ao realizar anualmente a Feira Internacional de Cooperativismo (FEICOOP), maior feira de Economia Solidária da América Latina. que ocorre anualmente em Santa Maria (RS), reunindo milhares de pessoas e empreendimentos que trabalham junto à lógica de Economia Solidária.

No momento de construção e execução da FEICOOP, talvez o princípio da Economia Solidária mais importante para o desenvolvimento de uma metodologia própria para o local seja a autogestão. Ao analisar os esforços teóricos, políticos e práticos que Paul Singer desenvolveu em sua trajetória pela Economia Solidária, Nascimento e Santos (2019), apontam que a autogestão deve ser entendida através da economia solidária como ato pedagógico e como estratégia de desenvolvimento.

Durante a FEICOOP, apesar de grande parte do público que frequenta a feira conhecer apenas o espaço de comercialização de Empreendimentos de Economia Solidária, outros espaços são fomentados pela organização do evento, onde a Feicoop ainda estimula espaços de articulação política, espaços de troca de saberes (através de palestras, cursos e oficinas) e um espaço de promoção cultural, onde artistas locais se apresentam e lançam suas obras artísticas. Formando assim o tripé da feira: a comercialização direta, a formação autogestionária e a mostra de arte e cultura.

Os diálogos que ocorrem entre Universidade, Sociedade e Economia Solidária acabam sendo motores para o desenvolvimento recíproco de suas ações e modelos. Retratar esses diálogos na tese poderá reforçar a existência de uma importante metodologia utilizada por seus trabalhadores e por eles criada, a metodologia Aprendiz/Ensinar.

Na edição presencial de 2019, última antes da pandemia do COVID-19, a feira foi organizada pelo Projeto Esperança/Coesperança, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Banco da Esperança, Cáritas Brasileira, Cáritas Regional Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Santa Maria, quando em quatro dias de evento, a Feira reuniu o público de 305 mil pessoas, e representou 3,5 mil empreendimentos vindos de 23 países, 26 estados brasileiros, Distrito Federal e 585 municípios do Brasil (PROJETO ESPERANÇA/COESPERANÇA,2019).

6.2 - FEICOOP 2020 - EDIÇÃO ESPECIAL ONLINE E OS ANOS QUE SE SEGUIRAM

No ano de 2020, devido à ocorrência da pandemia do COVID-19, a Feicoop precisou se reinventar. Enquanto alternativa para realização evento que não pode ser realizado nos moldes presenciais. Assim, ficou definido junto aos organizadores da feira, a realização de um evento online, utilizando metodologias adaptadas ao ambiente virtual de comunicação. Com o auxílio de plataformas digitais como Google Meet, StreamYard, YouTube e Facebook, a programação da Feicoop Edição Especial 2020 contou com 15 dias de evento e inúmeras instituições organizadoras e promotoras de espaço de formação e debate em Economia Solidária.

Figura 22 – Cartaz de divulgação online da FEICOOP - Edição Especial de 2020.



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança

O tema da Feicoop também diz muito sobre o que o evento quer construir, “Construindo a Sociedade do Bem Viver: Por uma Ética Planetária”. Este tema acabou sendo o mesmo da edição de 2018 e 2019, uma vez que a organização do evento entendeu que ao promover uma edição online, o tema da edição de 2019 permanecia atual e vigoroso. Ressalto aqui que os conceitos de “Bem Viver” e “Ética Planetária” são conceitos tratados em discussões que tratam de alternativas ao desenvolvimento, ou como podemos chamar a partir da leitura de Walsh, são conceitos que tratam de um desenvolvimento outro.

Por ter sido a primeira edição online, a FEICOOP de 2020 teve como diferencial a sistematização do evento em três grandes eixos estruturantes. Estes eixos tentavam emular a experiência presencial de participar do evento, contemplando as dimensões formativas, de comercialização e artística do evento, sendo elas, 1ª Jornada Internacional de Economia Solidária, 1ª Feira Virtual de Economia Solidária, 1ª Mostra ECOSOL de Arte Cultural e Diversidade. Podemos dizer que a edição de 2020 foi um marco para o evento, uma vez que tornou explícito para os participantes os ideais da feira e a forma como ela foi pensada.

Figura 23 – 1ª Jornada Formativa de Economia Solidária



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança

A 1ª Jornada Formativa de Economia Solidária teve uma especial atenção à integração latino-americana, ao intercâmbio de conhecimentos e à troca de experiências com grupos de outras partes do planeta. Promovendo a busca de um diálogo que fortaleceu, dinamizou, conectou e divulgou as iniciativas da Economia Solidária.

Figura 24 – 1ª Feira Virtual de Economia Solidária



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança

A 1ª Feira Virtual de Economia Solidária se apresentou como um espaço de exposição, divulgação e comercialização da diversidade produtiva dos

empreendimentos de Economia Solidária. O principal eixo de divulgação foi o grupo de Facebook denominado “Comercialização Virtual Solidária da FEICOOP”, que atualmente conta com de 2 mil e 900 pessoas, onde os empreendimentos podem divulgar os seus produtos e encontrar clientes.

Figura 25 – 1ª Mostra ECOSOL de Arte, Cultura e Diversidade



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança

A 1ª Mostra ECOSOL de Arte, Cultura e Diversidade apresentou uma variedade de artistas e apresentações artísticas e culturais. Essas manifestações culturais sempre foram muito importantes na história da Feicoop.

Estes três eixos estruturantes apresentam como a Feicoop busca por alternativas ao desenvolvimento, o que é reforçado quando olhamos para os eixos temáticos estabelecidos para a feira, sendo eles: (1) Arte, Cultura e Resistência; (2) Sociedade do Bem-Viver, Saúde e Espiritualidade; (3) Agri-Culturas, Segurança e Soberania Alimentar; (4) Economias Populares como Resistência à Mercantilização da Vida pelo Capital; (5) Democracia e Ética Planetária: O que está Ocorrendo no Mundo; (6) Resistências Frente às Opressões e Violências de Classe, Raça/Etnia e Gênero; (7) Educação Popular e Solidária; (8) Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Direitos da Natureza; (9) Redes de Economia Solidária e Políticas Públicas no Brasil e na América Latina.

A definição dos eixos estruturantes ocorreu durante as reuniões de organização da FEICOOP online, onde, cada um deles foram amplamente discutidos e refletiram

todas as pautas que sufocavam o mundo em pandemia. Assim, os eixos se desdobraram conforme o envolvimento das organizações promotoras da FEICOOOP se envolviam com a teorização do que a feira poderia discutir frente ao que o mundo demandava, naquele momento, tal qual já ocorria de forma informal em outros anos de modelo presencial. Assim, de acordo com o momento histórico, repleto de anseios provocados pela pandemia e os governos opressores atuantes, a FEICOOOP assumiu tal organização.

Os eixos temáticos apareceram em cada um dos eixos estruturantes no formato de atividades autogestionadas pelos organizadores do evento. Dentro dos organizadores do evento, podemos destacar entidades relacionadas à ciência, movimentos sociais, entidades públicas e privadas.

Essa necessidade de sistematização para realizar a feira em uma edição online, fez com que os organizadores se entendessem que o que a FEICOOOP tinha construído com o desenrolar dos anos era uma metodologia própria da feira, a metodologia “Aprendente/Ensinante”. Foi a partir dessa edição de 2020 que pudemos descobrir que a FEICOOOP tem seu próprio método, e o exercício de colocá-lo em moldes de uma feira online fez com que a feira tivesse uma primeira tradução de experiência, para conseguir executar a feira online.

A edição de 2021 foi marcada pelo retorno da feira de forma presencial, porém com regras rígidas de distanciamento. A edição de 2021 teve sua programação cultural e formativa reduzida, além de receber recebeu apenas empreendimentos do Rio Grande do Sul. Por uma questão de segurança, o número de pessoas que circulava pela feira era controlado na entrada da feira, e a carteira de vacinação era exigida para verificar se quem circulava pela feira estava vacinado para COVID-19.

De acordo com o Relatório das Atividades Presenciais da 27ª Feicoop, elaborado pelo Projeto Fomento à Economia Solidária/UFSM, “Neste ano, o espaço presencial estava reduzido devido à pandemia de Covid-19 e às orientações vigentes no município, atendendo apenas a região Sul do Brasil, diferentemente dos outros anos quando o evento era nacional e internacional na modalidade presencial.” (Relatório Fomento à Economia Solidária, p. 01, 2021). No relatório constam listadas 29 atividades presenciais como apresentações, lançamentos de livros e, por ser uma feira diversa, a todo momento eram realizadas atividades paralelas.

Ainda, na programação online da feira foi realizada a 2ª Jornada de Formação, que contou com 37 eventos entre palestras, lançamentos de livros, debates e demais atividades, além da 2ª Mostra ECOSOL de Arte Cultural e Diversidade, celebrada com

12 atividades culturais com muita música, arte e cultura. Fazemos notar que muitas atividades online precisaram ser remarçadas, uma vez que houve um grande número de ataques hacker durante as transmissões.

6.3 EDIÇÃO DE 2022: 28ª FEICOOP E METODOLOGIA LEVADA A TESTE

Marcada como a primeira edição a receber empreendimentos de todo o país, após o início da pandemia do COVID-19 e primeira edição sem de uma de suas idealizadoras e trabalhadoras da Economia Solidária, Irmã Lourdes Dill, a 28ª FEICOOP entrou para a história da feira como uma edição marcada por saudade e de respeito ao legado traçado pela irmã dentro do Projeto Esperança/Coesperança. Respeito esse que foi registrado na carta pública lançada ao final desta edição do evento:

Registramos o duplo sentimento de alegria e realização dessa 28ª FEICOOP, primeiro ano sem a presença de nossa grande educadora popular Irmã Lourdes Dill. O sucesso deste ano mostrou o que e o quanto aprendemos nestes 35 anos com ela. Isso nos deixa felizes por este legado que nos acompanhará na caminhada de um esperar com a metodologia “aprendente e ensinante” deixado pela Irmã Lourdes Dill.

Educadora popular, como gosta de se autoproclamar, Irmã Lourdes Dill, nascida em 29 de setembro de 1951 (70 anos), é uma freira da Igreja Católica da Congregação Filhas do Amor Divino, que dedicou 35 anos de seu trabalho enquanto irmã religiosa na cidade de Santa Maria. Neste ano de 2022, foi transferida para a cidade de Barra da Corda, no Maranhão. Não por acaso, sua figura é tão respeitada no Movimento Popular de Economia Solidária. Em todo o seu tempo de atuação em Santa Maria, Lourdes Dill esteve trabalhou em prol em projetos sociais de inclusão social e produtiva, tendo sido uma pessoa fundamental na comissão colegiada do Projeto Esperança/Coesperança. Seu trabalho, no Projeto Esperança/Coesperança historicamente teve a função de formar, articular e mediar a construção e execução das feiras.

Aprender durante o trabalho com a Economia Solidária é algo bastante comum de acontecer, a pandemia do COVID-19, nos exigiu que relembássemos todo o dia que a economia solidária pode ser vista como práxis pedagógica (GADOCCI, 2009) Experiências inovadoras precisaram ser feitas

A organização do evento em seus grupos de trabalho será retratada no próximo tópico do artigo. Em relação ao pré-evento, neste ano de 2022, a Prefeitura de Santa Maria assumiu o papel que a Universidade Federal de Santa Maria vinha desempenhando desde o ano de 2019, o papel de realizar a licitação das instalações estruturais para a feira, dentre elas contratação de lonões, tabladros, instalações de treliças, estrutura de palco, aparelhos de som, banheiros químicos e materiais impresso em lonas. Para o evento de 2022, listam-se como promotoras as instituições do Projeto Esperança/Cooesperança, a Arquidiocese de Santa Maria, a Prefeitura Municipal de Santa Maria, a Universidade Federal de Santa Maria e o Instituto Federal de Santa Maria,

Ao final do evento de 2022, a comissão organizadora tornou público que a feira bateu a meta de 500 inscrições de expositores e alcançou a média de público de 140 mil pessoas, oriundas de 3 continentes, 8 países e 13 estados do Brasil mais distrito federal.

Sobre sua programação a carta da feira relatou que:

A programação contou, nos três dias de FEICOOP, com exposição e comercialização de produtos de diferentes áreas, com a 3ª Jornada Formativa e a 3ª Mostra de Arte, Cultura e Diversidade da Economia Solidária. As oficinas e seminários pautaram um conjunto significativo de temas como: a questão ambiental, hídrica e crise sanitária; hortas comunitárias e hortas nas escolas; justiça ambiental; regeneração ambiental; sustentabilidade; sistemas agroflorestais; desenvolvimento local; consumo responsável; agroecologia; reforma agrária; alimentação saudável; produção orgânica; saúde e Economia Solidária e o trabalho das promotoras e dos promotores populares de saúde; o cuidado e o auto-cuidado das mulheres; debate sobre Bancos Comunitários, Moedas Sociais, Fundos e Redes de Economia Solidária; a utilização das tecnologias de informação, como estratégia de comunicação e construção de resistências; a organização comunitária e coletiva no campo da cultura e das estereotípias raciais; a construção do ecossocialismo na luta popular; a soberania e segurança alimentar e o exercício das liberdades democráticas.

Ao final da cada edição da FEICOOP, são registrados os compromissos da feira, enquanto espaço articulador do movimento social de Economia Popular Solidária, a partir deste ponto, no ano de 2022 a carta apresentou dois grandes compromissos:

1. Manter-se presente nas parcerias para aprender e contribuir com os movimentos de economia solidária em ações referentes à construção de conhecimento, partilha e experiências na interação e reivindicação de políticas públicas sobre economia solidária, a nível municipal, estadual e federal.
2. Continuar acolhendo mais famílias de produtores rurais, artesãs e artesões, agroindústrias e minorias sociais em nosso campo de ação, valorizando a vida e os diferentes empreendimentos, primando sempre por

uma atuação com foco no trabalho profético de economia solidária, cooperativismo, agricultura familiar, consumo responsável, geração de trabalho e renda via inclusão social no campo e na cidade, através de diferentes formas de organização.

O primeiro dos compromissos assinalados na carta aparece como resposta à perda da relevância política pública federal da Economia Solidária, a partir de 2016, quando o governo de Michel Temer assumiu o poder, se agravando na gestão de Jair Bolsonaro a ponto de ser considerada inexistente (SILVA et al., 2022). Portanto, a partir do momento em que entende-se a importância da economia solidária na luta pela erradicação da pobreza e da fome, salienta-se a reivindicação de políticas públicas para seu fomento e fortalecimento.

Por último, mas não menos importante, devido aos moldes de captação de recurso público para a instalação física da feira, a partir de 2022, a organização da FEICOOP passou a ser mais articulada com a Prefeitura Municipal de Santa Maria. Como, em termos de organização da feira, a relação entre FEICOOP e Prefeitura Municipal de Santa Maria ainda é nova, muitas são as fragilidades políticas que podem se instalar, uma vez que percebeu-se por várias ocasiões que a Prefeitura ainda não entendeu a importância de ocorrência de algumas dinâmicas e estruturas na feira. Por isso ponderamos que o diálogo entre ambos deve ser fomentado a tal ponto que o Projeto Esperança/Coesperança seja quem traga a memória da essência da feira, que é tão rica quanto complexa em suas experiências. Salientamos que este trabalho tem o potencial de ajudar no resgate dessa memória do que de fato se trata a feira, para não cairmos no equívoco de enxergar a feira apenas pelo viés comercial, pois seria de um reducionismo extremo. O poder decisório sempre deve ser do Projeto Esperança/Coesperança, assim respeitaremos a bandeira da Economia Solidária.

7. APRENDER E ENSINAR COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO

Para traduzir a metodologia e o processo de construção e organização da FEICOOP, este capítulo objetiva traduzir a construção de relações, o passo a passo da organização da feira.

Descrevemos abaixo alguns tópicos importantes do que aprendemos no ambiente de Economia Solidária junto ao Projeto Esperança/Cooesperança. Entendemos que a metodologia aprendente/ensinante ocorre quando um conjunto de princípios metodológicos que dialogam entre si produzindo um ambiente propício à construção de diálogo e democracia. Esses princípios metodológicos não devem ser pensados como uma regra do que deve e o que não deve ser feito, mas sim devem ser guias de processos de aprendizagem e autogestão, seja em momentos de formação, seja em momentos de tomada de decisão.

7.1 A MÍSTICA

Dentro do estudo das religiões a mística é sinônimo de mistério, dentro da ciência das religiões é sinônimo das manifestações subjetivas do sagrado e dentro dos movimentos populares é manifestada pelas expressões de cultura, da arte e da valorização da experiência em direção à parte já realizável da utopia (BOGO, 2012).

Na construção da FEICOOP, a mística é sempre o primeiro momento de qualquer trabalho, podendo também acontecer no final do trabalho ou no começo e no final do trabalho. Destaco a importância do eixo “Arte, Cultura e Resistência”, que reforça essa mística. Dessa forma, alguém fica previamente responsável pelo momento da mística e pensa alguma dinâmica de reflexão sobre o tema que irá ser abordado. É um momento de fé, fé nas pessoas, fé na luta, fé no trabalho, fé no presente. Geralmente este é um momento para lembrar-se do papel de cada pessoa enquanto trabalhadores da Economia Solidária e o entendimento do tempo presente, do tempo do agora, como o momento a ser refletido.

Uma das expressões comumente recitadas no momento da mística é o provérbio africano bastante conhecido entre os trabalhadores do Projeto Esperança/Cooesperança: “Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da Terra”.

7.2 AS PLENÁRIAS DE PLANEJAMENTO

As plenárias são assembleias que reúnem grande número de pessoas em torno de um objetivo em comum. Considera-se que quanto maior o grupo reunido, maior será sua validação, maior será o diálogo, e as melhores serão as qualidades das propostas. Aqui a formação em Economia Solidária se dá de forma consciente.

Uma vez que a FEICOOP é realizada por muitas pessoas e instituições, as plenárias são os momentos em que todos podem estar nivelados com a mesma qualidade de informação. Uma vez que grande parte da metodologia de construção da feira está baseada na autogestão, todos precisam estar a par do que é necessário fazer, quando é necessário fazer e quem foi delegado para realizar cada uma das tarefas.

Lembrando que o Projeto Esperança/Coesperança, formado por cerca de 200 empreendimentos de economia solidária, é o grande anfitrião do evento. Durante a FEICOOP o exercício de autogestão é sempre colocado à prova. Por este motivo, é crucial que todos os empreendimentos que fazem parte do Projeto Esperança/Coesperança, estejam sintonizados.

No semestre que antecede a FEICOOP é comum a ocorrência de quatro a cinco plenárias gerais entre todos os empreendimentos que fazem parte do projeto Esperança/Coesperança e plenárias menores, em grupos de trabalho focalizados no tipo de produção dos empreendimentos (Agroindústria, Hortifrutigranjeiros, Artesanato, Praça de Alimentação).

Durante as plenárias, as falas são realizadas por meio de inscrições que ocorrem na hora, e o debate de ideias é sempre incentivado, destacando o fato de que aquele é o momento para tomadas de decisões e formação das equipes autogestionárias de trabalho. Cada equipe é responsável por um setor da feira e ela deve responsabilizar-se pela execução das tarefas.

7.3 EQUIPES DE TRABALHO

Nas equipes de trabalho que a autogestão pulsa com grande força. Pois é o trabalho de cada uma das equipes é que dará a cara para a feira acontecer. As equipes de trabalho são geridas por pessoas diretamente ligadas ao Projeto Esperança/Coesperança, mas dada as dimensões colossais da feira, sempre recebem voluntários que trabalham especificamente na FEICOOP. As equipes de trabalho são

geridas por pessoas com maior carga de experiência na feira, o que garante que alguém da equipe já conheça a dinâmica dos dias de evento e preveja possíveis demandas de cada local, assim, os novos trabalhadores aprendem com os mais experientes.

Todavia, cada edição da FEICOOP tem suas peculiaridades, o que faz com que demandas novas sempre ocorram. É justamente no momento das demandas não previstas que os trabalhadores novos tem a oportunidade de propor e ensinar aos mais experientes soluções de trabalho. Assim a FEICOOP tem a possibilidade de melhorar a cada ano, pois há abertura para novos pensamentos e novas soluções. Ora quem ensina e quem aprende troca de posição. E essas experiências aprendidas precisam sempre ser socializadas a ponto do máximo de pessoas aprenderem com essa experiência única de autogestão.

Neste ano de 2022, a 28ª FEICOOP contou com 20 equipes de trabalho, sendo elas: Artesanato (Santa Maria); Artesanato (Rio Grande do Sul); Artesanato (Brasil e outros países); Agroindústria (Pavilhão Projeto Esperança/Cooesperança); Agroindústria (Pavilhão 5); Programação Formativa; Programação Cultural; Movimentos Sociais; Quilombolas e Imigrantes; Indígenas; Recepção; Transporte; Cozinha e Refeitório; Limpeza; Segurança da Feira; Segurança dos Loções; Infraestrutura; Imprensa e Comunicação; Floricultura; Almoço.

Tradicionalmente, as equipes já possuem seus trabalhadores, o que dinamiza a organização e deixa o ambiente com uma sensação de tranquilidade maior do que em grandes eventos não autogestionários. Talvez a dinâmica desses grupos de trabalho seja o grande diferencial da construção da FEICOOP, aqui reside o cerne da metodologia aprendente/ensinante.

7.4 O QUE APRENDEMOS FAZENDO, O QUE ENSINAMOS COM O TRABALHO

Durante a dinâmica de trabalho na feira, é comum ouvirmos relatos do que está diferente, e como uma pessoa ajudou a outra nesse processo. O que precisou ser alterado durante a execução da feira e quais as estratégias utilizadas para manter tudo funcionando. Assim a feira vai aprendendo a fazer fazendo, e ensinando a partir de seus exemplos.

Neste tópico acreditamos ser importante salientar o quanto a feira ensina para além de seus organizadores, o que a feira ensina para seus participantes, seus visitantes. Durante a feira não há a comercialização de água, pois se entende que a água é direito

universal de todos, por isso são distribuídos pela feira pontos de distribuição de água para todos. Durante a feira não há a comercialização de álcool para consumo, pois se prega pela saúde e segurança de todos. Durante a feira é proibido fumar em seu território, pois além de ser algo desrespeitoso com aqueles que não fumam a feira não compactua com a produção do fumo, devido o seu grau de alta exploração e as consequências à saúde geradas aos trabalhadores desse cultivo vegetal. Os estandes de comercialização não são pagos e em troca do espaço a coordenação da feira pede que haja uma contribuição de 10% dos lucros das vendas para a feira, porém não existe uma fiscalização do quanto foi vendido, o que significa que a relação entre expositores e organização da feira é uma relação puramente de confiança, e a contribuição financeira para participar da feira fica a cargo do empreendimento expositor, sem qualquer margem de fiscalização.

A partida da Irmã Lourdes Dill para o Maranhão, comoveu a todos os envolvidos com a FEICOOOP. Pois, ao longo de sua jornada de 35 anos junto ao Projeto Esperança/Coesperança, muitas pessoas trabalharam junto com a irmã religiosa. Sua participação na coordenação do projeto, junto com sua articulação política, tornou possível a existência do espaço como um espaço de afirmação enquanto movimento popular de economia solidária.

Como coordenadora do projeto, Irmã Lourdes Dill sempre teve postura de educadora popular, e assim sempre se afirmou enquanto trabalhadora da Economia Solidária. As famílias do Projeto Esperança/Coesperança tornaram-se sua família. Dentre seus maiores ensinamentos podemos destacar a frase: “Força e Coragem”.

A partir do momento em que ela alça novos voos, deixamos registrado a partir desse capítulo o quanto aprendemos com ela. E se a FEICOOOP de 2022 representou o desafio de promover uma FEICOOOP sem a irmã Lourdes Dill, o ano de 2022, também marcou a feira como uma experiência que se consolida cada vez mais por sua prática autogestionária e de metodologia ímpar.

Destacamos o quanto a irmã Lourdes Dill foi no importante na coordenação do processo de educação popular de diversas pessoas que passaram pela feira, destacamos profissionais a formação de profissionais da Universidade Federal de Santa Maria, da Prefeitura Municipal de Santa Maria, do Instituto Federal Farroupilha e das demais instituições que tenham estabelecido parceria durante o processo de aprender e ensinar com a Economia Solidária.

7.5 A METODOLOGIA APRENDENTE/ENSINANTE E A EXTENSÃO RURAL

A Economia Solidária, a partir da FEICOOP tem a preocupação de trazer temas emergentes nas populações com quem se relaciona, a feira se apresenta sempre numa tentativa de analisar a realidade atual e projetar possibilidades para o futuro, exemplo disso está em sua programação formativa e programação cultural.

O pensamento cooperativo a partir da Economia Solidária tem o potencial de apresentar experiências e soluções para problemas locais a partir das populações mais vulneráveis.

A edição online de 2020 foi um divisor de águas para a Feicoop, pois materializou três grandes eixos do evento que sempre foram pilares da feira, mas não estavam sistematizados, o formativo, o de comercialização e o artístico. A formação desses eixos ilustra de maneira didática a forma de organização que já ocorria em eventos anteriores, mantendo em pé de igualdade os três eixos.

A edição de 2022, ficou marcada por dois grandes acontecimentos, a primeira edição da FEICOOP sem a presença de uma de suas grandes educadoras populares, Irmã Lourdes Dill, e a volta da FEICOOP em seus moldes presenciais com a presença de empreendimentos de todo o Brasil e América Latina.

A metodologia “Aprendente/Ensinante” é compreendida como a metodologia base para o trabalho no ambiente da FEICOOP, e foi desenvolvida pelos trabalhadores do Projeto Esperança/Cooesperança. Este trabalho representa uma primeira tentativa de registrar de forma escrita esta metodologia que se desenvolveu na ação cotidiana e repassada através do exemplo e oralidade.

Salienta-se a necessidade de aprimorá-la teoricamente para a correta compreensão e tradução da experiência, evitando o seu desperdício, tal qual reflete a teoria da Sociologia das Ausências e Emergências de Boaventura de Souza Santos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

.Traduzir a experiência da FEICOOP foi um desafio imenso. Primeiro porque qual recorte da feira iria escolher para colocar no processo de tradução? A feira é tão colossal que sei da impossibilidade de traduzi-la com todas as suas características e todas as suas especificidades. Portanto é importante ressaltar, novamente, que este trabalho partiu de um pesquisador formado em base agrônômica e direcionado a partir dos olhares possíveis dentro de estudos em Extensão Rural.

Ao chegar ao fim do tempo de pesquisa, este trabalho expressou a FEICOOP pelo olhar de quem possibilita que ela exista, ou seja, seus trabalhadores e as políticas públicas que fomentam a existência desse espaço que se torna território a cada nova edição.

As contribuições teóricas trazidas no capítulo metodológico buscaram dar a base decolonial para a tese, e, assim, suprir essa demanda teórica pelo desenvolvimento de metodologias de ação tão presentes na prática extensionista.

Por trás de toda metodologia, deve haver um pensamento crítico que o ampare. Da mesma forma, por trás de toda ação extensionista, há um pensamento desenvolvimentista que o ampare. Assim, o capítulo 3 buscou abordar as teorias desenvolvimentistas que amparam ações instrumentais da extensão rural. Ao final do capítulo é possível compreender que, mesmo tendo avançado muito no caminho de uma extensão rural que consiga enxergar as pessoas, ainda permanecemos numa extensão rural colonizadora.

Tendo a base metodológica científica cosmopolita e a base histórica da extensão rural construídos em mente, foi possível avançar para a análise da FEICOOP em si. Assim, o capítulo de minhas memórias tem um papel essencial de ressaltar o universo de possibilidades que a FEICOOP pode alcançar, onde se tornou possível conhecer a história da economia solidária, suas bases, suas lutas políticas e suas ações, através do exercício de reflexão das próprias memórias. Neste capítulo a principal reflexão talvez seja a de que a feira não é apenas uma feira de comercialização, e nunca poderá ser trabalhada apenas nessa dimensão

O capítulo cinco se debruçou à tradução da importância histórica da feira junto ao mundo em que ela está inserida, apresentando a análise das mudanças de nome da feira, seus temas, suas cartas históricas.

O capítulo seis apresentou a tradução de como é a realidade da feira hoje, apresentando seus três grandes eixos, formação, arte e comercialização. Pela análise da feira de como ela se apresenta ao mundo faz-se possível tornar visível toda a diversidade e pluralidade de experiências que compõe a FEICOOOP a cada ano, além de demonstrar o quando a feira consegue dinamizar o seu entorno apenas pelo fato de existir.

Por último, mas não menos importante, o capítulo traduz a metodologia desenvolvida ao longo dos anos na construção e organização da feira. A matriz teórica “aprendente e ensinante” da feira, se apresentou como uma metodologia de trabalho extremamente importante para a continuação da feira no futuro.

Trabalhos futuros serão importantes para que o processo de maturação desta tese possa ocorrer de forma gradual e sólida, respeitando os tempos existentes no território da FEICOOOP, respeitando os processos culturais e de aprendizagem que ocorrem cotidianamente entre os seus participantes e organizadores.

Atuar na Economia Solidária exige “Força e Coragem”, como já nos ensinou a educadora popular Irmã Lourdes Dill, assim como o ato pedagógico nos exige esperança e fé na humanidade, como nos ensinou Paulo Freire ao tratar sobre a educação como um todo. Finalizo minha tese concordando com esses dois mestres e acrescentando o que a construção dessa tese me ensinou. Atuar na Economia Solidária nos exige confiança em nós mesmos, pois precisamos estar dispostos a defender e lutar pelas nossas opiniões e assim fortalecer o ambiente democrático dentro dos espaços de economia solidária.

As potencialidades de aprendizado com a feira são inúmeras. A própria extensão rural não possui uma metodologia própria para trabalhar com Economia Solidária, ou, não tinha até a presente tese. O tempo nos ajudará a entender esses próximos passos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V.M. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **Revista El Otro Derecho**. Dez, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.org.ar/Colombia/ilsa/20130711054327/5.pdf>>. Acesso em: 20. jan. 2020.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural:** Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CASADO, G.I.G; MOLINA, M.G.; GUZMAN, E.S. Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible. In: **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible.** Ediciones Mundi-Prensa: Madrid – Barcelona, México, 2000.

COLISTETE. R.P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 15 (41), p. 21-34, 2001

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo:** construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento:** Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 93, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

GUZMÁN, E.S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar., p. 18-28, 2002.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade.** 22 (2) 15-46, jul - dez , 1997

HELLER, A. **O Cotidiano e a História.** São Paulo : Paz e Terra, 2008.

LEFF, E. **La apuesta por la vida:** imaginación sociológica e imaginários sociales em los territorios ambientales del sur. México: Siglo XXI Editores, 2014.

MARTÍN, C.; GONZÁLEZ, C. **Medio ambiente y desarrollo sostenible:** Más allá del Informe Brundland. Madri: Editorial Trotta, S. A., 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5ª ed. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2008

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28 ed, Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIN, E. KERN, A.B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**. v. 6 n. 2. mai – ago, 2000

RODRIGUES, C.M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, out., p. 237-287, 2002

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

SENA, M.M. **A Construção da Autonomia e do Reconhecimento na Transição Agroecológica** (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

SILVA, B.R. **Mãos que Formam Laços**: Relações de Reciprocidade na Feira de Orgânicos de Santiago/RS. (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

SILVA, G.B.; BOTELHO, M.I.V. O Processo Histórico da Modernização da Agricultura no Brasil (1960-1979). **Campo-Território**: revista da geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 362-387, abr., 2014.

BOGO, Ademar. Mística. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. 1ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 475-479.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista da Educação Popular**. Uberlândia, v.6, n. 1, p. 51-62, jan./dez. 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 93, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOCCI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5ª ed. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28 ed, Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos. Paul Singer e a Pedagogia da Autogestão na Economia Solidária. **Trabalho necessário**. v. 17. nº 34, p. 153-170, set/dez, 2017

PAULI, Rita Inês Paetzhold Pauli; BECKER, Kalinca Léia; ROSA, Bibiana. MANIFESTAÇÕES CONCRETAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA DE SANTA MARIA –RS. **Revista da ABET**. v. 16, n. 2, jul-dez, p. 140-158, 2017.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal: Da linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina. Portugal, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, out., p. 237-287, 2002

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

SILVA, Bernardo Rodrigues da; SENA, Maurício Machado; GUIMARÃES, Gisele Martins. Economia solidária e pensamento resiliente – Análise de histórico e ações do Projeto Esperança/Cooesperança. **Revista de Gestão e Organização de Cooperativas**. Santa Maria, v. 9, n. 17, p. 1-28, jan./jul. 2022.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: Um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. v. 05, n. 1, jan-jul., 2019.